



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 214

SEXTA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 1968

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

ATA DA 5.ª SESSÃO EM 5 DE DEZEMBRO DE 1968

2.ª Sessão Legislativa Extraordinária da 6.ª Legislatura

EXTRAORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 10 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Desiré Guarani — Cattete Pinheiro — Clodomir Millet — Victorino Freire — Petrónio Portella — Sigefredo Pacheco — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — Arnon de Melo — José Leite — Antônio Balbino — Aarão Steinbruch — Mário Martins — Gilberto Marinho — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Attilio Fontana — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 21 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicação referente a Decreto Legislativo:

N.º 427/68 (n.º 800/68, na origem), de 2 do corrente mês — com referência ao Decreto Legislativo n.º 52, de 1968;

Restituição de autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

N.º 428/68 (n.º 816/68, na origem), de 3 do corrente mês — autógrafos do Projeto de Lei n.º 164/68, no Senado e n.º 1.775/68, na Câmara, que autoriza a Universidade Federal do Rio de Janeiro a contrair empréstimo no valor de US\$ 10.000.000,00 com banqueiros privados norte-americanos, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.549, de 3-12-68.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência, de acordo com o disposto no art. 1.º da Resolução n.º CN 1/64, convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20,30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura e demais providências iniciais da tramitação dos seguintes Projetos de Emenda à Constituição:

N.º 7/68, que dá nova redação ao inciso IV do art. 97 da Constituição;

N.º 8/68, que dá nova redação aos arts. 76 e 77 e revoga a alínea "a" do Inciso I do art. 146 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

N.º 698/68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso n.º GB-475, de 29-11-68);

N.º 1.283/68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviada

pelo Ministro da Fazenda (Aviso n.º GB-474, de 29-11-68);

N.º 1.339/68, de autoria do Senador João Cleofas, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso n.º GB-473, de 29-11-68).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Não há oradores inscritos.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a presente sessão, anunciando, antes, para a sessão ordinária de hoje, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

I

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 129, DE 1968 — DF

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 129, de 1968 — DF, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, das Comissões

— de Constituição e Justiça:

1.º pronunciamento (Parecer n.º 1.120/68), pela constitucionalidade, com Emendas que oferece de n.ºs 1 e 2-CCJ;

2.º pronunciamento (parecer oral, proferido na sessão matutina de 30-11-68), pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão do Distrito Federal;

— de Serviço Público Civil (Parecer n.º 1.121/68), pela aprovação do projeto e das emendas da Co-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Assinatura Via Superfície

Semestre NCr\$ 20,00
Ano NCr\$ 40,00

Assinatura Via Aérea

Semestre NCr\$ 40,00
Ano NCr\$ 80,00

Número avulso NCr\$ 0,20

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02.

Tiragem: 15.000-exemplares

missão de Constituição e Justiça, apresentando, ainda, a Emenda n.º 1-CSPC;

- do Distrito Federal (Parecer n.º 1.122/68), favorável, nos termos do substitutivo que apresenta, englobando as Emendas n.ºs 1 e 2-CCJ e 1-CSPC;

2

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO N.º 48, DE 1968

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 1968, originário da Câmara dos Deputados (n.º 86-A/68, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, reconhecendo como legal contrato celebrado entre o Ministério da Fa-

zenda e a Remington Rand do Brasil S. A., tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 1.102, de 1968, da Comissão

— de Finanças.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 53, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 53, de 1968, de iniciativa do Sr. Sen. Vasconcelos Tôrres, que altera a redação do § 1.º do artigo 67 da Lei n.º 3.307, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), relativamente à data da entrada em vigor dos reajustamentos dos benefícios em manutenção, tendo

PARECERES, sob n.ºs 702, 703 e 704, de 1968, das Comissões

- de Constituição e Justiça, favorável, com votos com restrições dos Senadores Petrônio Portella, Aloysio de Carvalho e Antônio Carlos;

— de Legislação Social, favorável, com Emenda que oferece de n.º 1-CLS;

- de Finanças, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Legislação Social, e com Emenda que oferece de n.º 2-CF, com voto vencido do Senador Mem de Sá e com restrições do Senador Petrônio Portella.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 98, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 98, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que garante vencimentos integrais em caso de licença relativa a doença de filho ou dependente menor, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.ºs 982, 983 e 984, de 1968, das Comissões

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade

dade, com Emenda que apresenta de n.º 1-CCJ;

— de Serviço Público Civil, favorável, com Emenda que apresenta sob n.ºs 2-CSPC, 3-CSPC e 4-CSPC;

— de Finanças, favorável ao projeto e às Emendas de números 3-CSPC, 4-CSPC, com subemenda à Emenda n.º 2-CSPC, em substituição à Emenda n.º 1-CCJ.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 114, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 114, de 1968, de autoria do Senador Nogueira da Gama, que inclui no Plano Rodoviário Nacional as rodovias "Poços de Caldas—Botelhos—Divisa Nova—Alfenas e BR-381—Varginha—Alfenas—Usina de Furnas", e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.ºs 1.024, 1.025 e 1.026, de 1968, das Comissões

— de Constituição e Justiça, pela juridicidade e constitucionalidade, com as Emendas de n.ºs 1-CCJ, 2-CCJ e 3-CCJ;

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, pela aprovação do projeto e das emendas da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas que oferece de n.ºs 4-CT e 5-CT; e

— de Finanças, pela aprovação do projeto e das emendas das Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 25, DE 1968

Votação, (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regimento Interno), em 1.º turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1968, de autoria do Senador João Abrahão, que dispõe sobre a rea-

lização das eleições no Distrito Federal para escolha de seus representantes à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, tendo

PARECERES, sob n.º 1.105, de 1968, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com declaração de votos dos Senadores Josaphat Marinho, Nogueira da Gama e Edmundo Levi.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 10 e 25 minutos.)

ATA DA 6.ª SESSÃO EM 5 DE DEZEMBRO DE 1968

2.ª Sessão Legislativa Extraordinária da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 36 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Flávio Brito — Desiré Guarani — Milton Trindade — Cattete Pinheiro — Clodomir Millet — Victorino Freire — Petrônio Portella — Sigfredo Pacheco — Menezes Pimentel — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — Arnaldo Paiva — Arnon de Mello — José Leite — Aloysio de Carvalho — Antônio Balbino — Aarão Steinbruch — Mário Martins — Gilberto Marinho — Lino de Mattos — Petro Ludovico — Gludj Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicação referente a Decreto Legislativo:

N.º /68 (n.º de origem 811/68), de 3 do corrente mês — com referência ao Decreto Legislativo n.º 53/68, que aprova o Acórdão sobre Demarcação de Limites, firmado entre o Brasil e a Bolívia, em La Paz, a 29-3-58.

OFÍCIO

do Sr. 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados, enviando à revisão do Senado, autógrafos do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 199, DE 1968

(N.º 1.685-C/68, na Casa de origem)

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, 1 (um) cargo isolado de provimento em comissão, de Diretor de Serviço, símbolo PJ-1, e 2 (dois) cargos de Auxiliar de Plenário, isolados, de provimento efetivo, símbolo PJ-6, e 1 (um) cargo, também isolado, de auxiliar de Enfermagem, de provimento efetivo, símbolo PJ-9.

Art. 2.º — Os cargos isolados de provimento efetivo, de Auxiliar de Portaria, passam a ser em número de 20 (vinte), todos do símbolo PJ-7.

Art. 3.º — O cargo de Assessor Administrativo, atualmente vago, e o de Auditor Fiscal, quando se vagar, serão preenchidos, respectivamente, por bacharel em direito e economista, mediante concurso público de títulos e de provas.

Art. 4.º — Assegurada a situação efetiva do Diretor-Geral e do Secretário-Geral da Presidência, os respectivos cargos passarão a ser providos em comissão.

Art. 5.º — Para fazer face à despesa proveniente da criação dos novos cargos, são extintos 3 (três) cargos de

Taquígrafo, símbolo PJ-4, todos atualmente vagos.

Art. 6.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu hoje os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Sr. Lino de Mattos

N.º 1.663/68, ao Ministro da Agricultura;

N.º 1.664/68, ao Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil;

N.º 1.665/68, ao Ministro da Saúde;

N.º 1.666/68, ao Ministro da Aeronáutica;

N.º 1.667/68, ao Ministro da Educação e Cultura;

N.º 1.668/68, ao Ministro dos Transportes;

N.º 1.670/68, ao Ministro da Fazenda;

N.º 1.673/68, ao Ministro da Saúde;

N.º 1.674/68, ao Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil;

N.º 1.675/68, ao Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil;

N.º 1.676/68, ao Ministro do Exército;

De autoria do Sr. Adalberto Sena

N.º 1.671/68, ao Ministro do Planejamento e Coordenação Geral;

N.º 1.672, ao Ministro da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Telex do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, solicitando prorroga-

ção do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Sen. Mário Martins
N.º 1.332, de 1968;

De autoria do Sen. Vasconcelos Tôrres
N.ºs 1.383, 1.423, 1.430, 1.435, 1.447 e 1.448, de 1968;

De autoria do Sen. Lino de Mattos
N.ºs 1.462, 1.492 e 1.500, de 1968;

De autoria do Sen. Adalberto Sena
N.º 1.518, de 1968.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo para resposta aos citados Requerimentos. (Pausa.)

Como não houve objeção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu as seguintes propostas de emenda à Constituição apresentadas por mais de 1/4 dos Srs. Deputados:

Projeto de Emenda à Constituição n.º 9/68, que altera o art. 149 da Constituição;

Projeto de Emenda à Constituição n.º 10/68, que dispõe sobre a acumulação de cargos de magistério com outro de qualquer natureza.

As referidas propostas serão publicadas para os efeitos do disposto no art. 1.º da Resolução CN 1/64, combinado com o disposto no art. 5.º da Resolução CN 1/67.

São as seguintes:

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 9, DE 1968

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do artigo 52 da Constituição Federal, a seguinte emenda ao texto constitucional:

Substituam-se os itens VII e VIII do art. 149, Capítulo III — “Os Partidos Políticos” —, e acrescentem-se os itens IX e X:

CAPÍTULO III

Art. 149 —
I —
II —
III —
IV —
V —
VI —

VII — extinção automática, a ser declarada pelo Tribunal Superior Eleitoral, do Partido que não conseguir, em qualquer pleito e em pelo menos quatro Estados, eleger um mínimo de dez por cento da representação federal, tomados como um todo Senado e Câmara;

VIII — proibição de coligações partidárias e sublegendas;

IX — extinção do mandato daquele que mudar de Partido, da data de sua eleição ao término do mandato, federal, estadual ou municipal;

X — estatutos que garantam a autenticidade democrática da organização partidária e impeçam o domínio de minorias.

Justificação

Vitorioso, de forma inesperada, o movimento que depôs o Senhor João Goulart, seus autores quiseram renovar e, acima de tudo, impossibilitar a repetição de erros e males que tão onerosos já tinham sido ao Brasil. A reorganização político-partidária constituiu, desde logo, uma das principais preocupações, empenhando-se o novo Governo na busca de uma solução adequada e segura para o problema brasileiro. Nesse sentido, grande esforço chegou a ser realizado, com a participação ativa das lideranças políticas e de todas as categorias interessadas no problema, tal como deve ser feito sempre que se quer decidir com acerto e justiça.

Com a precipitação dos acontecimentos, que tiveram no Ato Institucional n.º 2 o seu ponto culminante, todo esse esforço se perdeu. Cedeu-se, então, a temores do momento e à pressão de razões igualmente momentâneas, impondo-se ao País soluções que, a esta altura, exibem sua inadequação à vista de todos. Com o Ato Institucional n.º 2, não mais se quis dar solução a questões que vinham sendo há muito estudadas: impuseram-se soluções erradas, inaceitáveis a problemas vitais para o País, sem se

levar em conta o lúcido ensinamento de nosso passado.

A Constituição em vigor abrigou os erros da solução de força que foi o Ato Institucional n.º 2, incidindo no erro maior de pretender dar perpetuidade ao tolerável, no máximo, como solução de emergência, para curto prazo. É o que se dá com o bipartidarismo, cuja eliminação é necessária ao livre, equilibrado e normal desenvolvimento político do Brasil.

O imediatismo tem sido fonte de muitos males em nosso País e foi ele, mais uma vez, o inspirador dos gravíssimos erros cometidos ao se impor à Nação um bipartidarismo canhestro, que nem sequer se lançou às claras, desde que foi e permanece oculto sob a capa do pluripartidarismo. Equívocos e incompreensões constituíram, em nosso entender, a origem desse erro, através do qual se pretende submeter a Nação a uma camisa-de-força que será inevitavelmente rompida algum dia.

Confusa e contraditória tem sido nossa evolução política, muitas vezes ruindo nossas instituições, após serem submetidas a pertinaz e intenso esforço de desmoralização. Infelizmente, essas rupturas nunca propiciam a abertura de rumos para o florescimento seguro e rápido de instituições democráticas que se imponham em definitivo. É que as oportunidades passam e são sempre perdidas, repetindo-se erros que tornam um determinismo a extinção rápida do que se busca, erradamente, erguer como um edifício sólido, somente viável se a obra é realmente nacional e, assim, aceita e bem-vinda por toda a Nação. Esquece-se, por outro lado, dos riscos e perigos inerentes a toda estrutura por demais rígida, que não permita movimentos de acomodação fatais num povo jovem e em pleno processo de evolução. É o que mais uma vez se fez agora.

Nunca se quis a extinção dos Partidos existentes anteriormente à Revolução, como escassíssimas sempre foram, entre nós, as vozes que, através dos anos, pregaram o bipartidarismo como solução democrática adequada ao nosso País. A Revolução trouxe consigo um rugir renovador, fruto do duplo desejo de extinguir vi-

cios e males que tão nocivos nos eram e de assegurar para o Brasil uma evolução democrática limpa e segura. O que se queria — e há muito, constituía aspiração nacional — era a liquidação de erros, vícios e abusos. Não se pretendia o fechamento de Partidos, mas a sua correção. Não se queria a punição de um povo, mas a punição daqueles que, lançando mão de todos os meios, o traíam e villendavam, à custa do próprio destino nacional.

Jamais a Revolução teve por alvo impor ao País o bipartidarismo, uma das poucas panacéias que nunca floresceram entre nós. Havia, e continua a haver, males, erros, abusos, e até crimes, a extinguir ou punir. Isso, o que se impunha fazer e não foi feito, não raro de forma misteriosa. Pode-se apontar o bipartidarismo como uma meta a atingir, mas jamais será lícito advogar, com procedência democrática, a sua imposição pela força. O próprio Ato Institucional n.º 2 não ousou tal cometimento às claras, pois proclamou o pluripartidarismo, como o faz a atual Constituição. Apenas, instituiu um pluripartidarismo inatingível. E tudo isso quando as perspectivas eram favoráveis, graças ao constante e vigoroso saneamento político-eleitoral que vinha sendo gradualmente empreendido por iniciativa do próprio Congresso Nacional, nas sucessivas reformas da legislação eleitoral.

A liberdade partidária é inerente à democracia e indispensável ao seu aperfeiçoamento. Este só é atingível através de processos legítimos, talvez morosos, mas duradouros. A pluralidade de Partidos está longe de constituir um mal, como improvisados doutrinadores tentam demonstrar, atualmente, em vão. Num país que se acha no início de seu processo de desenvolvimento político, social, cultural e econômico, como o nosso, a liberdade partidária é benéfica e necessária, fator que é de equilíbrio. A concentração eleitoral em apenas duas agremiações só pode ser fruto da evolução normal, do contrário é negar ao povo liberdades essenciais.

Estultice é, também, esperar que a mera imposição do bipartidarismo tenha o condão de solucionar as crises que tanto têm abalado o Brasil e

que são, sempre, obra do próprio Executivo ou das classes dirigentes. Igualmente vão é pretender que um sistema que isole o povo venha a constituir solução para as crises de transferência do que tanto tem abalado o País. Muito ao contrário, o bipartidarismo artificial e repudiado, bem como o pleito indireto, nos tornarão presa fácil da luta pelo Poder, fator de desagregação e de ruína de tantos povos. O desinteresse popular, a contrariedade da Nação poderão vir a dar a crises futuras inéditas dimensões sociais, extremamente perigosas.

Ao se impor o sistema partidário, injustiçou-se a Nação inteira, que se quis colocar sob tutela. A despeito de seus sofrimentos e misérias, o povo brasileiro alcançou uma evolução política e social notável, revelando espantosa intuição que lhe tem permitido desfazer tantos sonhos personalistas e impor sua condenação a tantos que o têm iludido. Muito bem soube ele conquistar sua liberdade e manter uma integridade que a muitos parece milagrosa. O exame dos resultados eleitorais de 1945 para cá mostra à sociedade possuir o eleitor brasileiro elevado grau de evolução e esclarecimento. Considerados os expurgos de eleitores-fantasmas e as eficazes medidas de combate à fraude, verifica-se a concentração do eleitorado em apenas três agremiações, que contaram sempre com a fidelidade de seus adeptos, a despeito de desilusões e decepções tão notórias. No mais, tínhamos legendas que nunca conseguiram eleitores e que, com duas ou três exceções, sobreviviam apenas para o tráfico político-eleitoral promovido não pelo eleitor, mas pelos que ora se arrogam competência para tutelar um povo inteiro. Simples seria liquidar esses Partidos sem eleitores, pois nada representavam além de vícios e abusos, que não foram eliminados pela Revolução, alguns deles já refluindo sob os aplausos de muitos daqueles que mais audaciosamente pregaram o regime de tutela para o povo brasileiro. Simples seria, também, dar maior autenticidade aos Partidos, com a organização realmente democrática de nossas agremiações, extinguindo-se os instrumentos de perpetuação das oligarquias, como o eram as comissões executivas. Na verdade, muitas dessas oligarquias vieram a ser salvas de im-

placável condenação popular pela própria Revolução. O que se reclamava era a correção desses abusos, a proibição da dança de legendas, do tráfico de legendas, extinguindo-se as grandes fontes de corrupção e demagogia. Ao contrário disso, a emergência do Ato Institucional n.º 2 serviu à imposição de uma injusta e intolerável *capitis diminutio* a um povo perfeitamente cômico de seus direitos. A ele se impuseram duas agremiações esdrúxulas, tornando-se impraticável a criação eficiente e democrática de novos Partidos. Submeteu-se a Nação a uma camisa-de-fôrça, condenando-a à apatia e, algum dia, à revolta.

Errôneamente — e em vão —, se busca extinguir ou abafar divergências que são resultado do fluxo de correntes de opinião que vinham e continuam se sedimentando desde os primeiros tempos de nossa história.

Não há necessidade de demonstrar que a liberdade partidária — e, portanto, a pluralidade de Partidos — é inerente à liberdade de opinião e, assim, ao regime democrático. Nem é preciso invocar testemunhos doutrinários, nacionais ou não. Inclusive porque escassos são aqueles que defendem o bipartidarismo a qualquer preço e quando buscam justificá-lo escapam, sempre, ao reconhecimento de sua imposição antidemocrática. A situação atual, estabelecida apenas pela força, sem nenhum poder de convencimento e muito menos de aceitação popular, gerará, fatalmente, a desagregação da opinião pública, que não aceitou e nem aceitará a sufocação, até que venha ela a congregar-se em torno de líderes ou movimentos que lhe permitam o reerguimento e o inevitável esmagamento de tudo aquilo que lhe contraria sentimentos dos mais vivos. Tal como se dá com todas as tiranias, por mais que durem elas.

Os raros defensores do sistema vigente buscaram apoios e justificações no exterior, da forma menos convincente possível, já que em parte alguma logram aval para sua posição. Impraticável lhes é recorrer aos países totalitários e, nos democráticos, a liberdade de organização partidária é regra inviolável. Fala-se, em incrível malabarismo de distorções, na Inglaterra, onde a liberdade para organização de Partidos é total, o mesmo se

dando com os direitos individuais, dispensando-se sequer a existência de agremiações para candidaturas. Esquecidas são as características do povo inglês, de lado ficando que o bipartidarismo ali existente é fruto da evolução natural de um povo, durante séculos, e de um povo que sempre soube reagir com extremo rigor à opressão. Esquecem-se, ainda, de que naquele país, como nos Estados Unidos, as correntes de opinião pululam dentro dos Partidos, sem maiores males, e decorrências que são regime de liberdade e da condição humana.

Ao encaminhar o seu anteprojeto de Constituição ao Mal. Castello Branco o ex-Ministro Carlos Medeiros da Silva afirmou ter tido a preocupação de chegar a um “diploma nacional moldado na experiência positiva e negativa dos últimos quarenta anos”, repelindo essa experiência e esquecendo-se de que só é nacional o que é aceito com amor e dignidade. Nossa experiência de forma alguma condena a multiplicidade de Partidos, pois não aconselha a sufocação, conforme já mostramos. E, logo adiante, o Sr. Medeiros da Silva observava, como que respondendo aos poucos que persistem na defesa do indefensável: “Não é preciso buscar, em países exóticos, por amor à novidade, ou em práticas sedimentadas entre outros povos, durante séculos, mas resultantes de peculiaridades nacionais, remédio milagroso para a nossa crise constitucional.” Parece aludir aos recentes artigos dos Srs. Roberto Campos e Eugênio Gudin... Advertia o mesmo Ministro da Justiça o Presidente da República de então quanto “ao auspicioso fenômeno da ascensão das massas”, contra a qual se erguem algumas das soluções propostas para os problemas políticos, no afã de estabelecer um sistema de tutela para o povo brasileiro, restringindo-lhe ou mesmo retirando-lhe direitos há tanto conquistados e incorporados às nossas tradições cívicas e políticas. Passou-lhe também despercebido que a “ascensão das massas”, que saúda tão prazerosamente, traz consigo, inevitavelmente, inconvenientes e males que só são corrigíveis com acerto por processos legítimos e democráticos, jamais pela imposição da força. Aliás, é o próprio Sr. Carlos Medeiros da Silva que, ain-

da em sua exposição de motivos, assegura que “os atos de força devem ser banidos, no regime do estado de direito”. Contraditoriamente, abraçou, em seu projeto, erros clamorosos ao propor soluções para questões políticas, a despeito de declarar ao Presidente Castello Branco, no mesmo documento, que “o Brasil é um País amadurecido para a conquista de seus direitos; é preciso que os homens desta geração não desperdicem a sua inteligência e o seu trabalho em discussão acadêmica ou no mimetismo jurídico e político, procurando em outros povos, ou em outras épocas, as soluções que, somente, tendo raízes na conjuntura nacional, poderão durar e prosperar”, acrescentando que “a tarefa da reorganização constitucional deve contar com a colaboração de todos”.

Como explicar que, após tais advertências e afirmativas, o Ministro da Justiça do Mal. Castello Branco viesse incidir nos erros que incidiu? Aqui, a mesma penosa contradição que se nota entre os inúmeros pronunciamentos feitos pelo ex-Presidente Castello Branco, no decorrer do seu Governo, e os atos que veio a praticar, por força das circunstâncias, às vezes contrariando poucos dias após o que afirmava à Nação com ênfase.

O bipartidarismo, tal como se quer impor no Brasil, só existe na Turquia e no Uruguai, nenhum destes países podendo servir de inspiração para o que se insiste em nos impor. É isso sintomático, bastando recordar que a terrível crise que assola o Uruguai é resultado do “engenhoso” sistema político ali implantado, com bipartidarismo e muita coisa mais. Para justificar a presente emenda, não há necessidade de recorrer a exemplos de países estrangeiros, nem a argumentação acadêmica e doutrinária. Inspiramo-nos na realidade brasileira e no senso comum. Nossa experiência não condena o pluripartidarismo. Indica, apenas, a necessidade de extinguir erros, vícios e abusos, muitos dos quais não foram extintos e já ameaçam florescer novamente. Que se garanta a liberdade de agremiação política, saneando-se a vida partidária de tudo aquilo que a experiência mostrou ser nocivo à própria evolução democrática do País. Reprima-se o que mereça

repressão e condene-se quem mereça condenação, jamais se injustificando o povo na pretensão, talvez inconsciente, de sufocar 80 milhões de brasileiros, cujos sentimentos democráticos amadureceram o suficiente para se prever com facilidade que virá, seguramente, o dia em que se erguerá ele para o esmagamento das algemas que lhe estão sendo impostas!

Na realidade, o que pretendemos com nossa emenda é o reverso da solução dada ao problema em nossa atual Constituição, avançando muito mais no intento de renovação e correção. O que temos por alvo é estabelecer o máximo de facilidade para a organização dos Partidos, submetendo-os, porém, a rígida disciplina, tendo por finalidade o impedimento ou a correção imediata dos erros, abusos e vícios que tão maléficos nos foram em passado recente e nos quais não é possível incidir novamente: extinção automática dos Partidos que não tenham um mínimo de representatividade; proibição de alianças partidárias, bem como da troca de legendas no decorrer dos mandatos; obrigatoriedade de uma organização efetivamente democrática dos Partidos, a fim de que não caiam eles no domínio de grupos oligárquicos; maior autenticidade, através da efetiva e soberana participação do eleitor nas decisões partidárias. De toda forma se abrirão condições para a sempre oportuna e conveniente renovação político-partidária, que foi, sem a menor dúvida, uma das grandes preocupações da Revolução.

Simultaneamente, se devolverá ao povo brasileiro o sentimento de segurança e de confiança no regime, pondo-se fim à intriga estabelecida entre a nova ordem jurídica do País e a opinião pública. Dar-se-á, assim, tratamento à questão adequado ao passado brasileiro, que alguns supõem nulo ou desprezível, esquecidos de que temos considerável patrimônio, adquirido à custa de lutas e campanhas de rara beleza cívica, das quais participaram nossas mais brilhantes inteligências.

Insistimos, novamente, na lembrança de que todas as nações democráticas têm a liberdade partidária como natural tendência do espírito de reação contra soluções simétricas, contra

estruturas orgânicas do Poder. Em todos os países em que se chegou ao bipartidarismo, não é ele parte de imposição legal, mas de longa tradição, de demorada formação mental, de cuidadosa educação dos povos, alcançadas através do exercício prolongado da democracia.

Ao contrário do que acham os defensores da situação atual, para o cumprimento do nosso destino democrático, é preciso que novos Partidos surjam rapidamente, indo-se ao encontro a inequívoco reclamo nacional. Que a opinião pública se divida em correntes que se oponham democrática e sadamente, dando-se vãs ao que está sendo perigosamente reprimido. Esse, o caminho a seguir para se alcançar o equilíbrio político e social, com o reconhecimento da soberania popular. Persistir nos rumos atuais, marginalizada a opinião pública em tudo que possui de mais sensível, emotivo e enraizado em seu sentimento, é insistir no sistema de tutela, que estabelece a separação e o desentendimento entre povo e governantes, tornando execrável o que deve ser objeto de estima e respeito. Por outro lado, estabelecidos estarão princípios para automática extinção ou punição de tudo aquilo que a experiência nos aponta como nefasto.

Discordamos daqueles que temem a correção imediata do que, em seu íntimo, reconhecem errado, injusto e imperfeito, receosos de que o reencontro com os sentimentos nacionais resulte no retorno do que se repudia e não se admite retorne ao País. Mais uma vez, achamos que o passado nos mostra, fartamente que o temor é im procedente: crise alguma, institucional ou não, nos adveio do mau comportamento popular. Muito ao contrário, a opinião pública, e com ela o eleitorado, sempre corresponderam aos ideais de aperfeiçoamento democrático, inclusive de moralização pública. Os males nos advieram da insensatez de classes dirigentes, sobretudo da insensibilidade e da audácia de oligarquias envelhecidas e corrompidas no longo exercício do poder e que se digladiavam, como que no cumprimento de uma vocação suicida, em violentas crises de transferência do poder entre si mesmas. Não há, em nosso passado, recente ou não, exem-

plo concreto de ter o povo brasileiro deixado de corresponder com independência, patriotismo e esplêndido instinto aos apelos que porventura lhe tenham sido feitos, sempre sabendo dar seu entusiástico apoio às medidas de renovação e avanço político e moral. Somos convictos de que razão alguma há para temer o povo, no qual a experiência nos mostra, exuberantemente, que podemos confiar e, mais do que isso, estimular para o engrandecimento da Nação, que, tal como está tentando tão acertadamente o Presidente Costa e Silva, se ligue o povo, pelo respeito e o amor às instituições, que só serão por ele respeitadas e amadas se respeitadas forem seus sentimentos mais profundos e legítimos.

Finalmente, observamos que não temos a pretensão de que esta emenda represente a solução completa e ideal do problema por ela abordado. Aperfeiçoamentos, certamente, surgirão, caso venha a ter a tramitação que para ela solicitamos. Sua apresentação será o ponto de partida para modificações que entendemos necessárias e urgentes, caso não queiramos, mais uma vez, naufragar em nossa difícil e contraditória evolução política e social.

E, concluindo, observamos que o debate estabelecido em torno das sublegendas demonstra à saciedade: a) o irrealismo do bipartidarismo, do qual nos poderão advir males maiores do que os do passado, como seria, sem dúvida, adoção da sublegenda; b) a necessidade urgente de ser reformulada a legislação sobre organização dos Partidos, tornando-a realmente democrática e, portanto, livre, mas estabelecendo-se normas que impeçam — quer com a proliferação de Partidos, quer de sublegendas — o retorno à era e práticas que tão nocivas nos foram. Em vez de preocupações regionais ou apenas personalistas, que o Congresso Nacional, indo de encontro à opinião pública, cuide dos interesses de toda a Nação!

Sala das Sessões, em de de 1967. — Marcos Kertzmann — João Herculino — Adhemar Filho — Prestes de Barros — Sadi Bogado — Justino Pereira — Gastoni Righi — Anacleto Campanella — Nazir Miguel — Getúlio Moura — Maurício Goulart —

Hermes Macedo — Aldo Fagundes — Wilson Roriz — Nadir Rossetti — Francisco Amaral — Lurtz Sabiá — Padre Nobre — Raul Brunini — Israel Pinheiro Filho — Ruy D'Almeida Barbosa — José Saly — Bernardo Cabral — Ario Theodoro — Pereira Pinto — Jorge Cury — Carlos Alberto — Vicente Augusto — Luiz Cavalcante — Wilson Martins — Júlia Steinbruch — Floriano Rubin — Antonio Ueno — Moacyr Silvestre — Figueiredo Corrêa — Antonio Bresolin — Lígia Doutel de Andrade — José Mandelli — Joel Ferreira — Floriceno Paixão — Broca Filho — Murilo Badaró — Raimundo Andrade (apoio) — Paulo Macarini (apoio) — Chagas Rodrigues — Justino Pereira (Dupl. 6) — Cleto Marques — Vital do Rêgo — Clemens Sampaio — Alceu Carvalho — Antônio Magalhães — Paulo Campos — Padre Vieira — José Resegue — Flôres Soares — Parente Frota — Arlindo Kunsler — Arnaldo Prieto — Montenegro Duarte — Aquiles Diniz — Marcial do Lago — Amaral Furlan — Ezequias Costa — João Lira Filho — Regis Pacheco — Ivãr Saldanha — Mário Piva — Petrônio Figueiredo — Doin Vieira (apoio) — Vinicius Cansação — Aécio Cunha — Heitor Cavalcanti (apoio) — José Maria Ribeiro — Bezerra de Mello — Celestino Filho — José Burnett — Leão Sampaio — Franco Montoro — Renato Azeredo — Janduhy Carneiro — Braga Ramos — Jaeder Albergaria — Ewaldo Pinto — Passos Pôrto — Edgard Martins Pereira — Campos Vergal — Mário Gurgel — José Richa — Henrique Henkin — Mariano Beck — Hermano Alves — Martins Junior — Aureliano Chaves — José Lindoso — Cardoso Alves — Monsenhor Vieira — Hélio Gueiros — Dayl Almeida — Nasser Almeida — Edgard Pereira — Bento Gonçalves — Matheus Schmidt — Levy Tavares — Romano Evangelista — Ary Alcântara — Aniz Badra (apoio) — Milvernes Lima — Celso Passos — Benedito Ferreira — Pires Saboia — Eraldo Lemos — Padre Godinho — Adolpho de Oliveira — Pedroso Horta — Luiz Braga — Rockefeller Lima — Jamil Amiden — Magalhães Melo (apoio) — Edil Ferraz — Wilson Falcão (apoio) — Fernando Magalhães — Antônio Anibelli — Altair Lima — Manoel

de Almeida — Nunes Freire — Cid Carvalho — David Lerer — Sinval Boaventura (apoio) — Rubem Nogueira — Alvarc Lins — Raimundo Parente — Waldir Simões — Alexandre Costa — Mata Machado — Dias Menezes — Clemens Sampaio (Dupl. 49) — Vieira da Silva — Oceano Carleial — Minoru Miyamoto — João Paulino — Raimundo Boguea.

EMENDA CONSTITUCIONAL

N.º 10, DE 1968

Dispõe sobre a acumulação de cargos de magistério com outro de qualquer natureza.

(Do Deputado Mariano Beck)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — O inciso III e o parágrafo 1.º do art. 97 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 97 —
I —
II —
III — A de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.

IV —

§ 1.º — Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja compatibilidade de horários."

Justificação

Uma experiência de mais de 20 anos de trabalho no setor de ensino público como Diretor-Geral da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, seu Assistente Técnico de Legislação Educacional, e, afinal, titular da mesma Secretaria de Estado em dois Governos, leva-me a apresentar o projeto de emenda constitucional anexo, cuja aprovação solucionaria dificuldades imensas, hoje quase intratáveis, dos estabelecimentos de ensino oficial de todos os graus, especialmente no interior dos Estados.

É de todos conhecida a deficiência de professores, mormente do ensino de nível médio. O crescimento da rede de ginásios e colégios, tanto secundários como normais ou de natureza técnica, foi vertiginoso nos últimos anos. Praticamente, pelo menos nas unidades sulinas da Federação, todas as comu-

nas já possuem seus educandários de segundo grau, todos eles enfrentando, entretanto, sérios problemas para o provimento de vagas nos seus corpos docentes. Esses problemas decorrem, muitas vezes, de óbices legais à contratação ou nomeação de professores.

Dou um exemplo, tão-só, dos muitos de meu conhecimento: na Cidade de Tupanciretã, no Rio Grande do Sul, o Colégio Comercial Mãe de Deus, ali mantido pelo Governo do Estado, com uma matrícula de mais de 300 alunos, está na iminência de fechar suas portas porque dois professores de disciplinas fundamentais no currículo escolar, pertencendo ambos ao quadro de servidores do Banco do Brasil, onde exercem funções de natureza puramente administrativa, deverão deixar o magistério estadual.

Tendo em vista o disposto no art. 97, inciso III, da Constituição em vigor, que só admite a acumulação de cargo de professor com outro técnico ou científico, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil, ou um órgão do próprio Banco, oficiou aos aludidos professores determinando que optem entre um ou outro cargo que exercem. Veja-se o absurdo amparado pela própria Lei Maior da República. No caso apontado, os mestres, experimentados e capazes, são os únicos, naquela cidade e nos Municípios vizinhos, habilitados legalmente para a docência que exercem. Como este, poderia apontar dezenas de outros, inclusive em capitais como São Paulo, Porto Alegre e Brasília.

Um país como o nosso, onde ao ensino se devem proporcionar todas as facilidades, onde há falta de professores, onde o professorado é mal remunerado, a exigência constitucional do inciso III do art. 97, no que se refere ao magistério, é altamente contraproducente.

Não pretendo abolir o princípio salutar e moralizador da vedação de acumulação; pelo contrário, apenas desejo estabelecer mais uma exceção, no interesse do ensino e da educação ministrada pelo Poder Público.

O acolhimento da presente emenda à Constituição de 1967 será mais um serviço prestado pelo Congresso à ju-

ventude estudiosa e à Nação brasileira.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1968. — Mariano Beck — Mário Covas — Mário Gurgel — Victor Issler — Adylio Vianna — Paulo Macarini — Pedro Marão — Getúlio Moura — Milton Reis — Chagas Rodrigues — Mário Maia — Padre Nobre — Oswaldo Lima Filho — Matheus Schmidt — Thales Ramalho — Ivette Vargas — Cleto Marques — Hermano Alves — Celestino Filho — Erasmo Martins Pedro — Antonio Bresolin — Joel Ferreira — Lauro Leitão — Otavio Caruso da Rocha — Murilo Badaró — Rozendo de Souza — Milvernes Lima — Arnaldo Prieto — Adhemar Ghisi — Antonio Magalhães — Daso Coimbra — Raul Brunini — Armindo Mastrocolla — Teófilo Pires — Leo Neves — Emílio Murad — Alexandre Costa — Braga Ramos — Cid Rocha — José Carlos Leprevost — Hamilton Magalhães — Cunha Bueno — Reynaldo Sant'Ana — Waldir Simões — Aluizio Bezerra — Prestes de Barros — Arnaldo Cerdeira — Padre Antonio Vieira — Medeiros Neto — Ademar Carvalho — Athiê Cury — Hélio Garcia — Romano Massignan — Armando Carneiro — Carvalho Leal — Mário Piva — Aldo Fagundes — David Lerer — Sadi Bogado — Paulo Abreu — Renato Celidônio — Marcos Kertzmann — Raimundo Andrade — Cardoso Alves — Rubem Nogueira — João Calmon — Euclides Triches — Elias Carmo — Paulo Campos — Feu Rosa — Aurino Valois — Osmar de Aquino — Ortiz Monteiro — Hélio Gueiros — Sinval Boaventura — José Richa — Dayl de Almeida — José Burnett — Francisco Amaral — Anacleto Campanella — Josaphat Azevedo — Henrique de La Rocque — Doin Vieira — Monsenhor Vieira — José Carlos Guerra — Antônio Neves — Ruy D'Almeida Barbosa — Unirio Machado — Genésio Lins — Jorge Cury — Clóvis Pestana — Figueiredo Corrêa — José Colagrossi — Janduhy Carneiro — Maria Lúcia Araújo — Nísia Carone — Hanequim Dantas — Israel Novaes — Mata Machado — Nadyr Rossetti — Arruda Câmara — Maurício de Andrade — Osmar Cunha — Albino Zeni.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 1.677, DE 1968

Nos termos regimentais, requiro a transcrição nos Anais do Senado do artigo "Uma Obra de Amor", de autoria do escritor Gustavo Corção, no qual se exalta a obra realizada pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, publicado na edição de hoje, 5 de dezembro, do jornal "O Globo".

Sala das Sessões, em 5 de dezembro de 1968, — Gilberto Marinho

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — O requerimento lido será publicado e, oportunamente, incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa há ofício do Sr. Governador do Estado da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

Ofício GGG N.º 1.424

Em 29 de novembro de 1968.

Senhor Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício de Vossa Excelência comunicando haver enviado, no dia 27 de novembro, à Imprensa Nacional, a fim de ser publicada no *Diário Oficial*, a Resolução n.º 66, de 1968, que autoriza o Governo do Estado da Guanabara a realizar, com aval do Tesouro Nacional, operação de financiamento para o contrato de prestação de serviços técnicos de coordenação dos projetos de construção do primeiro trecho da linha prioritária do metrô do Rio de Janeiro.

Solicito a Vossa Excelência que transmita oficialmente ao nobre Senado da República o texto das declarações que acabo de fazer à imprensa, a propósito da aprovação do projeto de resolução, vazada nos seguintes termos:

"Inicialmente, devo manifestar de público o meu profundo respeito e a minha grande admiração pelo elevado espírito federativo, mais uma vez comprovado pelo Senado da República, ao votar por unanimidade — trinta e seis votos e duas abstenções, portanto nenhum voto contrário — a reso-

lução legislativa de autorização para o segundo contrato do Metrô carioca.

O símbolo do espírito federativo do Senado esteve sempre representado na figura exemplar do nobre Senador pela Guanabara, Gilberto Marinho, Presidente da Câmara Alta.

A estima e o respeito da maioria da Federação pela Guanabara e pelo 'desejo' de modernização e progresso da cidade, foram expressos nas votações unânimes das Comissões de Finanças, de Constituição e Justiça e dos Estados, bem como na breve e incisiva oração do líder do Governo Federal, o nobre Senador pelo Rio Grande do Sul, Daniel Krieger, que soube situar no plano maior de grandeza o debate da matéria. É para mim uma honra e uma alegria verificar que a votação registrou uma atitude de elevado bipartidarismo, graças à vigilante e autorizada atuação do nobre líder da ARENA, Senador Filinto Müller, defensor da Guanabara e meu prezado amigo pessoal.

Quero ressaltar o papel do nobre Senador pela Guanabara, Aurélio Vianna, líder do MDB, ao relatar na Comissão de Finanças o projeto de resolução, após exaustivo exame do assunto. O nobre Senador, cujo zelo pela causa pública é notório, defendeu em plenário o projeto com o ardor de uma consciência tranqüila e convencida.

Senadores de todos os Estados e partidos revigoraram com a sua confiança o desejo de meu Governo, de trabalhar pela humanização do Rio, através da construção do Metrô, transporte de grandes massas para a crescente população da cidade."

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Francisco Negrão de Lima, Governador.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Há orador inscrito. Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, malgrado as manifestações em contrário de, praticamente, tôdas as entidades sindicais do País, notadamente a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, persiste o Sr. Ministro da Saúde em adotar o seu plano nacional, com experimentação agora na cidade de Friburgo, Estado do Rio.

Já por diversas vezes abordamos o assunto, examinamos a matéria exaustivamente e concluímos pela inexecutabilidade do plano que, além de gravar sobre o Tesouro Nacional, determina, ainda, que os beneficiários da previdência social terão que arcar com uma nova despesa, pois deverão complementar o que o médico pedir na cobrança de consultas e receitas.

Alertamos, também, Sr. Presidente, para o gravíssimo fato de que as instituições hospitalares pertencentes ao Governo passarão, praticamente, para as mãos de particulares pelo preço histórico da aquisição. Isto implica em dizer, e fez-se um cálculo neste sentido, que o Hospital dos Servidores, na Guanabara, pertencente ao IPASE, passaria, se consumado o plano, pela importância de cerca de NCr\$ 60.000,00, para as mãos de particulares.

Não podemos deixar de continuar protestando contra o Plano Nacional de Saúde, tal como concebido pelo atual titular da Pasta, e esperamos que S. Ex.^a revogue a sua decisão, que trará consequências funestas à economia popular. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Tôda a matéria da pauta da Ordem do Dia, já com discussão encerrada, depende de votação que deixa de ser feita, no momento, por inexistir *quorum* regimental.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Há orador inscrito para falar após a Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Estado da Guanabara comemora, hoje, o 3.º aniversário da administração do Dr. Francisco

Negrão de Lima. Parece estranho que eu, sendo Senador pelo Estado da Paraíba, venha proferir umas palavras acerca da passagem dessa efeméride do Estado aqui representado por V. Ex.^a, pelos eminentes Senadores Mário Martins e Aurélio Vianna, Líder do meu Partido, que não se encontra neste Plenário.

Vivendo em Brasília, que é a Capital da República, em João Pessoa, capital do meu Estado, praticamente resido na bela capital do Estado da Guanabara desde 1931. Lá tenho sido muito feliz e venho acompanhando, durante essa fase de minha vida, a atuação de todos os governos, desde os Prefeitos nomeados pelo Presidente da República, quando Distrito Federal, até hoje com os Governadores eleitos pelo povo carioca.

Reconheço que imensas são as dificuldades para um administrador daquele Estado-cidade, considerando o fato de ter sido por longos anos Capital da República.

Sendo uma das cidades mais belas do mundo, com a sua natureza elogiada de modo especial pelos estrangeiros, o Rio de Janeiro apresenta para os seus dirigentes profundas dificuldades, pelos problemas que afligem os seus habitantes.

O esforço do Embaixador Francisco Negrão de Lima nestes três anos de sua gestão, olhado sem paixão, merece, no meu entender, aplausos até porque estes servirão de incentivo para que o governante carioca, dentro do drama que tem vivido, verifique que existe quem reconheça os seus méritos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Governador da Guanabara, eleito num pleito renhido pelo povo da capital espiritual do Brasil, tem, indiscutivelmente, realizado muito, sobretudo na Zona Norte da cidade. Ele recebeu o Governo das mãos do Sr. Carlos Lacerda, que, embora meu adversário, é justo reconhecer, empreendeu obra gigantesca. Daí a responsabilidade imensa que S. Ex.^a tinha de não modificar o ritmo das realizações. E o admirável é que isto se verificou. Como disse no início deste registro, pode-se verificar que as obras não pararam, muitas foram concluídas e outras iniciativas estão sendo levadas a bom termo pelo seu Governo.

Um administrador paciente e sereno merece sempre aplausos. As acerbas críticas feitas ao Governador do Estado que festeja o terceiro ano da sua gestão são decorrentes, em grande parte, das catástrofes climáticas que se têm abatido sobre o Rio nos últimos anos. Entretanto, cercado de uma equipe valorosa, de grandes técnicos e trabalhando dia e noite como vem fazendo, S. Ex.^a já realizou uma série de obras de engenharia custosas, protegendo, assim, os habitantes da cidade, vítimas dos temporais que hoje tanto amedrontam os cariocas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, velho amigo do Governador Negrão de Lima, mas de poucos contatos com S. Ex.^a, sobretudo durante o período do seu governo, espontaneamente tomei a deliberação de render, desta tribuna, uma modesta homenagem à grande terra carioca, mandando as minhas congratulações ao honrado e operoso dirigente dos seus destinos, para aplaudi-lo nas realizações já concretizadas e formular votos para que consiga atingir a meta almejada no programa do seu governo. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Mais nenhum dos Srs. Senadores presentes desejando fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional estará reunido, hoje, às 20 horas e 30 minutos, tendo como Ordem do Dia leitura e demais providências iniciais para a tramitação dos projetos de emenda constitucional n.º 7 e 8/1968.

Nada mais havendo a tratar, designo para a Sessão Ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 129, DE 1968 — DF

[Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 129, de 1968 — DF, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo PARECERES, das Comissões

— de Constituição e Justiça:

1.º pronunciamento (Parecer n.º 1.120/68), pela constitucionalidade, com Emendas que oferece de n.ºs 1 e 2-CCJ;

2.º pronunciamento (parecer oral, proferido na sessão matutina de 30-11-68), pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão do Distrito Federal;

— de **Serviço Público Civil** (Parecer n.º 1.121/68), pela aprovação do projeto e das emendas da Comissão de Constituição e Justiça, apresentando, ainda, a Emenda n.º 1-CSPC;

— do **Distrito Federal** (Parecer n.º 1.122/68), favorável, nos termos do substitutivo que apresenta, englobando as Emendas n.ºs 1 e 2-CCJ e 1-CSPC;

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 48, DE 1968

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 1968, originário da Câmara dos Deputados (n.º 86-A/68, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, reconhecendo como legal contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Remington Rand do Brasil S.A., tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 1.102, de 1968, da Comissão — de **Finanças**.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 53, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 53, de 1968, de iniciativa do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que altera a redação do § 1.º do artigo 67 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), relativamente à data da entrada em vigor dos reajustamentos dos benefícios em manutenção, tendo

PARECERES, sob n.ºs 702, 703 e 704, de 1968, das Comissões

— de **Constituição e Justiça**, favorável, com votos com restrições dos Senadores Petrônio Portella, Aloysio de Carvalho e Antônio Carlos;

— de **Legislação Social**, favorável, com Emenda que oferece de n.º 1-CLS;

— de **Finanças**, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Legislação Social, e com Emenda que oferece de n.º 2-CF, com voto vencido do Senador Mem de

Sá e com restrições do Senador Petrônio Portella.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 98, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 98, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que garante vencimentos integrais em caso de licença relativa a doença de filho ou dependente menor, e dá outras providências, tendo **PARECERES**, sob n.ºs 982, 983 e 984, de 1968, das Comissões

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, com Emenda que apresenta de n.º 1-CCJ;

— de **Serviço Público Civil**, favorável, com Emenda que apresenta sob n.ºs 2-CSPC, 3-CSPC e 4-CSPC;

— de **Finanças**, favorável ao projeto e às Emendas de números 3-CSPC, 4-CSPC, com subemenda à Emenda n.º 2-CSPC, em substituição à Emenda n.º 1-CCJ.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 114, DE 1968

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 114, de 1968, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que inclui no Plano Rodoviário Nacional as rodovias "Poços de Caldas—Botelhos—Divisa Nova—Alfenas e BR-381—Varginha—Alfenas—Usina de Furnas", e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.ºs 1.024, 1.025 e 1.026, de 1968, das Comissões

— de **Constituição e Justiça**, pela juridicidade e constitucionalidade, com as Emendas de números 1-CCJ, 2-CCJ e 3-CCJ;

— de **Transportes, Comunicações e Obras Públicas**, pela aprovação do projeto e das emendas da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas que oferece de n.ºs 4-CT e 5-CT; e

— de **Finanças**, pela aprovação do projeto e das emendas das Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 25, DE 1968

Votação (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do

art. 265 do Regimento Interno), em 1.º turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1968, de autoria do Senador João Abrahão, que dispõe sobre a realização das eleições no Distrito Federal para escolha de seus representantes à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, tendo

PARECER, sob n.º 1.105, de 1968, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com declaração de voto dos Senadores Josaphat Marinho, Nogueira da Gama e Edmundo Levi.

REQUERIMENTO N.º 1.677, DE 1968

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 1.677, de 1968, de autoria do Sr. Senador Gilberto Marinho, requerendo transcrição nos Anais do Senado do artigo "Uma obra de Amor", de autoria do escritor Gustavo Corção, no qual se exalta a obra realizada pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, publicado na edição de 5 de dezembro, no jornal O Globo.

CONGRESSO NACIONAL PROJETO EM TRAMITAÇÃO

Projeto de Lei n.º 38, de 1968 (CN), que "fixa vencimentos básicos de cargos do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas da União do Distrito Federal e do Ministério Público, e dá outras providências".

(Comissão Mista — Presidente: Senador Josaphat Marinho — Vice-Presidente: Deputado Ulysses Guimarães — Relator: Deputado Emilio Gomes.)

Calendário

Dias 4, 5, 6, 9 e 10-12 — Apresentação de emendas, perante a Comissão.

Dia 16/12 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 17:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Até o dia 20/12 — Apresentação do parecer, pela Comissão.

Até dia 12-12 — Publicação do parecer; e

Até dia 24/12 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta a ser oportunamente marcada, de acordo com a publicação do parecer.

Prazo. Início: 2-12-68. Término: 10-1-69.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Esta encerrada a sessão

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 20 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 14.^a REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1968.

As quinze horas do dia vinte de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores João Abrahão, Presidente, Aurélio Vianna, Júlio Leite, Clodomir Millet, Adalberto Sena e Manoel Vilalça, reúne-se a Comissão do Distrito Federal do Senado Federal.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Eurico Rezende, Petrônio Portella, José Feliciano, Atílio Fontana e Wilson Gonçalves.

É lida e sem debates aprovada a Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente, comunica aos Senhores Senadores os motivos da reunião, ou seja, o depoimento do Doutor Hamilton Pereira, Presidente da Cooperativa Agropecuária de Brasília, sobre o problema do leite, e, a seguir, concede a palavra ao Senhor Senador Clodomir Millet, para iniciar as perguntas.

Após usar da palavra o Senhor Senador Clodomir Millet, o Senhor Presidente da Cooperativa Agropecuária de Brasília, com o auxílio de alguns outros diretores da referida Cooperativa, é demoradamente questionado pelos membros da Comissão.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece a presença do Doutor Hamilton Pereira e determina que as notas taquigráficas desta reunião, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário da Comissão, a presente Ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO A ATA DA 14.^a REUNIÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE AS DENÚNCIAS VEICULADAS PELA IMPRENSA A RESPEITO DE MEDIDAS DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE BRASÍLIA COM RELAÇÃO À PRODUÇÃO DE LEITE

(Depoimento do Sr. Hamilton Pereira, Presidente da Cooperativa Agropecuária de Brasília), às 15 horas de 20 de novembro de 1968.

Publicação devidamente autorizada Pelo Sr. Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (João Abrahão) — Está aberta a reunião.

Inicialmente, quero agradecer a presença do Dr. Hamilton Pereira pela gentileza de atender ao nosso convite para comparecer à Comissão do Distrito Federal, oportunidade em que serão debatidos os problemas referentes à Cooperativa Agropecuária de Brasília.

Antes, concedo a palavra ao Sr. Senador Clodomir Millet, para que ele inicie as perguntas.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Sr. Presidente, já ouvimos o Secretário da Agricultura e, agora iremos ouvir o Presidente da Cooperativa Agropecuária de Brasília.

Recebemos o relatório do Secretário da Agricultura, encaminhado pessoalmente pelo Sr. Prefeito, contendo os resultados do exame feito e o balanço da firma, e vários documentos.

Recebemos também um memorial da Cooperativa Agropecuária de Brasília e, sem que isto importe em qualquer censura, devo dizer que me decepcionou muito o memorial.

Não somos comissão de polícia nem estamos aqui para saber se fulano disse isto ou não disse isto. Nossa missão é outra, e espero que a Cooperativa nos dê esclarecimentos sobre fatos arguidos, e não sobre conversas tidas com o Secretário ou o Prefeito, falta de palavra de um ou do outro, que isto, absolutamente, não nos interessa.

Não está em jogo o problema de compras da Cooperativa. O problema que nos interessa é o fato público denunciado pelos jornais, e que causou escândalo porque era leite jogado fora e que se dizia que a Cooperativa não estava em condições de beneficiar, ou que não teria aparelhamento para isso.

Esse relatório é um amontoado de coisas que não interessam, absolutamente, a nós. São relações de fato criadas no passado entre o Prefeito e o Secretário da Agricultura, enfim, são coisas mais domésticas ou mais para Juízo, para nós não valem nada porque confesso que não interessam.

Interessaria para nós o seguinte: é preciso esclarecer que a Comissão, por sua natureza, já é isenta — e eu mais isento ainda porque não sou daqui e não conheço, até certo ponto tenho dificuldade de dar certos esclarecimentos, o mecanismo da Cooperativa. Sou mais um homem prático e que, à vista dos elementos que me dão eu sei o que devo perguntar e sei do que devo me servir para orientar inclusive os companheiros da Comissão.

O que interessa é o seguinte: primeiro, V. S.^a conhece o relatório apresentado por esta Comissão da Secretaria de Agricultura que verificou as condições de funcionamento. V. S.^a teve em mãos as cópias?

O Sr. Hamilton Pereira — Devo informar a V. Ex.^a que, logo após a divulgação pela Imprensa de que a Cooperativa estaria jogando leite no esgoto de Brasília, a Prefeitura do Distrito Federal, através de sua Secretaria de Agricultura mandou à Cooperativa uma Comissão — salvo engano — sob o nome de Comissão de Sindicância, para apurar os fatos apontados pela reportagem. A esta Comissão foram abertas todas as portas para que vasculhassem a Cooperativa e sua documentação, dentro da maior amplitude. Mas devo informar a V. Ex.^a, Sr. Senador, que à Diretoria da Cooperativa, ao seu modesto Presidente, nenhum direito de defesa lhe foi dado nem mesmo ouvi-

do para se pronunciar em torno daquela Comissão de Sindicância que a Prefeitura para lá havia mandado.

De sorte que, Sr. Senador, tive conhecimento desse relatório quando a Comissão Parlamentar de Inquérito o requisitou, fazendo a sua leitura, em parte, perante os Srs. Membros daquela Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados.

Não sei se respondi.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Muito obrigado.

Vou dar alguns pontos do relatório, que é para que o senhor nos esclareça sobre alguns fatos ali referidos.

Primeiro fato, é o seguinte: o contrato da Cooperativa com a Prefeitura, através da NOVACAP, obrigava a Cooperativa a pagar uma taxa, se não me engano, de 0,25% nos primeiros 6 meses e depois aumentada, sobre os valores daqueles bens que foram cedidos à Cooperativa; para a NOVACAP. E uma taxa que seria paga para a Prefeitura. O relatório informa que nunca foi paga qualquer importância, mas, o Secretário da Agricultura ontem nos declarou que teve informações de que foi pago até janeiro à NOVACAP, embora essa informação tivesse sido posteriormente. Eu pergunto ao senhor, que é representante da Cooperativa, se realmente é verdade isso?

O Sr. Hamilton Pereira — Devo informar a V. Ex.^a que a Cooperativa Agropecuária de Brasília, que tem uma existência de, salvo engano, um ano e sete meses, ou um ano e oito meses, passou por uma Diretoria e outra, que é a atual. Eu estou à frente da Cooperativa há cerca de sete ou oito meses. Quando assumi a Presidência, preocupei-me com o assunto. Tanto é verdade, que mandei, determinei, através de sacrifício, de esforço, o recolhimento da importância de cerca de dez milhões e quinhentos mil cruzeiros velhos à NOVACAP e pedimos o parcelamento do restante, através de processo em tramitação perante o Poder Público.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — É a segunda parte?

O Sr. Hamilton Pereira — A segunda parte, devo informar a V. Ex.^a que nós estamos aqui para esclarecer a verdade, e queremos justiça apenas,

em torno deste fato que se tornou momentoso. Devo esclarecer que é preocupação nossa em pagar, e devo esclarecer a V. Ex.^a que dentro dos princípios jurídicos houve inquestionavelmente uma tolerância, por parte do Poder Público, para o recebimento destas importâncias que de fato deveremos pagar.

E devo informar a V. Ex.^a, se permitirem, que com as perguntas objetivas que V. Ex.^a me faz gostaria também de fazer uma explanação: porque o fato, realmente, Sr. Senador, permita-me, ele exige uma explicação, porque tem raízes profundas, para que se demonstre perante esta Casa que aquele amontoado de coisas, que o Presidente escreveu, traz alguma coisa de substancial que esclareça, realmente, a questão na sua profundidade.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Quero esclarecer, em relação ao Memorial, que para nós, para o meu juízo, eu pedi a mesma coisa à Prefeitura. Então, à base dele não posso fazer pergunta nenhuma porque são coisas que a Cooperativa alega teria havido em reuniões lá com o Prefeito. Isso é coisa para ser alegada em sua defesa, em Juízo. Para nosso caso o que interessa são os fatos sobre o que está argüido aqui. Estou fazendo as perguntas dentro do mesmo roteiro com que fiz ao Secretário da Agricultura.

E, para concluir, perguntando ao Secretário porque não tinha usado das faculdades que lhe dava o próprio contrato, na letra c, cláusula 9.^a, que diz que o não recolhimento da taxa no prazo convencionado dá margem à rescisão do contrato, ele confessou que nunca quis agir dessa maneira, não quis agir assim, que realmente a Cooperativa não tinha pago, mas quando o Senhor assumiu a presidência procurou regularizar o assunto, na primeira parte e está se preparando para solucioná-lo na segunda parte, que é obrigado a entregar até o dia 5 de cada mês.

É uma irregularidade cuja culpa não cabe ao Senhor que assumiu a direção há poucos meses, mas se a Prefeitura não agiu de acordo com a cláusula 9.^a do contrato o problema é dela, que não quis se valer do que lhe assegurava, na defesa de seus inte-

resses, o estabelecido no próprio contrato.

A terceira pergunta já foi esclarecida, está implicitamente respondida, nunca foram tomadas providências a esse respeito. Eu queria fazer algumas perguntas agora, simplesmente para orientar-me sobre, essas alegações aqui do Relatório:

Os Srs. estão aparelhados, têm laboratório apropriado para o exame do leite, desde que recebem, que entregam, todas as condições de higiene? A Cooperativa dá atenção a isso?

Essa pergunta envolve logo outra: E algum dia tiveram a visita de algum fiscal da Prefeitura no que se reporta, por exemplo, a esses problemas de proteção da saúde da população, em relação ao leite que é manipulado pela Cooperativa, tanto no ato de receber como no ato de industrializar, como no ato de distribuir? Quais as providências que a Cooperativa adota a esse respeito?

Eu queria saber se estavam procedendo a um trabalho em benefício da saúde da população.

O Sr. Hamilton Pereira — Sr. Senador, estou habilitado a responder a V. Ex.^a que a Cooperativa mantém um laboratório para análise, muito embora um laboratório que necessite de uma ampliação, lá se está fazendo uma análise como manda o figurino.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Fazia parte do acervo da Usina o laboratório? Ele já veio com a Usina ou foi adquirido posteriormente? Digo o material.

O Sr. Hamilton Pereira — Todo o material é de propriedade da Prefeitura. Apenas não havia os instrumentos necessários de que precisava a Usina para as análises.

O leite tem sido analisado com muito critério. A Cooperativa mantém um dos melhores técnicos no assunto, homem formado, que aqui se encontra, salvo engano, o Dr. Wander-son que passa lá das 7 horas da manhã às 6/7 horas da noite.

Todo leite é examinado rigorosamente — teor de gordura, tudo, tudo, é examinado.

De sorte que, inclusive, necessitamos de um laboratório que nos foi

dado e que deve custar hoje cerca de 6, 7 ou 10 milhões de cruzeiros antigos.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — E houve alguma fiscalização da Prefeitura?

O Sr. Hamilton Pereira — Devo informar a V. Ex.^a, que lá a Prefeitura mantém um técnico, um fiscal da saúde, e tudo passa por ele também. Chama-se Faria.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Quer dizer que ele acompanha todos os exames?

O Sr. Hamilton Pereira — Devo também informar a V. Ex.^a que a própria SUNAB chegou a analisar o leite da Ermida, tendo analisado também o leite de todas as cooperativas e fornecedores de leite para a Capital da República: Paracatu, Goiânia, Gogó, Millionário. Unai não manda leite. Muito bem, Sr. Senador, o leite ideal, o melhor leite fornecido para a população de Brasília é o Ermida. E isso foi comprovado por análise que a própria SUNAB mandou fazer.

E, aí, digo outra coisa, além do mais, só dois foram aprovados, o da Ermida e, salvo engano, o Gogó, que tinha um teor de gordura mais elevado e que não era o leite adequado para se beber.

O da Ermida foi o leite ideal, comprovado pela SUNAB. Os demais estavam irregulares.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) Sr. Presidente, agora, vamos passar à comercialização.

A Ermida recebe leite, na seca ou no inverno, conforme a maior ou menor quantidade. De acordo com o relatório, o leite recebido era da ordem de 22.000, 23.000, 24.000 e até 25.000 litros nos últimos dias. Houve um acréscimo em relação às cotas anteriores.

Há, porém, uma discordância entre os dados fornecidos à Cooperativa, à Comissão de Inquérito e os oferecidos pela SUNAB. Nos dois relatórios, cada um dá uma quantidade, e há uma relação, fornecida pelos Senhores, aqui anexada, que diz "acrescentando até dois mil e tantos litros e mesmo assim a quantidade não é a mesma".

O fato não teria maior importância, porque desejamos saber o seguinte: há, realmente, uma sobra de leite diariamente. Desses 25.000 litros de um dia, por exemplo, o engarrafamento foi apenas da ordem de 16.000 litros.

Uma pergunta ligeira: o leite pasteurizado é todo engarrafado, aquelas 16.000 garrafas representam todo o leite pasteurizado do dia, ou há outro leite pasteurizado que não está dentro das garrafas?

O Sr. Hamilton Pereira — Respondendo a V. Ex.^a.

Não sei se V. Ex.^a e os Srs. Senadores sabem que a capacidade de pasteurização máxima da usina, em trabalho normal, é de 15.000 litros de pasteurização.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — E quanto às outras. A Comissão verificou, por informação da própria Ermida, que a capacidade seria de 16.000 em oito horas. Quer dizer, o trabalho lá é de oito horas apenas.

O Sr. Hamilton Pereira — Mas lá se trabalha à noite também, Senador.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Seria interessante que se visitasse a Ermida. Esses 15.000 constituí trabalho de oito horas, ou de mais horas?

O Sr. Hamilton Pereira — São trabalhos de mais horas, com espaços. Poderia indagar ao técnico, se V. Ex.^a me permite.

(Tumulto.)

O Sr. Aurélio Vianna — As declarações que se encontram no relatório que nos foi enviado são autênticas? Foram prestadas pela direção da Cooperativa?

(Tumulto.)

A comissão encarregada declara que foram feitas perguntas à Cooperativa e estas estão respondidas.

Inquiri a V. Ex.^a se as perguntas são aquelas e as respostas são as que ali se encontram.

O Sr. Hamilton Pereira — São, Senador. A mim não foi feita nenhuma pergunta.

O Sr. Aurélio Vianna — Então o que ali se encontra representa a verdade?

O Sr. Hamilton Pereira — Sinceramente, não conheço o processo.

O Sr. Aurélio Vianna — Tinha autoridade para responder, quem respondeu?

O Sr. Hamilton Pereira — Não sei informar.

O Sr. Aurélio Vianna — Isso é fundamental.

Há perguntas e respostas. As respostas foram apresentadas por quem tinha autoridade de fazê-lo em nome da Cooperativa?

O Sr. Hamilton Pereira — Perguntaria a V. Ex.^a, Senador Aurélio Vianna, se poderíamos ouvir o técnico da Usina que aqui se encontra.

O Sr. Aurélio Vianna — Quem foi inquirido na Usina?

O Sr. Hamilton Pereira — Não sei informar. Gostaria fosse ouvido o técnico, que talvez nos esclarecesse.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Há um documento que diz:

(Lê)

"Dados da produção de leite, tomados na Cooperativa Agropecuária de Leite Ltda. no dia .. 30/1...

O Sr. Wanderson Amarante Campos — (Inaudível.)

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — (continua a ler o documento)

O Sr. Wanderson Amarante Campos — Certamente essas perguntas foram feitas a empregados. O Presidente não teve conhecimento. O que posso informar aos Senhores são os boletins aqui com os dados, com todo movimento de chegada e de saída.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Mas, quando a Comissão esteve lá, não estava o Presidente, não estava nenhum dos Diretores?

O Sr. Hamilton Pereira — O Presidente estava, sim.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — E não foi perguntado?

O Sr. Hamilton Pereira — Não, não foi perguntado.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — E o Gerente, a pessoa que administra?

O Sr. Hamilton Pereira — Eu franqueei tudo. Eles ficaram à vontade, e não me perguntaram mais coisa alguma.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Aqui há tudo como tomado na Cooperativa, com perguntas e respostas:

Quantos cooperados mandam leite para a Cooperativa? Somente 130.

Qual o preço do leite na plataforma, pago pela Cooperativa, dos cooperados? Até 31 de outubro, NCr\$ 0,33; a partir de 1.º de novembro, NCr\$ 0,21.

Qual o preço do leite no revendedor? Atualmente é de 247 cruzeiros antigos; a partir de 1.º de novembro, será 233 cruzeiros antigos.

Estas informações constam.

Aqui, há outra parte técnica:

Quais os subprodutos? Queijo, manteiga e doce de leite.

Qual o mais lucrativo? Manteiga e doce de leite.

Qual o preço do leite, etc. etc.

Dé modo que são perguntas que estão respondidas com precisão, e aqui se entende que é pela própria Cooperativa.

O Sr. Hamilton Pereira — Tenho a impressão, Sr. Senador, que eles devem ter colhido através do que está aqui. No dia 19 de novembro de 1968, está aqui: leite bom, 20.795...

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Não, não é isto não! Houve uma pergunta:

Qual o beneficiamento que sofre o leite? Resposta: O leite coado é passado para o tanque de pasteurização, a seguir é pasteurizado e engarrafado mecanicamente. Porque não usa a câmara fria, onde o leite é colocado e engarrafado como depósito de leite que tem de esperar na plataforma, sujeito ao sol e ao calor, até o es-

vaziamento dos tanques. Não tem prazo... Tem prazo.

O Sr. Hamilton Pereira — Respondendo a V. Ex.ª

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Não. Estou perguntando, corroborando com o Senador Aurélio Vianna, para nos informar sobre a validade deste documento.

Se são dados realmente, porque se não forem dados fornecidos pela Cooperativa, e se são imprecisos, ele prejudica naturalmente as conclusões da própria Comissão, porque isso é a pergunta e a resposta.

O relatório propriamente dito do que eles viram, do que apuraram por conta própria, está aqui anteriormente. Isso sim que eles tiraram daí. Eu vi aqui, leite engarrafado. Partindo desse leite engarrafado é que eu fiz a pergunta: se todo leite pasteurizado é engarrafado ou se há leite pasteurizado que não é engarrafado.

O Sr. Hamilton Pereira — Eu informo a V. Ex.ª que o leite é pasteurizado na base — nós temos vendido leite pasteurizado entre 13, 14, 15, 16 mil litros, conforme o mercado.

O excedente, o técnico vem e diz: "Há um excesso de leite". Ele dá a palavra. Conforme a acidez do leite ele vai para a manteiga, vai para o queijo, vai para o doce de leite.

Indo para a manteiga, então o que acontece? Extrai-se toda a gordura do leite e o restante é aquilo que nós vulgarmente chamamos de soro e que fica à disposição dos senhores cooperados, inclusive muitos deles têm levado para suas fazendas, como o Dr. Ozana Campos Guimarães, que aqui se encontra presente. O Governador de Goiás tem levado também.

Aquilo que sobra e ninguém leva se joga fora. Vai também uma parte para queijo e outra para requeijão.

Mas é preciso também que se diga que não temos capacidade para industrialização do soro.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Vamos por partes: a pergunta é se recebem vinte e cinco mil litros de leite e se engarrafados foram apenas catorze mil? Este leite engarrafado é pasteurizado?

O Sr. Hamilton Pereira — V. Ex.ª sabe que, na Cooperativa, a figura do Presidente é quase simbólica, muito embora supervisione. Aqui entramos num terreno que pertence ao técnico que se encontra presente e vai informar sobre se esse leite é engarrafado ou não. Se V. Ex.ª permitir, ele poderia responder.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — O problema é o da sobra. Evidentemente, o leite é industrializado, o soro que fica é uma consequência. Mas o que interessa é a capacidade da usina.

A alegação principal, que se depreende do seu relatório é que ela não está aparelhada para beneficiar todo o leite que chega mas pergunto, este leite, que chega e é engarrafado é o único pasteurizado? Depois, virá a segunda pergunta: deste leite engarrafado, a sobra é toda vendida?

O Sr. Hamilton Pereira — O leite nós pasteurizamos dentro da capacidade da usina. Vamos pasteurizar os quinze mil ou dezesseis mil litros.

Se não temos condições para pasteurizar além disso, como seria possível, se é a capacidade que a usina comporta?

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Há uma sobra alegada. A sobra é de leite engarrafado? E volta à Cooperativa, também, o leite engarrafado que não é vendido?

O Sr. Hamilton Pereira — Volta também, se não é vendido. E, se o grau de acidez do leite havido de volta for elevado, após a verificação pelo técnico, o restante aproveitável desse leite é usado para fazer manteiga, queijo e produtos semelhantes.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Qual a quantidade de leite pasteurizado que é vendida à população?

O Sr. Aurélio Vianna — O relatório apresentado à Comissão revela que a produção, recebida no dia 26 foi de 21.580 litros e que as sobras do dia 26 foram de 15.236 litros. Consequentemente, a Cooperativa vendeu, nesse dia, 6.344 litros.

SOBRAS EFETIVAS — Muito bem. No dia 31, por exemplo. A Cooperativa recebeu 24.247 litros, sobraram 13.984 litros. Consequentemente, a

Cooperativa vendeu, naquele dia, ... 10.263 litros.

No relatório, o que se declara é que tais dados foram extraídos do boletim do movimento geral de leite, que deve estar aqui.

Isto é autêntico ou não é autêntico?

O Presidente da Cooperativa declara que pôs à disposição da Comissão todos os documentos. Ora, ou estes dados são falsos, ou são verdadeiros.

O Sr. Hamilton Pereira — Não tenho, aqui, o de outubro. Eu perguntaria ao técnico se ele está habilitado a responder.

O Sr. Aurélio Vianna — É possível que tenha ficado com o boletim, para, em caso de contradição, poder consultar.

(Trocaram-se apartes inaudíveis.)

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — (Sem microfone — Inaudível.)

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — O leite 1.300. Tenho aqui a relação.

O Sr. Aurélio Vianna — 13.700.

O Sr. Hamilton Pereira — Para o dia 31-10; está aqui um boletim de recepção do dia 31-10. Nêle consta o total de 801 e de 24.247.

(Falha de gravação: inaudível.)

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — A diferença ele alega, aqui é em quilos e lá, em litros, mas deve ser mais ou menos 23 mil e tantos.

Está aqui, no dia 31 — dêsses 24 mil, quantas garrafas? Veja na página anterior. Produção: leite engarrafado — 13.420.

Este é o leite engarrafado para consumo. Pois bem, 13 para 23, são 10 mil litros que foram para fabrico...

Eu perguntei se esse 13 mil foram vendidos, ele disse aqui, que a venda diária varia 13 mil, 12 mil.

O Sr. Anézio José da Silva — Nós temos vendido, realmente, na rua, essa média de 12, 13 até 14 mil litros.

O Sr. Aurélio Vianna — Temos aqui, as vendas: dia 27, 22.556, sobras — 10.556; logo, nesse dia foram vendidos 12 mil.

No dia 28, para 23 mil sobraram 10 mil; então, foram vendidos 13 mil.

No dia 29, a produção recebida foi de 24 mil, foram vendidos 17 mil e sobraram 7 mil.

O Sr. Anézio José da Silva — Então está conferindo.

O Sr. Aurélio Vianna — No dia 31, foram recebidos 24 mil e vendidos 13 mil, então sobraram 11 mil.

O Sr. Anézio José da Silva — Não compreendi a parte que V. Ex.^a disse estavam sendo vendidos 6 mil.

O Sr. Aurélio Vianna — Num dos dias é que foi vendido 6 mil...

O Sr. Anézio José da Silva — O Sr. Diretor-Comercial manifesta o desejo de explicar esse assunto.

O Sr. Diretor-Comercial — Nesse dia que se vendeu 5 ou 6 mil foi o dia que a caldeira queimou.

O Sr. Anézio José da Silva — São detalhes que às vezes fogem à memória do Presidente.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Outra pergunta eu queria fazer: no dia 31 que estamos examinando — eu tenho aqui um mapa — 23.800 ou 24.000 litros como está aqui, foram engarrafados e sobraram 10.000 que não haviam sido pasteurizados. Mas a sobra real foi de 13.884. Dessas garrafas 4 mil não foram vendidos. Logo a sobra foram os 10.000 do que não foi pasteurizado e mais 4 mil das garrafas que não foram vendidas.

O Sr. Anézio José da Silva — V. Ex.^a podia fazer a pergunta outra vez para mim?

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — No dia 31 recebeu 24 mil litros, foram engarrafados 13.000 litros. Sobram 11 mil que não foram engarrafados. Mas a sobra do leite foi de 13.984 ou seja 14.000 litros.

Isso não é residuo acumulado de um dia para outro dia? Isso é que é preciso frisar.

O Sr. Anézio José da Silva — Realmente há sobras de um dia para outro. Vamos contar assim: 15 mil litros, no outro dia recebia 16, depois 17. Foi para 18 e a nossa comercialização dava assim na base de 15 ou 14.

Então fui acumulando leite e chegou a um ponto de haver de manhã 20.000 litros de leite em estoque e naquele dia coincidiu de chegarem 24 mil litros de leite. Num dia. Então, ficamos com 40.000 litros de leite acumulado.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Onde se conclui que as informações aqui do relatório não são, do ponto de vista prático, não são satisfatórias.

O Sr. Anézio José da Silva — Quero dizer a V. Ex.^a que, de todas as pessoas que fizeram esse relatório, muito poucas entendem do assunto.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — O Sr. tem o boletim de vendas do leite?

O Sr. Anézio José da Silva — Está aqui, trata-se dos boletins dos dias 6, do dia 11...

O Sr. Aurélio Vianna — Esse leite que sobra tem outra destinação que não a de consumir?

O Sr. Hamilton Pereira — Ele é aproveitado para queijo, manteiga, mussarela e para doce de leite.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Se o pasteurizado é aproveitado para fazer manteiga, então o relatório está certo, porque o que nós todos pensamos é que dos 25 mil litros que recebem é pasteurizado apenas aquilo que é a capacidade máxima, ou seja 15.000 litros. Os 10 mil litros restantes não ficaram pasteurizados. Agora, se vendem 10, 12 ou 15 mil litros então, relativamente, não está sobrando leite pasteurizado, está sobrando o outro que é jogado no lixo.

Além dêsse que se vende à população o outro é pasteurizado, de modo que aí a diferença está mais ou menos certa, é a soma entre um e outro dia.

O Sr. Aurélio Vianna — Nem todo leite recebido pela Cooperativa é vendido in natura, mas todo ele é aproveitado. Agora, aquele leite jogado fora não foi o leite in natura para o consumo da população. Foi o soro.

O Sr. Hamilton Pereira — Sr. Senador Aurélio Vianna, é a pura verdade. Foi jogado fora o soro. Jamais se jogou leite integral fora.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Quer dizer: nunca se jogou leite integral fora?

O Sr. Hamilton Pereira — Isso é uma farsa.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Agora, o pior de tudo é o seguinte: quem foi que fez essa farsa?

O Sr. Hamilton Pereira — Eu posso explicar a V. Ex.^a

Sr. Senador, com a licença de V. Ex.^a, devo explicar que, inclusive, hoje, prestou depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito o Chefe de Escritório de nome Honorato. Então, informou que um elemento de ligação do Sr. Secretário de Agricultura, funcionário de nome Rubens Goraípe, telefonou para o jornal, chamando o jornal, porque tinha uma notícia, um furo jornalístico, que fôsse lá ver a Cooperativa jogar leite fora. Falou em tom assim rindo, que a notícia era muito boa.

Nesse dia, Sr. Senador, estive, pela manhã, na Cooperativa. Nenhuma autorização dei. Ao contrário, dei autorização para que as portas estivessem sempre abertas à reportagem.

A reportagem esteve lá na parte da tarde e eu me encontrava na Coordenação de Serviços Sociais, cargo que com muita honra ocupava.

A reportagem foi a chamado por esse moço, Rubens Goraípe, e devo informar a V. Ex.^a, para que entenda, para que sinta o problema na sua verdadeira acepção.

Esse moço, quando assumi a Presidência, foi indicado pelo Major Souza Barros, que aqui se acha presente e que era Presidente da Cooperativa.

Esse rapaz foi encarregado pela diretoria da Cooperativa como um cooperado, que pretendia trabalhar na Cooperativa e que era um elemento de ligação da Prefeitura entrosado com o Fisco e que poderia ser útil à Cooperativa.

Esse rapaz entrou para a Cooperativa, percebendo a importância de quatrocentos cruzeiros novos mensais.

Tempos depois, esse rapaz disse que pretendia ser um elemento de ligação entre a Cooperativa e a Secretaria de Agricultura. Fomos ao Sr. Secretário e este me pediu que fizesse um ex-

pediente, solicitando o rapaz, e despachou, mandando que o moço fôsse elemento de ligação entre a Cooperativa e a Secretaria de Agricultura.

Esse rapaz, segundo depoimento de José Honorato, hoje, pela manhã, teria afirmado no dia que prestou seu depoimento, que teria sido chamado pelo Sr. Secretário da Agricultura, que o havia pressionado para ficar ou do lado da Secretaria ou do lado da Cooperativa. Devia definir-se. Então, teria respondido ao Sr. Honorato: sou funcionário da Secretaria de Agricultura.

Devo informar também a V. Ex.^a, para que fique bem caracterizada a personalidade das pessoas: ocupava eu a Coordenação de Serviços Sociais — não sei se já fui demitido, não sei se continuo lá, pelo menos não vi o ato — e, na recente crise da Fundação do Serviço Social, fui convocado para responder pela Fundação, sem prejuízo da Coordenação.

Veio-me a notícia de que um carro estaria sendo reformado na oficina da Fundação. Fui verificar. Realmente, no interior da oficina encontrei um carro com vestígios de que estava sendo reformado. Era um carro particular. Fiz expediente ao Sr. Wilson Pinheiro, que respondia pela Secretaria. Imediatamente, S. Ex.^a demitiu o chefe da oficina, um capitão, como também um major e um tenente que faziam parte daquela movimentação de transportes.

Pois bem, cerca de 4 ou 5 dias fui depor na Comissão de Inquérito da Prefeitura. O Dr. Brasil, chefe dessa Comissão, perguntou-me se aquelas pessoas eram elementos de ligação do Sr. Secretário de Agricultura junto à Cooperativa Agropecuária de Brasília. Disse-lhe que eram. Falou-me que estava surpreso, porquanto existiam ali processos contra aquelas pessoas. Foi ao arquivo, tirou os processos e mostrou-mos.

Um deles, Sr. Senador, diz respeito à importância de 18 milhões de cruzeiros velhos, e que esse funcionário está envolvido.

De sorte que, Sr. Senador, o que posso informar, a respeito da notícia, é que este rapaz telefonou para o jornal, convidando a reportagem.

O Sr. Aurélio Vianna — Chegamos à conclusão, pela leitura do Relatório da Comissão, e pelo que ouvimos ontem, e estamos ouvindo hoje, que há certos pontos de desencontro, talvez não do próprio fruto da má fé, mas de certas naturais incompreensões.

Por exemplo, a Comissão não acusa a Cooperativa de ter atirado, no esgoto, leite pasteurizado, resfriado, próprio para consumo humano. Não acusa. Pelo contrário, aí, defende a Cooperativa. Este volume de leite que constitui a sobra aditiva, isto é, o leite resfriado, pasteurizado, estocado, próprio para o consumo humano, não é o mesmo que foi atirado no esgoto, conforme mostra a fotografia do *Correio Braziliense* do dia 26 de outubro passado.

Ora, a Comissão não diz que o leite que foi jogado no esgoto é o soro ou é o outro. Consequentemente, verificamos que não há propriamente o interesse da Comissão — e só me refiro à Comissão que apurou, que apresentou esses dados — em apurar o fato denunciado, isto é, em concordar que o leite jogado fora é próprio para a alimentação humana. Quer dizer, não há interesse em concordar porque faz essa declaração, não é o mesmo.

O que eu acredito é que o que importa no caso, inclusive a Comissão declara textualmente, que concorda com a Cooperativa no ponto que diz respeito à necessidade de aumento da capacidade da usina, conforme solicitação de sua diretoria, que a Comissão assinala e concorda com a incapacidade industrial, que por sua vez é complementada por uma incapacidade de comercialização.

É possível que não está havendo comercialização do leite pasteurizado, tanto assim que, havendo sobras de leite pasteurizado, essas sobras são transformadas em subprodutos, em queijo, manteiga etc.

Então nós deveremos levar — eu acho que é o desejo de toda a Comissão — a questão para um estudo mais frio, mais técnico, mais seguro, desprezando propriamente o que a princípio frisou o Senador Millet, questões que não vêm realmente esclarecer a questão.

Todos aceitam o mesmo fato: aceita a Prefeitura, através da sua Co-

missão, e aceita a Cooperativa — que todo o leite recebido não está sendo pasteurizado e que o leite que está sendo pasteurizado não está sendo vendido à população porque não encontra mercado. Este é o fato concreto.

O Diretor Comercial da Cooperativa declarou que uma parte do leite pasteurizado é transformado em manteiga, e tanto assim que nos boletins aparecem sobras efetivas. Que significa?

Agora, pergunto, se o leite é distribuído às Cidades-Satélites.

O Sr. Hamilton Pereira — Informo a V. Ex.^a...

O Sr. Aurélio Vianna — Permita completar meu pensamento, porque tenho idéia geral da questão.

Primeiro é esse fato: há um estoque. Quando os tanques isotérmicos não comportam mais leite pasteurizado, — e aqui os boletins comprovam e já se verificou que são autênticos — por haver excesso, isto é, por não haver consumidores... Vamos entender: consumidores com capacidade para adquirir esse leite, porque consumidores há em abundância, porque para cerca de 50 mil ou 60 mil litros de leite consumidos em Brasília diariamente, há uma população de quase 400 mil pessoas.

O fato é aqui: se, porventura — vejamos a incongruência e a contradição — houvesse capacidade da usina de pasteurização do leite, de pasteurizar todo esse leite, as sobras iriam aumentando de maneira terrível. Porque, do dia 26 para o dia 31, essas sobras já iriam a cerca de 11 mil litros de leite.

Daí, volto ao argumento do Diretor Comercial. Quando existe esse fato, e então não há mais capacidade para estocagem do leite pasteurizado, então esse leite é transformado em manteiga, em queijo; ele não é jogado fora.

O que nos interessa a todos nós, da parte da Cooperativa como da parte do Executivo Municipal, é aquilo que já disse no início, são dados que nos esclareçam para uma conclusão que honre a todos.

O Sr. Hamilton Pereira — Devo explicar a V. Ex.^a que não é só a Ermita que fornece leite.

V. Ex.^a há de convir que há disputa do mercado, V. Ex.^a há de convir que inclusive o Leite Goiano já pediu as nossas câmaras para fazer estocagem de sobras...

O Sr. Aurélio Vianna — Não tome as minhas palavras como acusação.

O Sr. Hamilton Pereira — Em absoluto, Senador.

O Sr. Aurélio Vianna — Já declarei que precisamos de esclarecimentos para verificar por que razão há sobra de leite pasteurizado aqui, em Brasília.

Está aqui uma explicação, mas não explique como se estivesse fazendo uma defesa, porque não está sendo acusado. Eu me recuso de entender minhas palavras como acusações.

Queremos esclarecimento para ver a que conclusão nós podemos chegar que se propicie a Brasília condições de, através de uma cooperativa autêntica e capaz, vender todo o leite que recebe, em condições que a população possa, pela sua maioria, absorver. Então, onde é que está a questão? É na acusação tal ou qual, a um fato. O fato é este: industrializam-se quinze a dezesseis mil litros de leite por dia, e esse leite não é consumido. Então, a Cooperativa não comercializa, não vende todo o leite que pasteuriza. Então, agora o esclarecimento: é a concorrência que sofre a Cooperativa, de leite que vem de fora e que, segundo declarações iniciais, é inferior, pela observação feita pelos técnicos, ao leite pasteurizado em Brasília.

Então, tudo isso vai servir de esclarecimento para uma conclusão que venha beneficiar a população de Brasília.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Agora, neste ponto, vamos entrar logo no que vem no relatório.

Pires do Rio entrega para a Cooperativa 1.500 litros de leite por dia — e há acusação de que são entregues, através de um cooperado, a um diretor. E Pires do Rio manda 10.000 litros de leite para concorrer com a própria Cooperativa! Esse é um fato palpável. São milhares de litros de leite que são mandados para a Cooperativa e esse mesmo de Pires do Rio vai concorrer com a Cooperativa,

jogando 10.000 litros de leite no mercado.

Os cooperados não são de lá. É um cooperado daqui, um diretor, que dá como seu, o leite que entra, este mesmo que vem de Pires do Rio, fazendo concorrência à Cooperativa, jogando 10 mil litros de leite no mercado.

São estes os pontos mais sérios ocasionando dificuldades para vender o leite.

Por que ainda se vai buscar leite de Pires do Rio, que não é da Cooperativa? Isto eu reputo de uma certa gravidade. Há sobras durante o dia, e Pires do Rio, de onde vem esses 1.500 litros de leite, manda 10 mil para vender aqui. Quer dizer, ela vende o dela, os 10 mil, e os 1.500 joga nas costas da Cooperativa daqui.

O Sr. Hamilton Pereira — Posso dar uma explicação — No período da estiagem, o leite diminui, inclusive em Goiânia. Se os demais fornecedores também não mandam leite para Brasília, o que acontece? Entra a própria SUNAB em cena, interferindo junto às Cooperativas para que de qualquer forma, para que de qualquer maneira, arranjem leite para o mercado consumidor, que dele necessita.

Devo informar a V. Ex.^a — quando assumi a direção da Cooperativa de Brasília, já encontrei essa situação de Pires do Rio, que ajudava no período de estiagem, num convênio com a própria Cooperativa.

Verifiquei a situação e este leite vinha para Brasília, em nome de cooperados devidamente inscritos e devo informar a V. Ex.^a que no período da estiagem, quando ainda o Major Souza Barros era presidente da Cooperativa, a presidência da SUNAB interferiu com insistência terrível, para que Brasília buscasse leite em Sete Lagoas.

Houve descuido da Cooperativa que não apanhou isso por escrito, mas quando ela adiantava aos seus cooperados 220 cruzeiros antigos, o leite de Sete Lagoas vinha na ordem de 240, com prejuízo evidente, manifesto para a Cooperativa, que aceitou a indicação da SUNAB e passou a recebê-lo.

A própria SUNAB disse que reembolsaria todas as despesas e não fez isso e o leite começou a chegar,

chegar... Muito bem, deu prejuízo porque a Cooperativa fazia a estocagem, a distribuição do produto de Sete Lagoas que, nas notas fiscais emitidas, vinha por conta e ordem da SUNAB.

Tanto é verdade que há sobre o assunto um expediente de 23 de novembro de 1967, dirigido ao Senhor Delegado da SUNAB, em que a Cooperativa expunha toda essa situação. A SUNAB respondeu que não era responsável, tirou o corpo fora.

A consequência foi a seguinte, Senhor Senador: quando assumi a Cooperativa mandei reter uma importância correspondente a despesas de estocagem e distribuição e correspondente a uma parte de despesas que não foram comprovadas por Sete Lagoas.

A Itambé Sete Lagoas emitiu essa duplicata sem o nosso aceite e eu recorri à Justiça e pedi a sustação do processo. Veio depois uma ação executiva da Itambé que o juiz recebeu como ação ordinária e passou a ser discutida e ainda está tramitando.

Está aqui, Sr. Senador, inclusive a minuta dessa ação e de tudo quanto fizemos.

Então, no período da estiagem, quando o leite desaparece, a SUNAB interfere como interferiu na seca passada, chamando cooperativas diariamente, arranjando leite de qualquer forma e digo a V. Ex.^a que, para atender — “para satisfação dos Srs.”, como eu disse na SUNAB, que iria buscar leite em Jaraguá para atender as necessidades do mercado de Brasília e sabia que, dentro da lei, eu não podia buscar a não ser de cooperados. Mas, no estado de urgência, eu passei a buscar leite em Jaraguá, com prejuízo de um milhão de cruzeiros velhos para a Cooperativa.

Falei com a SUNAB que estaria disposto a buscar leite também em Patos de Minas, se fôsse necessário, mas que nós tínhamos a noção exata do problema de Brasília, queríamos servi-la e contribuir com o poder público para não faltar leite às crianças de Brasília inteira.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Em conclusão, o leite de Pires do Rio a Cooperativa foi obrigada a aceitar para se ver livre desses

outros mercados fornecedores, porque Pires do Rio supre durante a seca e durante o inverno. E, daí, essas faturas para ser remetido.

O Sr. Hamilton Pereira — É remetido em nome dos cooperados.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Isso de remeter é uma forma que se encontrou para superar essas dificuldades. Mas, eu pergunto, e talvez o Diretor Comercial me pudesse dar a explicação: Durante a seca e durante o inverno — durante o inverno aumenta a produção, que vai a 25 mil litros e durante a seca qual é a produção?

O Sr. Anésio José da Silva — Dez mil litros, no mínimo.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Sempre teve mais de 10 mil. E a venda sendo dessa ordem de 10, 12 mil mesmo na seca, do leite que viesse a sobra seria pequena, porque aí venderia tudo. Não é assim?

O Sr. Anésio José da Silva (Sem microfone) — Poderia haver...

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Não digo que poderia haver, estou discutindo que não havia necessidade de buscar leite mesmo em Pires do Rio, pois essa alegação de que ela supre na seca, na seca houve necessidade num período, foi obrigada a recorrer a ela.

Então, pergunto, se independente desses 4 mil litros ela não recebia o suficiente para o consumo, uma vez que o consumo não passa disso, mesmo, nesse período, agora de inverno, o consumo é de 10.000 litros. O que pode ocorrer — e talvez seja isso — é que a seca não é só para cá, para Brasília. Quer dizer, os outros, talvez, deixem de mandar os 10.000 cada um. Então, o consumo de Brasília, que é de 20 a 26; eles vêm com 20 ou 30, e todo o mundo jogava a culpa em Brasília, por não ter o leite. Talvez fôsse isso.

O Sr. Hamilton Pereira — Exato, é a pura verdade.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Vejo que o Diretor Comercial está aí, não está respondendo precisamente, mas estou procurando ajudar nesta parte.

Eu quero saber o seguinte: é normal — assim como foi denunciado o acordo ou o compromisso com Sete Lagoas — que se mantenha esse compromisso com Pires do Rio, se Pires do Rio está concorrendo com a Cooperativa, dificultando, inclusive, a venda do próprio leite que ela vende para cá?

O Sr. Hamilton Pereira — Já dispensamos, Sr. Senador. Eu já dei ordem rigorosa para se dispensar o leite.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Se V. S.^a tivesse dito isso logo, não estaríamos nos alongando.

Há outra pergunta que importa muito.

São 345 cooperados.

O Sr. Hamilton Pereira — 363 cooperados.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Mais 20 extras.

O Sr. Hamilton Pereira — Não sei se são extras.

O Sr. Aurélio Vianna — São 363.

O Sr. Hamilton Pereira — Mas só 130 estão fornecendo.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Pergunto: esse número ficou reduzido a 130, porque os outros deixaram de fornecer, ou porque não tinham, ou pela seca?

O Sr. Hamilton Pereira — Desse número total de cooperados, é livre a cada um deles a sua remessa de leite, mas na verdade apenas esse número é que remete, é que manda seu produto.

V. Ex.^a focaliza um ponto importantíssimo. Se 137 cooperados estão mandando sua produção e chegamos a essa margem de produção, imagine V. Ex.^a se os 363 associados estivessem mandando a sua produção.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — V. S.^a tem razão.

O Sr. Hamilton Pereira — Não existe o problema de Pires do Rio.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Se não existe o problema de Pires do Rio, a pergunta é essa: esses elementos, que fornecem o leite, os cooperados, têm possibilidades de fornecer o leite, ou a cooperativa já tem

elementos para dizer se vai ficar nesse índice de 115 ou 150, no máximo?

A Cooperativa já deve ter um exame das possibilidades.

O Sr. Hamilton Pereira — Aquelas cooperativas que não mandaram o leite no período da seca, se passarem a mandar o leite no período das águas é bem mais barato. Não sei se compensa a elas, mas a Cooperativa se vê na contingência, neste País que necessita produzir, se vê na contingência de lançar um slogan, diante desses 137 cooperados que produziram.

O Sr. Aurélio Vianna — Estamos na seguinte situação. Não recebendo o leite no período rico, o que acontece? O leite fornecido pelos cooperados seria ruim. Seriam 20.000 litros. Industrializados 15 a 16.000, mas vendendo 12.000, ainda assim está havendo sobras.

Hoje o problema fundamental não é aumentar a industrialização do leite recebido. A verdade é que não há mercado.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Se conforme focalizou o nobre Senador Aurélio Vianna, se a capacidade de pasteurização da usina é de 15 a 16 mil litros de leite em 8 horas, por que a Cooperativa não trabalha maior período?

O Sr. Hamilton Pereira — Mas como colocar no frio, se este é insignificante, se o frio é de conformidade com a produção?!

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Não tem condições para armazenar?

O Sr. Hamilton Pereira — Exato.

O Sr. Aurélio Vianna — Dávamos trabalho enorme a nosso professor de Lógica. Ele queria que raciocinássemos com rapidez.

Mas, industrializar para quê?

O Sr. Hamilton Pereira — Para vender ao público.

O Sr. Aurélio Vianna — Não, porque nada ou quase nada está vendendo.

Então, o problema para proteção dos cooperados é evitar a vinda do leite de fora, daqueles que não são cooperados, para que a Cooperativa possa trabalhar durante 16 horas, e

industrializar o dobro do que industrializa hoje, isto é, para pasteurizar o que devia estar fazendo hoje.

Entretanto Brasília só está capacitada a comprar os 40 mil litros que vêm de fora e mais os 10, 12, 13 ou 14 mil litros que lhe são vendidos diariamente pela Cooperativa. Se só está capacitada para isso, então só está capacitada para consumir 50 mil litros de leite por dia. É uma verdadeira desgraça para a capital de um país, porque Brasília deve consumir três ou quatro vezes essa capacidade de leite. Então, o problema é muito mais sério do que estas contas que estamos fazendo.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Não é isto, Senador Aurélio Vianna, o que está se dando.

O Sr. Aurélio Vianna — Ou então estamos vendendo por preço mais alto do que a população permite.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Não é isto, Senador Aurélio Vianna, o que está se dando. O que está havendo é uma, não digo inépcia porque não seria bem o termo, mas pelo menos um certo enfraquecimento de atividades na venda, na colocação, na comercialização.

E tanto é isto, que eles esperam que podem suprir, que estão, em definitivo, interessados em comprar todas as instalações, em ampliá-las, em aumentar a capacidade de pasteurização para, justamente, fazer a venda na cidade, fazer a industrialização do leite que sobrar, o queijo, o doce de leite, e tudo o mais, para todo leite que vier aqui. Se não, não estaria essa briga toda.

O Sr. Aurélio Vianna — Senador Clodomir Millet, qualquer cooperativa só teria autoridade para exigir mais no campo, de poder industrializar maior quantidade de leite, se estivesse com déficit. Mas ela está com superavit.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — O quebra-cabeças é esse. Todos aqueles que leram o relatório que nos mandaram verificam o seguinte: toda a luta que está havendo é no sentido — a Cooperativa não tem recursos, não pode fazer qualquer transação, não pode negociar com bancos, não pode fazer qualquer opera-

ção para melhorar suas instalações, não pode adquirir porque o contrato diz que para adquirir, precisa dar bens como garantia e ela não tem esses bens.

Então teria que comprar. Comprar para quê? Evidente, sabe que tem possibilidade de colocar. Então há possibilidade de colocar, seja para o consumo, seja para a industrialização, a Cooperativa espera que possa fazer.

Eu pergunto: por que não começou neste trabalho de comercialização, para não haver essas coisas?

O Sr. Hamilton Pereira — Sr. Senador, nós somos uma Cooperativa que nos foi arrendada no dia da inauguração pelo Presidente Castello Branco. Tínhamos 300 litros de leite. Muito bem, naquele mesmo mês recebemos 3 mil, e fomos subindo, estamos subindo num esforço. Eu reconheço, é possível erros. Mas se erros existem, todos foram usados com a convicção de quem quer acertar. Estamos lutando. Nós somos uma classe. Essa classe passou a produzir. Nós queremos melhorar, colocar, comercializar. Nós estamos numa luta tremenda.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Vamos ao ponto principal. Queremos saber o seguinte — é a nossa dúvida: existe confiança no mercado de Brasília?

O Sr. Hamilton Pereira — Confiamos da seguinte maneira: entendemos que somos os legítimos produtores de leite de Brasília. E por que entendemos assim? Porque estamos aqui no Planalto, é a zona de Luziânia, de Planaltina, de São Gabriel, de Formosa. São os produtores legítimos.

E o que há em torno disto também? Nosso interesse é vender mais leite! O que existe, também, é uma tendência e uma pressão de cooperativas externas que querem disputar posições e afetar a economia interna do Distrito Federal, destes produtores que lutam para aumentar e melhorar a sua produção, essa gente que manda leite e não tem outra atividade senão esta.

Sou conhecido dessa gente há vinte anos. Existe em nossa Cooperativa um cooperado que foi Prefeito de Brasília.

Estamos representando estes produtores numa luta para a defesa de sua produtividade.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Por favor, V. S.^a confia ou não confia no mercado de Brasília, no sentido de consumir mais leite do que está consumindo agora?

O Sr. José de Souza Barros — A cooperativa tem sua produção e tem possibilidade de produção para dar escoamento ao mercado. A sua dúvida é sobre sua capacidade de comercialização, isto porque comercializa atualmente com taxa um pouco abaixo da sua capacidade industrial. E, por que vende menos do que sua capacidade industrial? Há uma série de fatos, mas o principal é que a Cooperativa, desde dezembro do ano passado, pediu para modificar suas instalações — não era para ampliação apenas, mas para uma modernização em que ela poderia aproveitar melhor os subprodutos e vender o leite em condições mais modernas e mais perfeitas, inclusive através de empacotamento de leite em plástico. Isto lhe foi negado. A Cooperativa ficou amarrada no seu desenvolvimento. Então o excesso de leite que ela está recebendo teria que ser aproveitado em subprodutos. Nem mesmo o soro seria jogado fora nem posto à disposição dos associados, porque ele tem aplicação industrial. Mas, a sua capacidade não lho permite. A Cooperativa tem quatro concorrentes na praça. Esses quatro têm dois financiamentos do Banco de Crédito Cooperativo e modificam constantemente suas instalações, e mudam constantemente suas máquinas por outras mais modernas e, portanto, têm condições econômicas melhores para, de forma mais atraente, atender a clientela, porque qualquer dona de casa e, principalmente, qualquer doméstica prefere comprar o leite em pacote plástico do que em garrafas.

O Sr. Ozana Campos Guimarães — Mesmo assim eu já vi na Câmara-fria da Cooperativa o Leite Go-Go armazenado por falta de venda.

A produção aumentou muito, o que acontece é que a comercialização é deficiente.

Aqui é completamente diferente de uma usina plantada em Goiânia, Catalão e São Paulo. Eu sou filho da região, nasci aqui, conheço isto aqui desde os sete anos, acompanhando meu pai, a ir atrás de boi, não é do outro lado do Gama nem para lá não, é aqui. Aqui era nosso, desde a Invasão do IAPI até às Águas Vertentes do São Francisco, com exceção da Península Norte, é uma linha só. Não sou mentor de ninguém, e comecei como mascate de cavalos nos pantanais de Mato Grosso.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Concluindo, Senhores Senadores, a pergunta é se a Cooperativa seria, ou não, capaz de vender mais leite, de acordo com a solicitação que fez, de aumentar a usina?

O Sr. José de Souza Barros — O nosso mercado presentemente está consumindo entre 50 ou 50 e poucos mil litros por dia. O pedido de aumento da capacidade da Cooperativa foi justamente para isso, 60.000 litros. A Cooperativa, no momento, não pode vender muito mais do que está vendendo, porque o leite dos concorrentes, e sobretudo um deles, é apresentado em condições de concorrência absoluta. Inúmeros fregueses nossos deixaram de comprar o "Leite Ermida" e passaram a comprar leite envazilhado em pacotes plásticos.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — E haveria concorrência quanto a preço?

O Sr. José de Souza Barros — Quanto a preço, não posso afirmar. Há convênio entre os 4 produtores. O "Gogo" não assinou esse convênio para respeitar o preço da SUNAB. Não assinou, mas não é de meu conhecimento que ela tenha vendido fora do preço da SUNAB.

Mas, a concorrência é na apresentação do produto. A qualidade do produto em si é a mesma — talvez a do nosso até seja melhor. Mas a apresentação é que influi muito. Veja a facilidade da dona de casa, que recebe um leite em plástico, põe-no a ferver ou faz a utilização que quiser, e joga o plástico fora; quando ela tem, no nosso caso, de guardar garrafas, de lavar garrafas, e no dia seguinte levar a garrafa para fazer a troca. Tudo isso são dificuldades da

comercialização. A Cooperativa tem capacidade, perfeitamente, uma vez que lhe sejam proporcionados os meios.

O Sr. Hamilton Pereira — Gostaria de fazer uma pergunta se V. S.^a poderia responder: quanto custaria esse equipamento para usar o plástico?

O Sr. José de Souza Barros — O preço varia muito. O mais barato é de 78 e poucos milhões; é o que a Cooperativa pretendia comprar.

O Sr. Hamilton Pereira — Para dotar a Cooperativa?

O Sr. José de Souza Barros — Para dotar a Cooperativa com a capacidade de 1.500 litros, por hora de empacotamento.

E isto não ofereceu dificuldades. Apenas o processo em que a Cooperativa solicitava a permissão para ampliar a usina, esse processo foi retido até poucos dias atrás, quando o Sr. Secretário compreendeu, depois de espera de quase nove meses, que ele não era o dono da usina, e sim a NOVACAP, e que esta é que deveria opinar. Mas isto foi agora, há poucos dias, não faz 30 dias.

E se as outras não concorrem, a cooperativa, que tem direito à zona, à área, poderia concorrer e não se limitar a receber de sua área, da bacia leiteira de Brasília, ela que paga o frete muito mais barato, pode fornecer esse leite em condições de concorrer com qualquer outro.

O Sr. José de Souza Barros — Ela não pode fazer isso, tem contrato com a NOVACAP, pelo qual se obriga a respeitar o tabelamento do órgão controlador e a SUNAB é quem tabela o preço. Não pode vender fora do preço da SUNAB.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Então ganha mais que os outros.

O Sr. José de Souza Barros — A Cooperativa não ganha mais, quem ganha mais são os produtores. A Cooperativa paga ao seu produtor, associado, na plataforma, a 330 cruzeiros velhos — pagava até pouco tempo, houve uma alteração, no período de seca — os outros, pagavam 300.

Atualmente, a Cooperativa paga 38 centavos, as outra a 26 centavos ao fornecedor, na plataforma.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Quem paga o transporte?

O Sr. José de Souza Barros — É o fornecedor.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Traz em seu próprio transporte ou a Cooperativa tem transporte seu, e vai buscar?

O Sr. José de Souza Barros — Nem no transporte do fornecedor, nem no da Cooperativa. Geralmente fazem acôrdo com um transportador que cobra uma taxa variável, conforme condições da estrada, quantidade do leite, etc.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — A Cooperativa paga e faz o desconto? Quem paga o transporte?

O Sr. José de Souza Barros — Desde que o fornecedor autorize, a Cooperativa paga e faz o desconto.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Então a despesa de transporte não é dela, eu vi despesas de transporte no boletim.

O Sr. José de Souza Barros — Há outras despesas de transporte, ela tem uma frota, tem 4 caminhões, para distribuição do leite em Brasília e nas cidades-satélites.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Um caminhão da Cooperativa tem capacidade para distribuir 4.500 litros de leite, como distribuiu 3.000?

O Sr. Aurélio Vianna — Dá licença para que eu dê a explicação. Sou madrugador e muitas vezes, vejo caminhões e caminhões e caminhões que vêm trazendo leite de fora de Brasília em garrafas e litros. Sei que somente uma Cooperativa estranha a Brasília vende leite empacotado e se pelas declarações que ouvimos a compra de aparelhagem, da maquinaria necessária ao empacotamento do leite dê resultado numa produção horária de 1.500 litros de leite empacotado, então teríamos, em 8 horas, 12.000 litros, isto é, menos do que a Cooperativa está vendendo hoje. Então, não é o empacotamento que vai projetá-la.

Talvez a razão esteja com o nosso amigo, quando declara que o que está havendo é o excesso nas águas e falta de consumidores porque o poder aquisitivo da população de Brasília é pequeno. Então, ele está penetrando mais fundo no problema. Pergunta: pode ser vendido mais barato o leite, ao invés de ser jogado fora dessa maneira?

Chegamos, aqui, ao que o Ministro da Agricultura está dizendo: que os grandes sacrificados deste País são justamente os homens do campo. Ele é meu adversário político, mas tenho que dizer que o seu depoimento é um grande depoimento sobre esses assuntos que, igualmente, estão sendo discutidos aqui.

Então, nós já verificamos que a SUNAB está em cheque. Se a Cooperativa quer vender leite mais barato, não pode, porque a SUNAB não permite.

Estou jogando com argumentos que estão sendo apresentados, não quero imaginar coisa alguma. Foi dito por um dos membros da Cooperativa que não pode a Cooperativa de Brasília vender leite mais barato, porque a SUNAB não permite. Foi dito isto.

Não vamos agora discutir o sexo dos anjos, mas vamos à realidade.

Agora, pode ou não pode. Se pode, nós temos aqui, por exemplo, 1, 2, 3, 4, 5, 6 dias, em que a sobra do leite pasteurizado vai a 40.970 litros. Daí o argumento do Diretor Comercial de que essa sobra é transformada em queijo, manteiga, enfim, em produtos que podem ser armazenados. E nós vemos aquele estoque de queijo e manteiga apodrecendo. Eu não compreendo. Então não há consumidor? Mas todos gostam de comer queijo, todos gostam de usar a manteiga e todos gostam de comprar leite. Então o problema é muito mais sério do que essa luta que às vezes se fere e com que a gente gosta de se divertir, tocando nos pontos muito longe da realidade.

Ele sabe que tem necessidade de beber leite, e, se tiver condições, ele compra. Eu já tenho visto filas enormes de pessoas, no tempo da seca, comprando leite.

Eu tenho a impressão de que, para a venda de leite, não temos propaganda. Nunca vi a propaganda. Não existe, realmente, organizado o sistema de propaganda, de comercialização.

Nós, agora, estamos chegando a um ponto em que se pode discutir a matéria já há um confronto de opiniões.

O Sr. Ozana Campos Guimarães — É o problema da recuperação do solo.

Todo o mundo, quando vai implantar uma indústria, procura saber se existe matéria-prima. A Cooperativa foi implantada numa área de terra fraca, que, para produzir, precisa de trator, arado, adubação e todas essas coisas mais.

É muito diferente das terras ricas, que por aí existem.

O que ocorre é que a produção, do leite, aqui, é mais cara, porque a terra era fraca e não havia bacia leiteira. Implantou-se uma indústria, uma usina, onde não havia matéria-prima. Esse, o fato mais grave.

Nem existia matéria-prima. Isso custou sacrifício de todos nós, inclusive meu, que sempre fui criador de boi de corte, mas pode-se ver lá na minha fazenda: há gado holandês e mais de 100 reses cruzadas.

Converti, sacrifiquei meu patrimônio.

Não quis comprar vacas, porque é antieconômico. Comprei touros. As primeiras vacas estão tendo bezerras agora, de dois anos, e dentro de pouco tempo teremos grande produção.

Então, o que acontece?

A Prefeitura implantou o Banco Regional, o Departamento de Estradas rasgou estrada, construiu uma usina, a Secretaria de Agricultura está aparelhada com equipamentos, inseminação, máquinas, tratores, para trabalhar, para implantar uma bacia leiteira.

Na hora "h", quando o produtor começa a produzir, o que enxergamos.

É forçada a organização de cooperativas distantes para um mercado em que já não existe consumidor, e o que acontece é o meu caso.

Estou pensando em recuar, porque prosseguindo nessa meta é antieconô-

mico para mim. Estou dizendo com toda honestidade. Estou pensando em recuar nesse propósito.

Se conseguimos 50.000 litros e o Senador tem possibilidade de conseguir 200.000, mas essa campanha não seria atribuição dele só, mas seria principalmente do Poder Público.

O Sr. Aurélio Vianna — É claro.

O Sr. Ozana Campos Guimarães — Um exemplo: para publicar uma faixinha, o *Correio Braziliense* pediu um milhão, quer dizer, é proibitivo. Não é possível a defesa. O direito de defesa é cercado. Mas isto é outra coisa.

O Sr. Aurélio Vianna — Está em condições financeiras boas?

O Sr. Ozana Campos Guimarães — Condições sofríveis. Não tem crédito. Vive do crédito pessoal de seus diretores. E tem funcionários que devem receber pagamento.

O Sr. Hamilton Pereira — A situação é boa. Tenho os balanços.

O Sr. Ozana Campos Guimarães — É a situação normal de qualquer firma.

A escrita está em dia até 31 de outubro. Temos deficiência de máquinas.

O Sr. Aurélio Vianna — Quando foi feita a verificação pela Comissão de Inquérito?

O Sr. Ozana Campos Guimarães — Nenhuma Comissão foi saber a respeito da escrita. Ninguém perguntou nada, ninguém viu os livros, ninguém viu as escritas.

O Sr. Aurélio Vianna — Quando a Comissão chegou à Cooperativa estava feita a escrita?

O Sr. Ozana Campos Guimarães — Não vi essa Comissão.

O Sr. Aurélio Vianna — Nos dias 26 e 29 de outubro, sabe-se que a Comissão esteve ali. Encontrava-se em dia a escrita?

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — O Senador Aurélio Vianna está perguntando ao Contador da Cooperativa se, no dia 26 de outubro, os livros estavam em dia, estava em ordem a escrituração?

O Sr. Limeu Augusto de Souza — Não estava. A contabilidade sempre

está atrasada 15, 20 dias. Quer dizer que ela deveria estar nesse período, mais ou menos no dia 1.º de outubro.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Estava no mês de outubro, equivalente ao Balanço de 67, para poder fazer uma pergunta que fiz ao Secretário da Agricultura: pelo contrato, caberia, inclusive ao Secretário, fiscalizar a contabilidade? Perguntei ao Secretário de Agricultura se algum dia ele foi fiscalizar. Ele respondeu que não. Pelo contrato, ele poderia fiscalizar. Ele confessou, realmente, que nunca fiscalizou. De modo que a informação do Relatório é que, não tendo podido se valer dos elementos atuais, porque a escrita estava em julho, ele se valeu do Balanço de 67.

O Sr. Hamilton Pereira — No balanço de 67 eu não estava funcionando.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Não. Mas o balanço de 65 está perguntado aqui. O Balanço de 67, de março a dezembro. Mas, é um balanço que deu prejuízo de mil e tantos contos, parece. Agora, acrescento, quem foi que deu informações a essa Comissão, ou ao Secretário, ou a quem for, de que o prejuízo atualmente é da ordem de 30 mil contos? Quem disse que está em situação econômica regular. (Inaudível — Falha na gravação.)

Eu estou perguntando para nos informar, porque a primeira pergunta que fiz aqui foi ao Presidente para saber se ele conhecia. Como ele disse que não conhecia, eu estou perguntando coisas que estão no relatório para que me informem. Todos os membros da Cooperativa aqui presentes e que possam prestar esclarecimentos que fujam, no momento, da memória ou do conhecimento do Presidente, que o façam, para nosso perfeito esclarecimento.

O Sr. Hamilton Pereira — A Cooperativa, inegavelmente, o Senhor pode examinar todos os componentes da sua diretoria, procurar em bancos, particularmente, tudo. Ela foi comprada por fazendeiros autênticos aqui da região.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — O que nos interessa, e interessa aos senhores é dar um rumo certo para isso tudo. Eu estou pergun-

tando diante dos fatos, que foram denunciados, para que a Cooperativa se defenda. Ela alegou que nunca teve defesa. Nós estamos dando a oportunidade para se defender. E não pense o senhor, porque eu não estou tomando nota, que eu não saiba o que está ocorrendo. Eu sei tudo o que se contou aqui. Mas eu quero fazer uma pergunta: a Cooperativa tem tido dificuldade inclusive para transacionar com os bancos? Segundo vi aqui, o movimento nos bancos, inclusive os descontos dos títulos são avalizados pelos próprios diretores. Qual a situação da Cooperativa? Estão em dia os compromissos bancários, absolutamente em dia? Com que bancos opera a Cooperativa de Brasília?

O Sr. Hamilton Pereira — Opera com o Banco Regional de Brasília, com o Banco do Brasil e, salvo engano, um ou dois títulos com o Banco Nacional.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Houve alguma operação de financiamento a prazo longo?

O Sr. Hamilton Pereira — Sim, de cem milhões com o Banco Regional de Brasília. Cerca de quarenta milhões foram pagos.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Sabemos que o Banco Cooperativo se obstina em não financiar.

O Sr. José de Souza Barros — O juro no Banco Nacional de Crédito Cooperativo é maior do que no Regional. Mesmo que tentemos no Banco Nacional que, além de ter juro maior — chega a ser de 18% ao ano...

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Mesmo para financiamento a longo prazo?

O Sr. José de Souza Barros — ... enquanto o Banco Regional de Brasília é de 12% ao ano — na época em que foi proposto o negócio, era acrescido de juro e nós teríamos que pagar mais ou então subscrever ações do Banco num valor pouco superior a 2%, o que encarecia muito a operação.

O SR. PRESIDENTE (João Abrahão) — Neste ponto aqui, do Relatório, o contador informa que não foi ouvido.

O Sr. José de Souza Barros — O Balanço apresentado no Relatório é

de julho de 1967, e não está assinada por mim.

(Falha de gravação.)

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — O contador da Ermida declara que nunca foi ouvido sobre a situação financeira da firma por esta Comissão. Nunca deu qualquer informação sobre se tinha ou não lançamento em dia.

Nunca apresentou o Balanço de 1967. Entretanto, o Balanço da Ermida está junto.

Quem remeteu este Balanço?

O Sr. Limeu Augusto de Souza — Quem pode responder é a pessoa que recebeu.

(Apartes simultâneos. Tumulto.)

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — O Diretor Comercial é o homem responsável por toda essa situação financeira da Companhia, pela movimentação comercial. O Diretor Comercial foi ouvido por esta Comissão?

Não foi ouvido. Quem é a pessoa competente da Cooperativa, que possa responder?

O Sr. Limeu Augusto de Souza — Foi dado ao gerente, o chefe de escritório, atender.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Quero exibir aqui um balanço. "Cooperativa Agropecuária de Brasília S.A., Brasília, D.F., balanço realizado em 31 de dezembro de 1967. Assinado John não-sei-o-que. As letras são J, O, H, N. Está aqui o balanço; quero saber se é autêntico. Gostaria que o Diretor Comercial me dissesse se o balanço é autêntico.

Diz aqui o balanço:

(Lê)

"Despesas de administração:

honorários da Dire-

toria 14.400,00

ordenados 11.610,00

honorário 3.910,00

Soma 66.000,00

Departamento Receita-Despesa — Setor de latifúndios:

ordenados 61.000,00

contribuições legais 12.000,00

seguros, etc. e tal ...

custo de matéria-

prima 644.000,00

E tudo somado, 799.000,00

E assim por diante.

Este é o balanço em que a conta de Lucros e Perdas assim se apresentou. Não tem assinatura nenhuma. Vejo, escrito, Valporê.

(Falas simultâneas não audíveis.)

O Sr. Hamilton Pereira — Valporê é o antigo contador da Cooperativa.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — É de autoria dele este balanço? Então, é autêntico este balanço? O balanço, sendo autêntico, juntado aqui, ao memorial, ele foi recebido pela Companhia e lá se diz que foi o contador quem deu essas informações. Então, alguém deu o balanço, prestou as informações, ou alguém não quis fazer declarações. O que importa é que juntaram este balanço, com a alegação de que ouviram o contador.

O contador aqui declara que, absolutamente, não prestou qualquer informação e, ao contrário do que está no Relatório, a situação da escrita deveria estar, nesse tempo, já no fim de outubro, estava no mês de outubro e que, ultimamente, já está no fim de outubro. Por conseguinte, continua normal, pois é normal 15 ou 20 dias de atraso para se fazer a contabilidade, e nem poderia deixar de ser.

A outra informação, quase de estarrecer, é de que os diretores recebem 800 cruzeiros velhos por mês de retirada ou honorários, e este lançamento é feito através de leite entregue.

O Sr. Hamilton Pereira — Posso informar a respeito, porque, inclusive, sou Presidente; não ocorre esta circunstância. Nós recebemos honorários através de recibo especificado, correspondente a honorários e contabilizado sob a rubrica de honorário.

(Falas simultâneas — tumulto — Inaudível.)

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Abrahão) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O Sr. Aurélio Vianna — Pleiteou a Diretoria da Cooperativa, alguma vez,

da NOVACAP, da Secretaria de Agricultura da Prefeitura, a compra das instalações, ou a transferência das instalações para a Cooperativa?

O Sr. Hamilton Pereira — Posso responder a V. Ex.^a, inclusive, exibindo documentos.

Em 15 de dezembro de 1967, dirigimos um expediente ao Ex.^{mo} Senhor Prefeito do Distrito Federal.

Nesse expediente, expúnhamos a necessidade da ampliação e solicitávamos a aquisição, sob a condição que assumíamos, de ampliá-la.

Juntamos um plano, elaborado por pessoa das mais entendidas no assunto, a Dr.^a Altina Guimarães, que relacionou tudo de que necessitávamos.

Falamos com o Sr. Prefeito e ele nos disse que tínhamos necessidade da anuência para fazer financiamentos. O prefeito falou: Vocês não façam expediente alternativo, vocês peçam aquisição para ampliação, ou então apenas anuência, mas o Banco do Brasil, posso informar, porque estive lá, não faria um tipo de financiamento vultoso apenas com anuência. Ele exigiria o patrimônio.

(Falha na gravação.)

O Sr. Aurélio Vianna — "Solicitamos do elevado espírito de autonomia de V. Ex.^a sejam alienados à Cooperativa Agropecuária de Brasília Limitada, o prédio e terrenos respectivos, mediante compromisso que a compradora assumirá de levar avante a aludida ampliação" quer dizer, a Cooperativa pleiteou a alienação do prédio, do terreno, maquinaria, etc. para ampliar a usina.

A alegação de que não pode aumentar as instalações é infundada, pois existe um dispositivo, uma cláusula VIII do contrato, que diz que os mesmos reverterão em benefício das cooperativas.

Então, nada impede que a Cooperativa tenha ampliada suas instalações.

O Sr. Hamilton Pereira — Eu posso esclarecer a V. Ex.^a

O Sr. Aurélio Vianna — Em face do contrato, pode ou não a Cooperativa ampliar suas instalações?

Há uma cláusula no contrato que diz:

"As benfeitorias feitas pela Cooperativa, o Poder Público não ficará na contingência de indenizá-las."

Também em outra cláusula, fala que a Cooperativa pode substituir máquinas, mas na relação, o projeto de Dona Altina Guimarães, para que fosse feita a ampliação, iria envolver modificações da estrutura do próprio prédio.

O Sr. Hamilton Pereira — Não podemos modificar o prédio.

O Sr. Aurélio Vianna — Acréscimos ou quaisquer benfeitorias, ainda que úteis e necessários, introduzidos na Usina, na Cooperativa e a ela incorporados, não concedem ao arrendatário, direto a qualquer indenização ou retenção.

O Sr. Hamilton Pereira — Por exemplo, as máquinas não pertencem à Prefeitura, nem à NOVACAP, e, sim, de fato, ao Ministério da Agricultura.

O Sr. Aurélio Vianna — É verdade que há intermediários — não são cooperados — que compram leite a particulares e o fornecem à Cooperativa?

O Sr. Hamilton Pereira — Não tenho conhecimento. Se tivesse, agiria de maneira contrária.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Isto é referente ao caso de Pires do Rio. Foi alegado, inclusive, que todo o leite de Pires do Rio veio através de um cooperado, inclusive de um Diretor.

O Sr. Hamilton Pereira — Não é verdade.

O Sr. Aurélio Vianna — Então, esse leite não pode ser vendido por uma cooperativa estranha a essa cooperativa.

O Sr. Hamilton Pereira — Se esse leite pode ser vendido à Ermida? Não, porque a lei é que regula, a lei diz assim: "A Cooperativa não poderá receber leite a não ser de associado."

O Sr. Aurélio Vianna — Bom. Então está acontecendo que aqueles que não são membros da cooperativa estão vendendo leite.

O Sr. Hamilton Pereira — Mas, eles estão inscritos como cooperados na Cooperativa.

O SR. CLODOMIR MILLER (Relator) — Mas eles são os donos do leite, ou apenas compram leite de cooperados, se há apenas 130 cooperados?

O Sr. Aurélio Vianna — Estão fornecendo leite a Brasília através da sua cooperativa, e se o Diretor ou Presidente declara que ninguém está fornecendo leite, ou o faz na qualidade de cooperado, então toda produção de leite fornecida à Cooperativa de Brasília é por cooperado.

O Sr. Hamilton Pereira — Devo esclarecer, Senador, que inclusive eu falei de Jaraguá. De Jaraguá nós recebemos num período de emergência. Não eram cooperados.

O Sr. Aurélio Vianna — Então, se há uma exceção num período de emergência, é uma exceção num período de emergência. Então, normalmente, a Cooperativa de Brasília só recebe leite de cooperados. Então, não há nenhuma crítica àquele de Pires do Rio que fornece num período de crítica, por parte da Diretoria da Cooperativa de Brasília, porque estão fornecendo leite a Brasília através da Cooperativa e são cooperados.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — O leite não é do cooperado. Entra na Cooperativa em nome dele.

O Sr. Aurélio Vianna — É outra questão. O que foi dito é que só está fornecendo leite a Brasília através da Cooperativa, os cooperados.

O Sr. Hamilton Pereira — Posso explicar.

O Sr. Aurélio Vianna — Não há o que explicar. É uma questão de sim ou não.

Em período de anormalidade, mas não estou falando em período de normalidade, forneceu a Cooperativa de Jaraguá, mas num período de anormalidade. Então fornece 130, como estão fornecendo. Além desses 130 que estão fornecendo a Brasília, através da Cooperativa, há outro que não são membros da Cooperativa, em período de normalidade?

O Sr. Hamilton Pereira — Em período de normalidade, eu acredito que

não. Pelo menos não é do meu conhecimento. O leite de Pires do Rio vem através de quatro cooperados inscritos na Cooperativa. O leite de Jaraguá é uma exceção, o leite de Sete Lagoas é também exceção.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Na página cinco, se vê que o número de cooperados é de 345. A Comissão observou que cento e trinta cooperados entregam leite. E teve conhecimento de que vários intermediários, que não são cooperados, compram leite de particulares entregando à Cooperativa como se fosse produção própria, quando existem informações de que os mesmos nem vacas leiteiras possuem. O caso de fornecedores de Pires do Rio exige apuração, de vez que com tal prática, a cooperativa estará fugindo às suas finalidades.

O Sr. Aurélio Vianna — Essa é a acusação.

O Sr. Hamilton Pereira — Não é do meu conhecimento esse fato. É um problema que precisa ser averiguado.

O Sr. Aurélio Vianna — O Diretor-Presidente, se não estou equivocado, declarou que o caso de Pires do Rio estava resolvido e que havia tomado a atitude de dispensar o leite.

O Sr. Hamilton Pereira — (Sem microfone.)

O Sr. Aurélio Vianna — Paciência; são membros da Cooperativa e, assim, ...

(Apartes simultâneos.)

O Sr. Hamilton Pereira — Mas, nobre Senador, eu devo lembrar que falei que num convênio havido em Pires do Rio, no ano passado, o tema foi a falta de leite.

O Sr. Aurélio Vianna — Não estou dizendo que a Cooperativa de Pires do Rio é membro da Cooperativa de Brasília. Ou, então, não estou entendendo.

O Sr. José de Souza Barros — (Sem microfone.)

O Sr. Aurélio Vianna — Eles mandam quatro mil e tanto litros de leite para Brasília, da Cooperativa? Os fazendeiros têm essa capacidade? Então, está confirmada a denúncia.

O Sr. Adalberto Sena — Mas eles dizem que não têm conhecimento disso.

O Sr. José de Souza Barros — (Sem microfone.)

O Sr. Aurélio Vianna — Nobre Relator, Sr. Presidente, não vou mais inquirir porque já estou mais ou menos ciente e consciente da coisa.

(Apartes simultâneos — tumulto.)

O Sr. Aurélio Vianna — Eu estou dizendo que tenho gostado da objetividade com que o Senhor tem-se conduzido, porque está indo mais à raiz do mal do que fazendo acusações. Quer dizer, ao invés de acusações mútuas, vamos ver se encontramos uma solução para este problema. Estou capacitado, pelo que ouvi e pelo que vi, para formar um juízo a respeito.

O Sr. Ozana Campos Guimarães — Na Comissão Parlamentar de Inquérito, foi o que eu disse: a Cooperativa necessitava de matéria-prima; e todo mundo se arvorou em produtor e tentou empurrar esse barco para a frente.

A Cooperativa tem um ano e pouco, é uma criança, que começou a engatinhar e a andar. O próprio órgão competente do Poder Público diz que é de sua competência orientar, corrigir as falhas, deficiências etc., mas, o que aconteceu? Em vez de nos procurar da primeira vez para ensinar, em vez de pegar essa criança que está nascendo pelas mãos e ensinar "seu caminho é esse", o que faz? Mete uma intervenção, pregamos uma rasteira!...

Esse negócio de Cooperativa — vou dizer meu ponto de vista pessoal, que não guardo nada para trás — acho que esse negócio de Cooperativa, com interferência, não paga a pena. O melhor é nos cotizarmos, fazer uma sociedade por quotas, 8, 10, 15 ou 20, montar uma usina mista, inclusive

para vender leite tipo "A", e comprar leite de quem quiser. E vamos largar esse negócio de cooperativa, que é utopia, é tapeação!...

O Sr. Aurélio Vianna — (Sem microfone.)

... mas, convenhamos que, por isso mesmo eu declarei anteriormente, que nós precisamos de nos reunir, para reformularmos tudo isto, porque doutra maneira, as acusações se vão. E, convenhamos que quando um jornal de responsabilidade proclama — e publica uma fotografia —, que uma cooperativa está jogando leite fora, havia necessidade de uma intervenção direta do Poder competente para agir e, convenhamos também que, em vez de ser consignado um interventor da própria entidade fiscalizadora veio um interventor pela entidade oficial, que é o INDA, e que não assumiu até a presente hora.

Tenho um hábito de que gosto, e de que sou acusado: sempre quero os fatos para vermos quais as soluções que vamos encontrar para este problema, que é sério, porque está em jogo a reputação de muitos homens, e homens de responsabilidade perante uma coletividade imensa. Agora, este é o ponto de partida para uma reformulação, para um entendimento melhor do problema: este é que é o fato.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — Com licença, o Senador Adalberto Sena está aqui esperando oportunidade de fazer, também, duas perguntas.

O Sr. Adalberto Sena — Para mim, o fato capital, sem absolutamente subestimar essas consequências todas do problema, é o seguinte: houve uma notícia escandalosamente veiculada pela imprensa, de que a Cooperativa estava derramando leite, mas leite de verdade, no esgoto.

O Sr. Presidente acaba de asseverar que essa afirmação é falsa, que o que se derramou foi apenas soro, sobra, subproduto do leite. Eu desejo que V. S.^a reafirme aqui esta declaração porque a imprensa deu a impressão, a toda a população de Brasília, de que se derramou foi leite, os jornalistas declararam que viram foi leite derramado.

Portanto, acho que eu, como representante da opinião pública, tenho direito a uma afirmação mais categórica neste sentido, para que a opinião pública aqui, sinta que a imprensa está veiculando notícia falsa, provocando escândalo.

O Sr. Hamilton Pereira — Respondendo a V. Ex.^a que ela não jogou leite fora, o que ela jogou é soro, depois do leite que vai para manteiga, doce-de-leite, etc.

Sobrou soro; esse leite fica à disposição dos cooperativados, o Dr. Ozana Guimarães tem levado muitas vezes, Dr. Wanderson Campos também tem levado é aquilo que sobra, que não temos capacidade para industrializar aquilo que se joga fora — o soro.

O Sr. Adalberto Sena — Então a diferença entre o aspecto do leite e o do soro é tão pequena que causa confusão?

O Sr. Hamilton Pereira — O soro também é branco.

O Sr. Adalberto Sena — O jornalista podia fazer essa confusão, ele como leigo? Não havia um técnico ali para explicar?

O Sr. Hamilton Pereira — Eu não estava.

Quero esclarecer a pergunta, que também envolve outro caso. Em seguida, o Diretor-Presidente deu uma nota ao mesmo jornal, que pediu um milhão de cruzeiros para publicar na primeira página, e publicou depois em outra por cento e poucos cruzei-

ros. Nessa nota, o Diretor-Presidente declarava que aquilo não era leite integral, era sôro, e que estava à disposição do Poder Público, da Secretaria de Serviços Sociais.

Devo, então, complementar que saiu uma notícia também dada pelo mesmo jornal, de que fôra lá, na Cooperativa, e vira perder-se o leite fazendo queijo pôdre, quando o queijo estava em preparação. Está o técnico aqui.

O Sr. Adalberto Sena — Estou satisfeito.

Quería fazer a segunda pergunta. Essa pergunta talvez seja um pouco ingênua, mas eu acho que, como representante do povo, devo fazê-la. Se não me engano, V. S.^a afirmou que a Cooperativa não pode vender leite mais barato do que o tabelado pela SUNAB, porque ela está obrigada pelo convênio firmado com a NOVACAP, etc.

Agora, pergunto: esse fato de ela estar proibida de vender leite mais barato impede que ela fizesse doação desse leite em excesso às instituições de caridade, hospitais, asilos, creches, etc.?

O Sr. Hamilton Pereira — Para que ela fizesse?...

O Sr. Adalberto Sena — Doação desse leite em excesso.

O Sr. Hamilton Pereira — Mas, se esse leite é sôro, como é que nós vamos dar?

O Sr. Adalberto Sena — Não, não estou me referindo ao sôro, estou dizendo esse leite que é transformado em manteiga, que não é vendida na hora e que está dando prejuízo à Cooperativa.

O Sr. Hamilton Pereira — Não está sendo vendido, mas é transformado em manteiga e a manteiga é vendida.

O Sr. Adalberto Sena — Mas quando?

O Sr. Hamilton Pereira — Quando é vendida? Nós temos aqui a relação da manteiga que vendemos.

O Sr. Adalberto Sena — Mas os Srs. não afirmaram que está havendo estocagem excessiva provocando prejuízos para a Cooperativa?

O Sr. Hamilton Pereira — Mas o que acontece com a manteiga é que ela dá menor rendimento e o aproveitamento desse excesso é para manteiga, queijo, etc. Ela aproveita, industrializa dentro da sua capacidade. Então, ela faz manteiga e vende.

O Sr. Adalberto Sena — E comercializa também?

O Sr. Hamilton Pereira — É a manteiga hoje mais procurada e mais barata de Brasília.

O Sr. Adalberto Sena — Então, pelo que vejo, a situação da Cooperativa, em matéria de comercialização, não é tão má assim. Eu tinha a impressão de que esse queijo e essa manteiga eram feitos como emergência e ficavam meses e meses estocados em busca de mercado.

O Sr. Hamilton Pereira — Gostaria agora de responder a uma pergunta que me fez o Sr. Relator, Senador Clodomir Millet, e que não foi respondida. Perguntou-me ele se a Ermida fazia distribuição de leite às Cidades Satélites. Nós temos toda documentação aqui, os boletins de venda em que vamos encontrar o Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Plano-Piloto, Asa Norte, Gama, Setor de Indústrias, Sobradinho, no balcão, Grupamento dos Fuzileiros Navais, Quarteis e, não é só isso.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — O Presidente da Cooperativa acaba de responder à última pergunta que eu lhe teria feito e que ficara sem atendimento, se o leite era distribuído, inclusive, nas Cidades-Satélites.

A pergunta que eu desejo fazer, complementando esta, é a seguinte: eu lhe mostro um boletim do dia 6 de novembro, e eu pergunto: quando a Comissão esteve lá nos dias 26 a

29, ou antes de lá estar, já se fazia essa venda às Cidades-Satélites?

O Sr. Hamilton Pereira — Sempre, toda a vida.

O SR. CLODOMIR MILLET (Relator) — É só isso, porque uma das alegações é que não se vendia leite às Cidades-Satélites.

Quero declarar o seguinte: nós, em nome da Comissão, como Relator, estamos satisfeitos com os esclarecimentos fornecidos pela Cooperativa.

Tal como eu disse, são realmente os esclarecimentos que desejávamos em matéria de fato.

E, agora, volto a explicar que aquele documento não teria sentido, não teria nenhuma significação para essa espécie de sindicância que estamos fazendo, no sentido de possibilitar à própria Cooperativa os elementos de que precisa para se defender das novas acusações do relatório, das quais demos conhecimento aos elementos da Diretoria da Cooperativa.

Já tomamos nota da defesa preliminar que fazem os Srs. Diretores e técnicos da própria Cooperativa, que são uma verdadeira defesa prévia.

Quanto à atitude que têm de tomar, isso é problema dos Srs. Na oportunidade, no momento próprio tomarão as providências necessárias para se defenderem das acusações que são, de certa maneira, graves.

Quanto ao que nos diz respeito, para encontrar a fórmula, não digo conciliatória, para acomodar interesses pessoais de cada um, mas para atender os interesses da população, estou inteiramente de acordo com o que falou o Sr. Senador Aurélio Viana.

Dentro das nossas possibilidades, vamos encontrar ou apresentar sugestões para que, seja a Cooperativa, seja a própria prefeitura, sejam os órgãos próprios, que são intermediários, ou os que dirigem, supervisionam a Cooperativa, vamos encontrar sugestões que talvez abarquem a totalidade dos interesses em jogo.

Vamos ouvir ainda, possivelmente, outros esclarecimentos e fiquei surpreso, confesso, com o fato de que uma intervenção decretada a jato, assim tão às pressas, ainda não tenha sido concretizada. Se essa diretoria é inepta, se essa diretoria não tem condições de dirigir, se essa diretoria está levando à falência o próprio cooperativismo, se essa diretoria não tem meios para melhorar a comercialização, não tem meios de acabar com os pontos de estrangulamento que dificultam a vida da própria Cooperativa, se há tudo isso que diz o relatório, estranhável que até esta data não tenha assumido suas funções o interventor nomeado.

Digo isto porque fiquei surpreso por ter o Sr. Hamilton Pereira trazido boletins referentes até o dia de ontem. Não sabia por quê. Agora vejo que S. S.^a continua em plena função, conseqüentemente está de posse de elementos para trazê-los à Comissão.

Não acredito seja o fato favorável à Cooperativa, mas, pelo menos, será elemento que ela deverá usar em defesa própria, oportunamente.

Sei que o agradecimento deverá partir do Presidente, contudo, como Relator, agradeço a atenção por V. S.^{as} terem vindo prestar esclarecimentos, realmente valiosos.

Outrossim, quero repetir o que o nobre Senador Aurélio Vianna já disse: aqui não temos parti pris. Somos, como Comissão, absolutamente isentos. E eu, Relator, ainda muito mais.

Podem Vossas Senhorias ficar tranquilos e certos: agradem ou desagradem alguém, alguns ou a todos, nossas conclusões, temos por escopo fazer o que nos foi determinado, visando, sobretudo, o interesse público.

Agradecendo aos Srs. dou por encerrada a nossa parte da entrevista.

O Sr. Ozana Campos Guimarães — Vou fazer uma afirmação, aqui, curta, mas concisa. Vou dizer o seguin-

te: há responsabilidade de um grande jornal, e não há neste mundo quem não se perca de medo do jornal, e o que acontece? O jornal noticia: "Leite pôsto fora". Dizem que foi gente da Cooperativa; dizem que foi um emissário do Secretário. Está certo!

No outro dia sai a fotografia de uma mesa, grande como esta, com massa de queijo preparada para ser transformada, no dia seguinte, em mussarela, e reproduz, diz: "Queijo, que, como leite, vai para o esgoto". Quem foi que chamou para essa segunda parte?

No terceiro dia, é publicada: "É leite mesmo jogado fora". E publica: "Análise, abaixo, dada pela técnica, Dona Iolanda", em que diz: "em cima; é leite mesmo jogado fora", e, em baixo, "Análise é de soro, 0,7 de gordura".

Quer dizer; onde está a responsabilidade, a grande função de informar?

Estamos numa terra onde o jornal fala e diz o que quer.

E eu me recordo, aqui, de um episódio ocorrido em Goiânia. O Senador João Abrahão é capaz de ter assistido a isto, mas deixe que eu sozinho assumo a responsabilidade. A Fôlha de Goiás, que pertence aos Diários Associados, era devedora ao IAPC de contribuições, como muitos outros, e foi convocada para pagar. Era Delegado o atual Secretário de Finanças em Goiânia. Ele cumprindo determinações superiores entrou com seu processo de cobrança. O que aconteceu? Quando ingressou com o processo de cobrança, ele entrou num dia e poucas horas depois estava exonerado. Foi um simples telefonema que veio de Goiânia e o coitado do Delegado, cumprindo o seu dever, foi exonerado. Essa é a história dessa história de jornal.

Os senhores sabem muito bem o que aconteceu com aquela grande es-

critora, Sílvia Serafim, casada com Tibal Júnior. Assassinou o jornalista Mário Rodrigues. Por que? Atacou contra a honra dela. Ela foi com o marido pedir retratação. No dia seguinte o jornalista entrou mais bravo. Ela então matou o jornalista.

Quer dizer: são essas coisas que precisam de uma legislação, que dê maior responsabilidade.

Como é que um camarada joga lama na honra dos outros e fica tudo por isso mesmo?

Eu sei que amanhã virá tudo em cima de mim, mas eu não tenho medo. Graças a Deus posso dizer que não tenho rabo. Se querem pegar o gato pelo rabo, a mim não pegam porque não tenho. Essa é que é a verdade.

É preciso que haja uma legislação que ponha fim nisto. Está aí o fato: três fotografias, a primeira diz uma coisa, a segunda que é queijo podre e a terceira que é leite mesmo.

Onde está a grande responsabilidade? Onde está o grande valor moral?

O SR. PRESIDENTE (João Abrahão) — Quero agradecer a presença do Sr. Presidente da Cooperativa, Dr. Hamilton Pereira, e dos Senhores Diretores que nos honraram com a sua presença nesta reunião altamente democrática, onde todos participaram com ampla liberalidade, discutindo assuntos de grande importância para a Capital Federal, que é o abastecimento de leite.

Agradeço também o interesse do Sr. Relator e, o cuidado com que está conduzindo o problema e declaro encerrada esta reunião e renovo os agradecimentos a todos os que compareceram.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião, às 18 horas e 30 minutos.)

Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

ATA DA 29.^a REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 1968

As vinte e uma horas do dia 23 de outubro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala de Reuniões das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador Flávio Britto, Presidente, presente os Senhores Senadores José Feliciano, Carlos Lindenberg, Aurélio Vianna e Bezerra Neto e Deputados Régis Pacheco, Breno da Silveira e Armindo Mastrocolla, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional, presentes, ainda, os Senhores Senadores José Guimard e Atílio Fontana.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador João Abrahão e Deputados Luiz Braga, Edvaldo Flôres e Marcílio Lima.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, sendo tida como aprovada pela Comissão.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Breno da Silveira, Relator, que apresenta à Comissão o Senhor Luiz Emanuel Bianchi, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, presente a este Órgão do Poder Legislativo em atendimento a convite formulado pela sua presidência.

Em seguida, o Sr. Depoente dá início a sua exposição sobre a situação da agropecuária do País, detendo-se na análise das causas e condições na jurisdição da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.

Passando à fase de inquirição do Sr. Convidado, o Sr. Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores José Feliciano, Aurélio Vianna, José Guimard e Atílio Fontana, respectivamente, cabendo ao Senhor Deputado Breno da Silveira, Relator, formular as últimas perguntas ao Senhor Luiz Emanuel Bianchi.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente formula à Comissão e ao Sr. Depoente os agradecimentos

pela presença e determina que as notas taquigráficas da reunião, tão logo decifradas, sejam publicadas no *Diário do Congresso Nacional*, Seções I e II, como anexo da presente Ata.

Aos cinco minutos da madrugada encerra-se a reunião, da qual, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO DA ATA DA 29.^a REUNIÃO, REALIZADA AS 21:00 HORAS DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 1968

Íntegra do apanhamento taquigráfico da Reunião

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Flávio Britto) — Srs. Deputados, Srs. Senadores, em nossa reunião temos, hoje, a satisfação de receber o Sr. Luiz Emanuel Bianchi, Presidente da Federação Rural do Estado de São Paulo, cafeicultor, avicultor de grande experiência e ex-Diretor do Instituto Brasileiro do Café.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, ao registrar a presença do Dr. Luiz Bianchi, quero registrar, também, a presença do Dr. Arnaldo Rosa Prado, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores do Zebu que, convocado anteriormente, não pôde comparecer porque viajara para representar o Brasil no Exterior. Não pôde comparecer na data aprazada e amanhã temos marcada uma reunião com o referido senhor.

Quero, a respeito do nosso depoente de hoje, ressaltar que ele já teve grande atuação em nossa companhia, na visita que realizamos, incorporados à Comissão Mista Agropecuária, com a presença de líderes rurais paulistas, à exposição de Campina Grande.

De maneira que eu preferiria que, inicialmente, nosso depoente, de acordo com a orientação da Comissão, fizesse uma exposição com a sua maneira, aliás a mais objetiva, de expor, inclusive com sua grande experiência,

para depois desta síntese que deverá fazer, do panorama agropecuário em nosso País, principalmente na área específica de São Paulo, poderem os Srs. Membros da Comissão fazer as perguntas que julguem esclarecer mais a Comissão em torno do seu objetivo.

Será melhor que o depoente primeiro exponha o assunto, já sabendo dos depoimentos em que tomou parte em debates da Comissão, por estar acompanhando os nossos trabalhos e por ter convivido, para nossa felicidade, 48 horas intensamente ao nosso lado, no Norte do País.

É esse o nosso ponto de vista.

O Sr. Luiz Bianchi — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, início, a convite do ilustre Relator, dizendo algumas coisas muito gerais que anotei no avião, por já ter deposto em outras comissões, e início dizendo alguma coisa em forma muito geral a respeito do assunto que interessa aos ilustres parlamentares.

Anotei aqui, sempre naquela fase menos construtiva, a focalização, tanto quanto me foi possível fazer, em breves expressões, o que observo na minha Federação, no Estado de São Paulo, palmilhando todo ele e verificando também em outras unidades da nossa Federação os fenômenos, a despeito das variabilidades das áreas, dos graus diferentes de cultura, principalmente das ecologias. Essas observações, a meu ver, parece que são comuns a todos os setores da vida agrícola ou agropecuária de nosso País.

O primeiro que eu noto, e que está formando um senso entre as lideranças estudiosas de São Paulo, é que nós temos a compreensão, na análise da situação brasileira, da conjuntura brasileira, que não devemos mais propugnar por aumento de preços dos produtos agropecuários, principalmente os de abastecimento, porque temos a compreensão também da situação em que se encontra o nosso povo com referência à alimentação das famílias.

Então nos voltamos para os insu-
mos, que, a nosso ver, é o que mais

pesa, no momento, sobre o custo de produção da agropecuária brasileira. Hoje, precisamos dar mais sacas de arroz, mais sacas de milho, mais bois, mais porcos, mais café, mais matérias-primas, como algodão e outras, para obtermos os mesmos insumos que obtínhamos há alguns anos passados.

Este panorama, infelizmente, conforme trabalhos de profundidade feitos na Secretaria de Agricultura de São Paulo, tem uma tendência de se agravar. A tendência, dizem os economistas, é uma forma segura de, sem dar números, verificar o encaminhamento de um setor da economia. E os economistas de São Paulo, ligados aos problemas da agricultura, nas suas análises e nas suas sínteses, entendem que há uma tendência de agravamento, se continuarmos com a mesma política global do País.

Então temos a tendência de dar mais arroz, mais milho, mais gado, mais aves, mais matérias-primas para obtermos os mesmos insumos que necessitamos para produzir e para viver com os nossos trabalhadores. E com uma agravante, a nosso ver — é que o País necessita cada vez mais de divisas para vencer esse ponto fulcro no seu desenvolvimento, que não pode continuar a ser feito através de empréstimos e que pode e deve ser feito através do nosso trabalho, organizado, à moda moderna, composto numa equipe nacional, para vencermos essa conjuntura difícil que atravessamos.

Dêsse modo, os nossos competidores no mundo (e os produtos de exportação chegam a cerca de 90% das divisas, os produtos agrícolas de toda natureza) e nós os temos em todas as áreas com que fazemos escambo no mundo — estão recebendo esses insumos, inclusive na África onde agora mandamos um ilustre companheiro nosso, agrônomo, por parte particular de nossa Federação, para fazer pesquisas. Eles estão obtendo esses insumos por preços muito menores e, conseqüentemente, isso influirá em que tenham preços competitivos muito melhores. Então este é um aspecto de futuro que, a nosso ver, em São Paulo, parece grave.

O segundo aspecto que está impactando muito nossa economia agrícola é a mutação do Imposto de Vendas e Consignações para o ICM. Uma filosofia de cobrança de impostos com que nós concordamos em princípio, mas feita abruptamente, tirando das outras classes intermediárias a diluição do imposto através de várias passagens até o consumidor, veio ele cair integralmente sobre a agricultura, seja diretamente sendo recolhido por ela, como indiretamente sendo descontado do valor dos produtos agrícolas no nosso mercado em São Paulo. Inclusive, na exportação, sabem os ilustres parlamentares que as nossas autoridades criaram concessões, como deveriam ter feito o mesmo para produtos industriais que são protegidos a título de substituírmos importações para nosso povo, quando eles estão tendo necessidade de exportações com proteções muitas vezes descabidas, como financiamentos para mercado externo, quando sabemos que todas as nações exportam através de cartas de crédito irrevogáveis, enquanto que os produtos agrícolas devem pagar, na exportação, este ICM, alguns deles apenas o milho, a soja, a carne, recebendo um privilégio de pagar um deles 80% menos e os outros apenas 40% menos. Enquanto isso, outras nações estão exportando produtos agrícolas para o Brasil, subsidiadas pelos respectivos governos e criando impactos muito sérios na agropecuária, pelo menos em São Paulo.

Outro aspecto que temos analisado, lá, e esse diz muito às áreas gerais brasileiras, são as chamadas "áreas prioritárias" do IBRA, onde, apenas para focalizar aquilo que achamos despropositado na política agropecuária no nosso Governo, entendem os nossos líderes que, quando eles fixam uma área prioritária, já vão sobre uma área onde há um problema agropecuário muito grave.

Então, fazendo uma análise de profundidade, entendemos que essas áreas já estão prioritárias porque têm menos condições de sobrevivência, têm ecologias piores do que as outras áreas que ainda não são chamadas "prioritárias". Entendemos, apenas para dar um flash, que se esta política continuar nos moldes em que está sendo praticada, toda a agrope-

cuária brasileira deverá ficar nas áreas "prioritárias" do IBRA.

Ainda, entendemos que os planos nacionais para a agropecuária estão sendo levados indiferentes às questões ecológicas, pois em nosso País temos áreas equatoriais e semi-equatoriais e, dentro dos paralelos, que vão do Equador até o Chui, temos diferenças de paralelos, mais ao norte, mais ao sul, gerando ecologia bem distinta e, ainda, a questão das altitudes dessas diferentes áreas.

Pelos estudos que realizamos, um tanto superficiais, os planejamentos brasileiros não tomam em consideração isto, o que é fundamental para qualquer projeto.

Anotem ainda o formalismo da organização brasileira.

Por exemplo: o papel é importante, seja na Alfândega como internamente, para a remessa de mercadorias, principalmente de animais vivos ou de sementes de um Estado para outro, porque os regulamentos subjetivos são feitos para evitar, entre outros motivos, a transmissão de moléstias. Mas o importante é apresentar o papel, pois do contrário nenhum veterinário, nenhum agrônomo vai examinar qualquer mercadoria. E não é bastante factível. Atrapalha muito as vias internas de comunicação.

Sobre as verbas gastas pelos Governos — e já nos referimos ao nosso próprio Governo estadual —, entendemos que estão equilibradas com os resultados que proporcionam. De fato, devemos assessorar as autoridades públicas no sentido econômico, moderno. O Governo deve, ao estabelecer essas verbas, estabelecer para aqueles que vão recebê-las, os órgãos que vão receber essas verbas, deveres, obrigações e resultados a serem colhidos no fim de cada exercício, antes de novas verbas serem concedidas.

Aqui anotamos, também, como exemplo daquilo que julgamos numa crítica que entendemos construtiva, com referência à aplicação, dessas verbas, entendemos que há quase nada em genética, em adaptação genética, pesquisas genéticas, em termos de aplicação na agropecuária.

Há muita propaganda e pouca utilidade dêsse trabalho. Não há avaliação dos recursos e dos resultados e nem se dá a responsabilidade de apresentar relatórios concludentes.

Por enquanto, citando ainda esse aspecto, queremos nomear impessoalmente a questão da Carta de Brasília, que tem servido muito à propaganda daquilo que o Governo desejava ver efetivado, mas que, pelo menos no caso de São Paulo, a agropecuária paulista ainda não sente os efeitos dêste importante documento do nosso Governo.

Dizem, lá, ilustres companheiros, que a Carta de Brasília é a carta do óbvio; porque tudo quanto ali está explicitado, como planejamento do primeiro grau e como deve ser feito, é do conhecimento de todos aqueles profissionais, mais ou menos preparados, que têm interesse pela nossa agropecuária. É um documento que entendemos feito mais por funcionários sem vivência dos problemas das glebas, porque às glebas onde estão as riquezas e as necessidades dêste País, não chegam àqueles desejos altruísticos e elevados das nossas autoridades públicas, com referência ao planejamento da agropecuária.

Reconhecemos a utilidade dêsse planejamento e apenas lamentamos que ele não seja objetivado como é desejo de todos. Devo reconhecer as intenções patrióticas, por exemplo, do Excelentíssimo Ministro Ivo Arzua, que reconhecemos bem como cidadão ilustre e incontestavelmente devotado às suas difíceis tarefas, bem como às dos seus principais auxiliares.

O que a agricultura reprova, não sei seria bem esta a expressão correta, adequada, é o sistema de resolver apenas com teóricos, à revelia das entidades a que a lei outorga o poder de representação e dentro das quais se encontram os principais problemas do setor, neste País.

A CNA, onde temos o ilustre Senador, Presidente desta Comissão, nosso prezado amigo Flávio Britto, poderá confirmar que a própria Confederação só encontra campo prático para seu assessoramento ao Governo através de suas Federações e estas, através de seus Sindicatos, que estão

mais próximos da realidade agropecuária brasileira.

Então nós entendemos, Srs. parlamentares, que urge substituir o formalismo com que se tenta ajudar este País, no caso da agropecuária, por ações aplicáveis e conforme as áreas devidamente estudadas. Urge unir os teóricos com os práticos, em mesa-redonda, para ver a exequibilidade dos planejamentos. Urge verificar, antes de aplicar essa exequibilidade de planejamento e avaliar a sua rentabilidade em face das verbas públicas que nele são aplicadas.

A agropecuária acredita não só nos propósitos desta Comissão como em sua capacidade inestimável de realizar obra útil à nossa Pátria. Ao Governo é nosso propósito, pelo menos na Federação de São Paulo, dar nosso apoio, e assim temos agido, embora nem sempre apoiando abertamente as decisões governamentais, porque entendemos que assessorar não é concordar; assessorar é ter a coragem cívica de dizer "não" ao Governo quando se tenha trabalhos de profundidade, em mãos, para provar ao Governo que ele não está no bom caminho. E nossa Federação, com imenso sacrifício de muitos, tem procurado manter esta atitude, e muitas vezes não temos sido mais duros em nossas críticas ao nosso Governo porque, por outro lado, entendemos as dificuldades gerais que o Governo enfrenta, e devemos pressioná-lo tentando colocá-lo naquilo que julgamos que é o melhor caminho, sem lhe causar danos que venham trazer mais complicações do que aquelas que nossas autoridades enfrentam.

Então, dizia eu que é nosso propósito sempre oferecer o melhor dos nossos esforços como agricultores, e até sacrifícios, desde que nos convença o Governo da utilidade desses esforços e desses sacrifícios, e que sejam para o bem do Brasil.

Aqui, fico à disposição do ilustre Relator e dos seus eminentes companheiros.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator). — Sr. Presidente, eu pediria que inicialmente fôsse dada a palavra aos Srs. Senadores e Deputados presentes, ficando a minha tarefa para o final.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Britto) — A palavra está franqueada aos Senhores Senadores.

O Sr. José Feliciano — Gostaria de solicitar do Sr. Presidente da Confederação Paulista de Agricultura um esclarecimento a respeito daqueles pontos em que ele fez referência a que o IBRA tem atacado o problema rural. Não entendemos bem a exposição do nosso depoente.

O Sr. Luiz Bianchi — Sr. Senador, entendemos que se a agricultura está muito mais que qualquer outra atividade ligada ao problema solo, ao problema ecológico, de uma maneira mais ampla, essas áreas prioritárias são aquelas em que os agricultores estão mais sacrificados por essa ecologia; eles lutam numa região mais difícil para entrar na competição, seja de produtos alimentares, seja de matéria-prima. E, além disso, onde o padrão cultural, via de regra, é menor e onde as condições de transporte, das comunicações, são piores. Então, este profissional, que muitas vezes é melhor do que um profissional de uma área mais favorecida, está sofrendo mais, está em situação de luta muito mais dura do que aquela que mantém os outros agricultores do País.

Concluimos dizendo que o nosso pensamento, em São Paulo, é de que, paulatinamente, se continuarmos com a política atualmente seguida, todas as áreas brasileiras, mesmo as boas áreas, que ainda estão, muitas delas, deixando margens aos bons agricultores, também se tornarão áreas prioritárias, do ponto de vista do mal-estar das populações agropecuárias das regiões.

Esta foi a intenção que tive: trazer à Comissão o pensamento dos meus companheiros de São Paulo.

O Sr. José Feliciano — A preocupação com o elevado custo para a produção agropecuária vai até o ponto de se julgar que haja necessidade de uma preocupação constante do Governo com referência a esses custos, ou a Confederação Rural acredita que esses insumos poderão influir na própria elevação do custo da produção rural?

O Sr. Luiz Bianchi — Eles influem diretamente nos custos, e, comparati-

yamente com outros países, verificamos, pelo menos na parte da alimentação pública, a preocupação governamental em dar às suas agriculturas condições de insumos tão favoráveis que possam os agricultores reduzir os custos de produção e os preços mínimos assegurados serem bases que a capacidade aquisitiva das populações, para alimentação fiquem ao alcance de todas as bolsas, mesmo as mais modestas. Em nosso País, há fartura, sob certos aspectos, mas a alimentação está pesando de maneira tremenda sobre as famílias do povo, principalmente do centro da classe média para baixo. Então vemos que seria má política e má orientação da agricultura pleitear do Governo aumentos de preços de venda, mas tentar do Governo normas de reajustamento para reduzirmos os custos de produção.

O Sr. José Feliciano — E, dentro deste raciocínio, seria para o Governo mais razoável ou mais lógico atender ao problema da produção ou do aumento de produtividade?

O Sr. Luiz Bianchi — O aumento de produtividade, nesta época do mundo atual, tem que ser tentado, a qualquer preço. Mas, a verdade é que nós comparamos alguns produtos que têm produtividade, do ponto de vista de custo, maior do que uma nação adiantada como os Estados Unidos.

Os Estados Unidos subsidiam o algodão, por exemplo. Se nós tivermos acesso livre ao mercado internacional, poderemos derrotar qualquer produtor americano; as nossas fibras são melhores, os nossos homens são mais modestos e nós temos condições competitivas, homem a homem, civilização a civilização, para enfrentar uma competição internacional.

No caso do café, nem se fala, porque o café tem um confisco tremendo, enquanto que os outros povos, nossos competidores, têm o mercado livre e estão recebendo quase que totalmente o valor das divisas, pagando o mínimo de impostos em seus países.

O gado é outra expressão cuja exportação até hoje não se compreende não ter sido incentivada, com o mercado internacional aberto, como está, ao pecuarista nacional.

Achamos nessa política uma falta de realismo, uma política global mal engendrada, muitas vezes por problemas políticos internos que devem ser dominados por outros caminhos que não esses.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Britto)

— Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O Sr. Aurélio Vianna — Sr. Presidente, ouvimos a brilhante exposição do representante do Estado de São Paulo, da FARESP, que provocou, além de uma curiosidade muito natural, por ser o depoente do Estado mais desenvolvido do Brasil, cujas condições econômicas diferem muito da maioria dos outros Estados da Federação, um Estado que carece de mais recursos, mas que é o irmão mais rico, mais poderoso, deposita nos cofres nacionais mais de 2/3 da nossa arrecadação, ouvimos uma exposição que pode ser estendida ao resto do Brasil, de maneira mais séria e profunda, porque se há dificuldades no Estado de São Paulo, o que não dizer das dificuldades do resto do País?

Numa viagem que fizemos, há pouco tempo, à Europa, notamos o desejo de se comprar do Brasil alimentos, proteínas vegetais e animais. O europeu, porém, tem pavor da carne bovina brasileira, porque sabe muito mais do que nós que grande parte dos nossos rebanhos está atacado, e ele já não se preocupa tanto com a aftosa mas com a brucelose.

De outra feita, dizíamos que já se calcula existir, hoje, no Brasil — estive com um dos grandes técnicos, um dos mais categorizados veterinários e estudiosos do assunto — cerca de 25 milhões de cabeças de gado vacum atacados de brucelose. E uma estatística sobre a bacia leiteira fluminense, que fornece leite, particularmente, para o Estado da Guanabara, revelou que a média de animais leiteiros, de vacas atacadas de brucelose, vai a cerca de 60% do rebanho ali existente.

Numa concorrência feita em Portugal, no Portugal salazarista, no fim do ano passado, para a compra de carne bovina de que Portugal tinha necessidade, venceu a União Soviética. Nessa concorrência entraram de um lado o Brasil e de outro lado a

União Soviética. E o Governo português salazarista, que tem simpatias profundas pelo Brasil, pelo Governo brasileiro, esqueceu essa simpatia para cair na realidade e comprou carne bovina produzida na União Soviética.

Estivemos na Itália com um homem que é Presidente da Bolsa de Café sediada em Milão, com um filho brasileiro, que chora quando fala no Brasil, e que nos disse: "Infelizmente, nós somos levados a não comprar café brasileiro por dois motivos: primeiro é a desonestidade do exportador e, segundo, os interesses econômicos das nações que compõem o Mercado Comum Europeu na África. Quem não exporta, não importa. Quem não importa, não exporta."

Eles financiam a produção africana, porque têm um mercado ali à porta, como que a dizer que "o mercado brasileiro é mais norte-americano. As matérias-primas nós adquirimos aqui, na África, e temos que comerciar com o africano".

Bem... Então não foi atacado ainda, a nosso ver este problema, e gostaríamos de ouvir o que acontece em São Paulo hoje. Ainda não foi equacionado, para ser resolvido, o problema da brucelose, da aftose, da tuberculose e, infelizmente, as verbas globais do Ministério da Agricultura, para erradicação dessas três doenças terríveis, foram criminosamente pulverizadas, no Congresso Nacional. Preferiu o Congresso a sua pulverização, destinando-as às exposições, que dão outro tipo de rendimento.

As terras ácidas, como retificadas do PH das terras brasileiras? A alfafa, aqui, não medra, o terreno é ácido, e o pó calcáreo, quanto custa? E o transporte do pó calcáreo quanto custa? E então nós nos defrontamos com este problema: 95% do agricultor brasileiro não pode sequer comprar pó calcáreo para retificação do PH das suas terras. Então não pode plantar leguminosas, vantajosamente, porque em terras ácidas, todos nós sabemos, a leguminosa não medra e, se o faz, é com grandes dificuldades, sem grande rendimento.

Estou de acordo com o depoente quando declara que sem aumento da produtividade todo esforço é prática-

mente inútil para o desenvolvimento nacional. Aumento da produção pela produtividade — eis o problema, produzir o máximo em menos tempo. O que se tem feito neste sentido? Não falo deste Governo, não. O que se tem feito durante todos estes anos, para resolver o problema?

Problema dos adubos — As nações mais avançadas se preocupam, hoje, e dão prioridade ao problema das proteínas animais e vegetais. Todas, sem exceção. O estômago vazio é que faz revolução social. A revolução não entra pelo cérebro, entra pelo estômago e passa do estômago para o cérebro, que então aciona o mecanismo.

Governos da área socialista ou da área capitalista, hoje se preocupam profundamente com esse problema que, repito, é prioritário, mas sem adubos o que se pode fazer, para aumento da produtividade no campo?

Agora mesmo o INDA fez um contrato com os produtores de fosfato do Araxá para a compra de todo o estoque ali existente, e que era enorme, e de toda a produção de fosfato do Araxá. E fomos informados — não sei se procede a informação — de que poderosos grupos de intermediários, e eis um dos grandes problemas brasileiros, é o atravessador, é o intermediário, jogaram-se em campo, e as chuvas aí estão e esse fosfato não foi liberado até agora. E as Secretarias de Agricultura dos Estados, inclusive aqui do Distrito Federal, que fizeram uma propaganda imensa do fosfato do Araxá a preços acessíveis, estão desmoralizadas perante o agricultor e, por extensão, perante o povo, porque esse fosfato não chegou.

O SR. BENO DA SILVEIRA (Relator) — Ninguém melhor do que V. Ex.^a e sei da sua luta no Senado — conhece o problema da Fosforita de Olinda. É valiosa, portanto, a oportunidade que acabamos de ter, nesta Comissão, de um encontro com um técnico da Fosforita, Dr. Humberto Carneiro. Gostaria que V. Ex.^a aproveitasse o ensejo, porque V. Ex.^a está muito mais atualizado no assunto, porque sei da sua luta e do seu trabalho no Senado, inclusive durante o drama da Fosforita que foi vivido em nosso País a qual, em virtude de um simples decreto do Ministro Bulhões, que praticamente derrubou uma lei que já tinha sido conseguida a duras

penas, está, hoje, praticamente, fechada, e talvez a maior reserva de adubos do Brasil não tenhamos oportunidade de usá-la, pelo menos na nossa agropecuária.

O Sr. Aurélio Vianna — Esse grande técnico, um dos maiores em recuperação de solo, em conservacionismo, com uma grande experiência na Alemanha, onde passou 5 anos se aperfeiçoando e outros 5 anos pondo em prática o que havia recebido da Alemanha, no norte da África, voltou ao Brasil e dedicou-se com exclusividade ao trabalho de recuperação dos solos brasileiros, ao problema da irrigação, que é um dos problemas maiores — e foi indicado para interventor da Fosforita de Olinda. Quis salvá-la, quando descobriu que grupos internacionais poderosíssimos desejavam empolgar a Fosforita de Olinda, absorvendo-a; esteve aqui no Senado, tentou por todos os meios e modos que uma emenda fosse aprovada, e ele era interventor indicado pelo Governo revolucionário, emenda que salvaria a indústria de adubos nacionais. A emenda não foi aprovada. Na luta entre grupos estrangeiros e grupos nacionais, venceram os estrangeiros.

O resultado final disto é que a FOSFORITA está fechada, está paralisada e aquela fonte de riqueza, que estava servindo o Brasil, aumentando aceleradamente a produtividade, principalmente do Nordeste Brasileiro, aquela fonte está em estado de catalepsia, em estado cataleptico. A FOSFORITA não morreu, mas não produz, é como se fosse um ser híbrido.

Aqui não há jacobinismo nem chauvinismo, há os interesses nacionais.

O nosso Governo não pode subsidiar a agricultura, como faz o Governo americano, por um motivo que elimina todos outros: somos um país infracapitalista, os Estados Unidos são um país supercapitalista. Eles podem subsidiar para manter um preço interno e outro para exportação, que é diferente; nós não temos tido coragem de promover a nossa defesa, isto é outro problema.

Sementes selecionadas. Não sei em São Paulo como é.

Isto tudo é provocando São Paulo, porque no resto do Brasil lutamos com

o problema. Muitas vezes plantamos e não colhemos o que desejamos, pois não há sementes selecionadas.

Terra, adubo, semente: eis a trilogia.

Sr. Presidente, mais cinco minutos e termino.

Sei que diversos colegas desejam falar — é claro —, principalmente pelo vulto que se encontra diante da Comissão. E estamos a provocar a inteligência, a experiência e o raciocínio do depoente, que sobre o assunto vamos esclarecer.

Implementos e máquinas.

Quem pode comprar uma máquina hoje, mesmo a produzida no Brasil?! E, a comprando, como mantê-la?!

Encontra-se presente um Deputado que alugou um trator ao Ministério da Agricultura. Pagou adiantadamente metade do aluguel: NCr\$ 23,00 por hora. Está à espera do trator há alguns meses. Um senador, há muitos meses mais. E o prazo pode estender-se. Somos políticos ativistas, mas para o povo, privilegiados. Contudo, esta a situação.

Há falta de uma peça, acessório que o alugador do trator poderia comprar em São Paulo, poderia trazê-la de São Paulo, e passam-se os meses. Então, estão por aí os cemitérios de máquinas que poderiam ser recuperadas a desafiar os que trabalham na terra.

Finalmente, crédito bancário.

Como é que pode um agricultor brasileiro comprar um rebanho de gado leiteiro, para pagar em quatro anos, pagando juros mínimos de 1,5%, além de outras despesas que vêm surgindo por aí? Ele compra o rebanho e não pode pagá-lo: vai à falência ou então vai-se virando.

Despesas de manutenção: volto às máquinas. Combustíveis. Como podemos manter os preços atuais, se o preço das máquinas sobe? Sem máquina, nenhum país, hoje, entra no campo da produtividade. Há um conjunto, há um complexo. Como estabilizarmos os preços se os combustíveis, que são o sangue das máquinas, sobem de preço? E se não podemos comprá-las hoje nem alugá-las? E se as alugamos elas não chegam no tempo próprio.

Então, eis um problema: salário, baixo do homem que trabalha na terra. Por quê? Porque nas condições atuais não podem ser justos, e não podendo ser justos, sendo baixos, provocam a diminuição do poder de compra do assalariado rural. Como conseqüência, o processo de industrialização paralisa ou decrece. E, então, vemos as nossas melhores fábricas vendidas a grupos estrangeiros, entrando no Brasil em concorrência com o capital nacional e o estrangulando, num processo de espoliação terrível.

Problema de comercialização e problema de cooperativismo — uma das grandes saídas para a crise da lavoura brasileira.

ICM, ou melhor, tributos elevados: 18% sobre o preço de uma rez! É impraticável e, então, se está provocando a desonestidade, pela necessidade de sobrevivência. Precisaria o Governo brasileiro de um exército, vinte ou trinta ou quarenta vezes mais de fiscais, para impedir a sobrevivência do homem que está formando a "sociedade da fraternidade do auxílio mútuo", forçado pelas circunstâncias, pela incompreensão.

Medicamentos veterinários — que não podem ser adquiridos, produzidos, quase todos, por laboratórios estrangeiros.

Custo de produção.

Gostaria, portanto, nessa provocação, no bom sentido da palavra, que o Estado de São Paulo, que hoje está empregando capitais no desenvolvimento de outras regiões do País, numa compreensão interessantíssima de que para ser considerado poderoso, em face dos outros estados da Federação, não em face dos países poderosos, precisa de concorrer para que os seus irmãos aumentem o seu poder de compra, criando mercado interno que absorva sua produção e provoque o desenvolvimento de outras regiões para que o Brasil, como país, globalmente, entre no mercado competitivo internacional com certas vantagens. Então, com a compreensão de São Paulo, que graças a Deus existe e é poderoso, é muito melhor que nós do País vendamos em São Paulo para que possamos comprar o que São Paulo produz, do que se não houvesse

aquela força e continuássemos vendendo para o Exterior e drenando nossas divisas, nossas economias

Per summa capita, São Paulo, como nosso Presidente da Federação de Agricultura encararia esse problema?

O primeiro motivo, se não nos unirmos todos objetivamente, sem paixão, sem ódio, mas, para solução do problema, então veremos a revolução social eclodir no Brasil, e não há quem o impeça, não há força que o impeça. Mas, se resolvermos esses problemas, então nós iremos partir para grandes dias neste País.

Agradeço penhoradíssimo a exposição que ouvi e que me provocou essas cogitações. E peço desculpas aos colegas por haver tomado tanto tempo, porque me entusiasmei assim, mas parei. Obrigado.

O Sr. Luiz Bianchi — Queria dizer alguma coisa.

Desejo dizer, Sr. Presidente, rapidamente, ao Senador Aurélio Vianna que vim a Brasília por um dever e vim cumpri-lo com muita satisfação, dado o meio a que fui chamado. Honro-me muito com isso. Foi um convite que me desvaneceu bastante, como um dos líderes da agricultura em S. Paulo.

Sou premiado com a exposição que o Senador Aurélio Vianna fez, porque, de tudo o que o Senador disse, eu posso afirmar com absoluta segurança, desses pensamentos comungam todos homens da Agropecuária de São Paulo, interessados nos problemas do nosso País.

É uma grande satisfação, Senador Aurélio Vianna, ter ouvido de V. Ex.^a essas exposições, principalmente até por saber que, como o Senador Aurélio Vianna, devem existir inúmeros parlamentares, na Câmara e no Senado, comungando dessas mesmas idéias e dessas mesmas preocupações, principalmente sobre o final em que V. Ex.^a se referiu ao processo de revolução, que, naturalmente, ocorre em face do sistema de vida que temos na atualidade e que também é a preocupação fundamental no meu S. Paulo. Tanto que dizemos aos nossos companheiros, em nossas reuniões, que estamos muito menos preocupados com os interesses legítimos da nossa classe,

muito menos preocupados estamos, do que preocupados estamos com o Brasil, com a conjuntura que ele vive neste momento. E entendemos que sem a agropecuária não encontraríamos saída para esses impasses, para essas dificuldades que nosso País atravessa no momento.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Britto)

— Antes de dar a palavra ao nobre Senador José Guimard, estando aqui presente, que será o nosso convidado de amanhã, o Presidente da Associação Brasileira de Criadores do Triângulo Mineiro, e chegando ele, agora, do Paraguai, que é um setor que também me preocupa muito essa tese que levantou o eminente Senador Aurélio Vianna, a brucelose — perguntaria aos companheiros se não devíamos aproveitar esta oportunidade, já que está aqui, também, o Presidente da Federação, de ouvi-lo, só neste ponto, porque amanhã o Dr. Prata teria oportunidade de nos expor mais.

Realmente este problema da brucelose nos tem preocupado muito, e tenho a certeza de que todos, aqui presentes, sabem muito bem o trabalho que faz essa Associação do Triângulo Mineiro, e a responsabilidade que ela tem sobre esta situação. E como acabou de me dizer o Presidente, que veio agora do Paraguai, consulto os companheiros se nos seria interessante ouvirmos o Dr. Prata, rapidamente, só nesse setor.

O Sr. José Feliciano (Sem microfone) — Ele falará hoje ou amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Britto)

— Amanhã, às 3 horas, mas eu estou preocupado porque amanhã começa a luta dura do orçamento. O Senador Aurélio Vianna, como líder de partido, talvez amanhã, às 3 horas, tenha outra comissão, outros compromissos...

O Sr. José Feliciano (Sem microfone)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Britto)

— Com a palavra o Sr. Senador José Guimard.

O Sr. José Guimard — Por esquisito que pareça, eu faço parte daquilo que nos Estados Unidos se chama um fazendeiro limpo, querendo dizer que o fazendeiro sujo é o que pega na terra. As minhas perguntas

são de um pecuarista limpo, que quer aprender com V. S.^a, de maneira que vão ser muito curtas, é apenas um questionário.

Eu perguntaria, então, a V. S.^a se os preços atuais dos produtos agropecuários não são compensadores, em vista mesmo da opinião que V. S.^a manifestou, e qual seria o lucro provável desses produtos, para a compra dos agricultores e pecuaristas.

O Sr. Luiz Bianchi — No Estado de São Paulo nós estamos verificando que aqueles pecuaristas ou lavradores que ainda obtêm lucros são os homens que em qualquer setor de atividade estariam muito ricos.

São homens de grande capacidade e que acumularam, a sua maioria, recursos substanciais e, através desses recursos e do amor à sua atividade, organizaram propriedades muito produtivas.

A grande maioria do lavrador paulista está se descapitalizando, e muito. O pior de tudo é que há uma espécie de desânimo generalizado quanto ao negócio, tanto que costumamos dizer em São Paulo que dois tipos de lavradores ali existem hoje: os vocacionais e aqueles que não sabem fazer outra coisa.

Como incentivo social de uma atividade, em que cada um pode realizar suas ambições e projetos, é o pior negócio no Estado de São Paulo. Entretanto, sabemos que é um negócio sólido. Quatro séculos e meio de civilização brasileira foram vividos através da agropecuária. Nós sabemos que foi ela que abriu as picadas, erigiu igrejas, criou cidades, implantou escolas e dominou o território. E isso não foi feito por acaso. Numa terra tropical, onde não há nenhuma civilização comparável à brasileira, a despeito de tudo isso, foi realizada de forma gloriosa e os atuais agricultores do País, em todas as regiões por que temos passado, são os homens duros, são, como dizem os militares, os homens da infantaria, os homens que agüentam as marchas; quando lavradores limpos, se eles têm o cuidado de percorrer as suas propriedades, são mais rudes ainda.

Aconselhamos, portanto, em São Paulo, principalmente aos vocacionais, que têm recursos, inteligência,

grau de cultura, que persistam nas suas atividades, a despeito de tudo, quando mais não fosse, para servir ao País.

Por este motivo, causou-nos grande mágoa o que ocorreu na nossa Federação, porque uma das maiores injustiças cometidas contra um grupo que serve, lealmente, à sua Pátria, com grande sacrifício e sob doutrinas sérias, doutrinas corretas plasmadas em sentimentos não muito comuns no Brasil. Sofremos o impacto de uma ação despropositada do nosso Governo, mas não vamos desanimar. Vamos prosseguir mais duros do que até agora, porque sentimos, hoje, que o nosso dever de proteger os nossos legítimos interesses coincide, absolutamente, com os interesses do Brasil.

Vamos prosseguir nas nossas tarefas, apesar de todos os contratempos.

Respondendo à indagação de V. Ex.^a, devo declarar que o negócio agrícola, em São Paulo, em termos modernos do homem que cuida friamente da sua família, é o pior negócio que há.

Ele não é desprotegido, ele sofre um ônus despropositado e uma diferenciação de tratamento que três ilustres juristas, em seus pareceres, provaram que violam as leis do País e a própria Constituição da República.

E sobre isto que desejamos alertar o Governo, mas não conseguimos nos aproximar, no diálogo, com o Governo. Mas, vamos prosseguir em nossa tarefa. E digo ao Sr. Senador que eu sou um desses, que dou a minha vida para assim continuar a proceder.

O Sr. José Guimard — Muito bem.

Presidente Bianchi, V. S.^a referiu de passagem que São Paulo, antigamente, tinha uma iniciativa de desbravamento do nosso Brasil. E, de fato, assim foi.

Esse aproveitamento de terras novas, menos trabalhadas, menos cansadas, mais baratas, através das estradas-troncos, não tem sido feito pelo paulista de hoje, não?

O Sr. Luiz Bianchi — Tem, em parte. Mas, com muitos insucessos. Por exemplo: hoje nós sabemos que se tivérmos que montar uma empresa cafeeira em termos de planejamen-

to inteligente, não devemos mais plantar no Paraná.

O Sr. José Guimard — Nem em Mato Grosso?

O Sr. Luiz Bianchi — Nem em Mato Grosso. As experiências não são boas.

Então, no caso paulista, que conhecemos mais de perto, nós achamos que se acabaram as florestas. Agora, o lavrador paulista tem que aprender a cultivar a terra, como é feito no mundo inteiro; não o humo, mas a terra. E é o que estou tentando fazer lá e os resultados, muitas vezes, ilustre Senador, são melhores do que aqueles que se obtinham ao tempo do humo.

O Sr. José Guimard — Pelo que estou ouvindo de V. S.^a, ou melhor, do nosso Presidente da Federação, a pergunta que ia fazer agora seria mais dirigida ao Presidente dos pecuaristas do Triângulo Mineiro, mas V. S.^a abarca uma federação, de maneira que posso não ter oportunidade, amanhã, e ia perguntar se tem notícia de como vamos, agora, a respeito de exportação de zebu brasileiro para países latino-americanos.

O Sr. Luiz Bianchi — Nós estamos em presença de uma autoridade e acho que o nosso Presidente também está a par do problema, através da Confederação da Agricultura e, no momento, até há uma missão estrangeira para importação e outras tratando de exportação. Mas se o Senador permitir, vou dar-lhe dados de um relatório que vi na Federação, há pouco tempo: vários venezuelanos compraram gado na Bahia. Acertaram um negócio de certo vulto, mas os baianos, em face das exigências do Ministério da Agricultura, cancelaram o negócio com os venezuelanos.

O Sr. José Guimard — Tenho notícia da visita recente de uma missão boliviana. Sou vizinho da Bolívia, fui por eles procurado e os encaminhei ao Ministério da Agricultura. Sairam de lá satisfeitos, muito animados. É uma notícia otimista, apenas para contentar os venezuelanos.

Por último, perguntaria: a Carta de Brasília não foi prática?

O Sr. Luiz Bianchi — Os lavradores da minha terra dizem que a primeira extraviou e a segunda não foi posta no correio. Isso dá uma idéia de como se sente lá o problema.

Ilustres membros do Ministério da Agricultura informaram que o processo de reestruturação daquele órgão está sendo um tanto lento, mas que, em breve, teremos notícias positivas a respeito dos planejamentos da Carta de Brasília. Oxalá que assim seja, pois queremos cooperar no quanto esteja ao nosso alcance.

O Sr. José Guimard — Sr. Presidente, estou muito satisfeito com as respostas dadas e, como esperava, estamos aprendendo à custa da boa-vontade e do amor à nossa terra do Presidente Luiz Bianchi.

O Sr. Luiz Bianchi — O Senador é muito amável e recebo com muita simpatia as considerações de V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Flávio Britto) — Tem a palavra o Sr. Atílio Fontana.

O Sr. Atílio Fontana — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, justifico o meu atraso em comparecer a esta Comissão com o fato de participar de duas Comissões que examinam projetos relacionados à educação. Ao saber, porém, que se encontrava reunida esta Comissão, presente o Sr. Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, diligenciei no sentido de assistir aos trabalhos e, principalmente, de dar-me a oportunidade de conhecer pessoalmente o Sr. Luiz Bianchi.

Ouvi as referências de S. S.^a à situação, de modo geral, da agricultura no Estado de São Paulo, a que me considero ligado através de indústrias, e que é, sem dúvida, o Estado mais desenvolvido e adiantado no setor industrial como no setor agropecuário. Segundo o Sr. Presidente da Federação da Agricultura, a situação do homem do campo no Estado de São Paulo não é nada promissora. É até uma situação de preocupações que precisa ser corrigida.

É, no caso, o espelho da situação grave por que passam os demais Estados da Federação.

Ainda ontem, tive a oportunidade de pronunciar discurso, no Senado, que teve a cobertura de alguns jornais. Na ocasião, entre outras coisas, declarei que se os nossos agricultores pudessem expressar a sua situação, através de manifestações escritas aos parlamentares, ao Governo

brasileiro, ficaríamos estarecidos ante o crescente empobrecimento dos nossos homens do campo. As terras vão-se exaurindo, a produtividade é baixa e o nosso agricultor não tem condições de melhorá-la.

Perguntaria, então, ao Presidente da Federação da Agricultura de São Paulo, o Dr. Luiz Bianchi, qual seria a medida principal, a providência que caberia ao Governo adotar para alcançar os agricultores de modo geral, não apenas aqueles que cultivam um produto.

As palavras de V. S.^a me calaram fundo quando V. S.^a afirmou que não estava pensando num problema de uma classe, e sim preocupado com o problema do País.

Isso é muito significativo e vem ao encontro do meu pensamento, do meu modo de encarar o problema do homem do campo.

Ainda ontem fiz referências às declarações do Presidente da "SUDENE", que recentemente proferiu conferência na Confederação do Comércio de São Paulo.

Precisamos ouvir os homens de responsabilidade que nos transmitam o seu pensamento, não só com referência à gravidade da situação mas, principalmente, às soluções apontadas a fim de que sejam adotadas pelos homens do Governo.

O próprio Presidente Costa e Silva, ainda há poucos dias, não me recordo em que lugar e em que reunião, fez um pronunciamento afirmando estar muito preocupado com o setor agrário, e que não estava satisfeito com os resultados que estavam sendo colhidos.

Então, temos que procurar encontrar uma solução para que esses resultados sejam mais satisfatórios. Precisamos estudar, examinar e fazer sentir aos responsáveis do Governo as providências que precisam ser postas em prática, sem delongas.

Gostaria, então, de ouvir o nobre Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.

O Sr. Luiz Bianchi — V. Ex.^a, Senador Atílio Fontana, deu-me a oportunidade de saber das suas atividades, conhecer o sistema de vida do seu Estado e das preocupações que

o assaltam, também semelhantes às que assaltam os seus companheiros.

V. Ex.^a sugeriu-me dizer a esta Comissão o que verifiquei na Paraíba e que me trouxe imensas preocupações, dando-me, porém, a certeza de que os estudos que estamos procedendo em São Paulo estão absolutamente corretos e que com essa visita aumentaram ainda mais as preocupações.

O Sr. Presidente da República deu-me a honra de uma palestra e contou-me que em sua viagem pelo mundo, visitando a ONU e a FAO, recebeu dos membros da ONU e da FAO um apelo para que o Brasil se transformasse no celeiro do mundo, fato que, a meu ver, S. Ex.^a, talvez por falta de assessoria, repetiu em Manaus, dizendo que iria transformar o Amazonas no celeiro do mundo, desconhecendo o que representa uma região equatorial como aquela. O Senador sabe muito bem o nosso pensamento como bom amazonense e a Amazônia tem imensas possibilidades mas não para ser o celeiro do mundo. Mas o Sr. Presidente da República, que é um homem a quem nós prezamos muito como cidadão, além do respeito que lhe devemos por ser o primeiro magistrado da Nação, nos informou que a estratégia de seu Governo — e isso não nos foi dito hoje, mas há muito tempo, antes da Primeira Carta de Brasília — será fundamentada no fortalecimento da agricultura brasileira para vencer este impasse, esse ponto difícil de nosso desenvolvimento e transformar o Brasil num celeiro do mundo, quando a fome se aproxima e o mundo, que está cuidando disto através das Nações mais desenvolvidas e mais preocupadas com os problemas mundiais, ainda não sabe, a solução a dar; e nesta explosão demográfica do mundo o Brasil tem participação imensa.

Foi o que nos preocupou na visita que fizemos ao Estado da Paraíba, vendo o plano governamental para atender aos nossos irmãos dessa região onde tem uma raça forte e poderia dizer, sem exagero de linguagem, que são brasileiros heróicos os que estão vivendo no interior. Fiquei preocupadíssimo com o que vi na Paraíba porque a população é de crianças, meninos e meninas. Então verifiquei que, de 1975 a 1980, o mundo prevê

tremendos problemas para a humanidade e eu pergunto como estará o nosso Estado da Paraíba e como estarão outros Estados que eu ainda não tive a oportunidade de visitar e de fazer uma complementação dos estudos que estamos fazendo em São Paulo.

Afirmo ao ilustre Senador Attilio Fontana, sem querermos ser patrioteiros, sem querermos estar nos iludindo, mas com a cabeça fria, como é a boa regra, que achamos que este País é formidável.

Nós, os que temos pretensões de liderança, é que estamos fracassando. Sabemos que o Brasil pode ser o celeiro do mundo. Ele tem possibilidades tecnológicas modernas, dado o conhecimento nas nossas universidades, dado o conhecimento de que estão de posse os homens pelo menos de uma liderança que está nas glebas de todo o Brasil; podemos fazer realizações suficientes por este País e transformá-lo, de fato, no celeiro do mundo.

Mas pergunto ao ilustre Senador: temos inúmeros artigos de agricultura na exportação brasileira; nunca um produtor de qualquer desses artigos que estão na pauta de exportação foi visitado por nenhuma autoridade, maior ou menor, de nenhum setor da Administração brasileira, para que se lhe pudesse perguntar como poderia aumentar a produção para exportar; como poderia aumentar a produção para o mercado interno; quais os problemas que tinha — os mais sérios, que não sabia como vencer; de que auxílios necessitava para realizar tarefas profissionais, que sabe como fazer mas não tem ferramentas nem outros recursos para executá-las. Um homem que está disposto a trabalhar de sol a sol, que tem ambições de progresso!

Este é o maior fator de desenvolvimento brasileiro: a ambição, que está em cada homem de todos os quadrantes desta Nação. Desde o mais humilde, se não fôr imbecil, se não fôr um subdesenvolvido na expressão mental, tem uma ambição de progresso, e para isso está disposto a trabalhar dia e noite, mas não consegue, não só porque lhe faltam recursos, como, também, porque há necessidade de uma reformulação das estruturas do País.

Como diz um amigo meu, Sálvio Pacheco de Almeida Prado, que não se encontra aqui por estar doente, o País está mal estruturado politicamente, administrativamente, culturalmente, enfim sob todas as formas em que as outras nações estão processando seu desenvolvimento, sua expansão.

O pior de tudo, segundo entendemos, em São Paulo, que é um Estado razoavelmente organizado, é que a ordem pública está tão mal ordenada, que não só não conseguem ajudar, como atrapalham muito.

Hoje temos a ambição de não pedirmos nada, mas que ao menos nos façam a concessão, para que possamos ajudar o País, de que não nos atrapalhem.

A pedido do ilustre Relator, vamos mandar um trabalho em síntese, como um memorando.

Não poderia deixar de alinhar premissas, para demonstrar que não estamos dispostos a uma filosofia negativista. Queremos construir.

Disse de início que ia tratar dos aspectos negativos, mas de certa forma focalizando problemas fundamentais. Creio que é uma forma construtiva para fazermos um planejamento bem feito.

Tenho alinhados e no momento oportuno vou ler para a Comissão, porque nós sabemos que é preciso estabelecer novas premissas — as que aí estão não são só falsas, mas, muitas vezes, negativas.

Não poderemos aqui dar uma solução, que depende de um trabalho de equipe. Mas conhecemos e sabemos que essas soluções são exequíveis e estamos dispostos a preconizar que elas sejam postas em vigor.

O Sr. Attilio Fontana — Concorde com o ponto de vista de V. S.^a Por experiência e por observação, entendo que o Brasil tem condições de desenvolver muito o setor agropecuário, não apenas para abastecer profusamente o consumo da crescente população brasileira, mas, também, como disse o Dr. Bianchi, para contribuir, para suprir outros povos que não têm as condições de que nós dispomos aqui para aumentar a produção do solo.

Concordo também que não se pode, em rápidas palavras, delinear as providências necessárias para este desenvolvimento. Mas ainda ontem dizíamos, neste nosso pronunciamento no Senado, lembrando um pensamento, uma opinião do meu pai, italiano que recém-casado veio para o Brasil e que trabalhou na agricultura, como eu também trabalhei até a idade de 20 anos — Papai dizia o seguinte: enquanto uma família, numa pequena gleba de boa qualidade, não consegue progredir desenvolver e fazer pequena economia, outra numa pequena gleba pedregosa, de inferior qualidade, consegue viver bem e fazer alguma economia. Quer isto dizer que o problema é de aplicar uma técnica moderna e um trabalho bem ordenado, bem administrado.

O Brasil, então, uma família maior, por extensão, teria essas condições. O Brasil tem boas terras, tem elemento humano tão capaz quanto aquele dos países desenvolvidos e capitalistas.

É uma questão de uma boa orientação que cabe, em grande parte, à iniciativa dos poderes públicos, do Governo. É como disse o Doutor Bianchi — muitas vezes não só não se auxilia o homem do campo mas ainda se atrapalha a sua iniciativa.

Então precisamos remover esses obstáculos e fazer com que possamos ingressar numa nova fase de desenvolvimento.

Pretendo viajar na próxima terça-feira, vou visitar o Estado de Israel a fim de observar a recuperação do solo e, com um programa previamente preparado pelo próprio Governo de Israel, em companhia de outros Senadores, com esse escopo, assim também outros países da Europa, examinar, estudar, averiguar e trazer anotações de como aqueles governos conseguiram o verdadeiro milagre da recuperação do solo e de torná-lo produtivo e, em consequência, contribuir para elevar o padrão de vida dos seus povos e estabilizar a situação econômica desses países.

De maneira que, Dr. Bianchi, eu fiquei muito satisfeito de tê-lo ouvido aqui, e espero novas oportunidades para podermos trocar idéias e lutarmos em todos os lados e, junto com

os demais patrícios nossos, conseguirmos alguma coisa para que este País melhore a situação desta grande classe — mais de 50%, aliás o Presidente da SUDENE falou em 65% vivendo na zona rural. Consequentemente, precisamos nos preocupar com essa grande classe.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Britto)

— Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, não resta dúvida de que a exposição do Dr. Bianchi despertou nos Srs. Senadores e Deputados uma série de perguntas, inclusive provocando talvez uma das mais positivas reuniões que esta Comissão tenha logrado realizar.

Eu, apenas rememorando a sua exposição inicial no que diz respeito ao trabalho genético, queria lembrar ao expositor que nesta área nós temos avançado muito, principalmente na área agrícola, no que diz respeito ao trigo do Rio Grande do Sul. Inclusive já São Paulo se envereda talvez para liderar o plantio do trigo, como tivemos ocasião de assistir nesta última excursão que a Comissão Mista fez, a convite do nobre Deputado Herbert Levi e que, justiça se faça, realiza uma das maiores administrações em nosso País, na área agrícola e pastoral, dando um exemplo *sui generis* de eficiência e de trabalho de equipe nesse Estado líder que é São Paulo.

No que diz respeito ao milho, lembrarei a S. S.^a que o Instituto Agromômico de Campinas, já deixando o milho híbrido, o azteca e o mala, está na fase do milho sintético, principalmente o opaco. Tenho impressão que já devemos, ainda este ano, alcançar boa produção, inclusive há um compromisso entre nós que participamos desta excursão e que fomos tentados por oferta das mais simpáticas, que seria trazer um saco de sementes de milho opaco para cada Estado. Pelo que vimos na Escola de Agronomia Luís de Queirós, com as experiências feitas na engorda de suínos, os lotes de suínos alimentados com milho híbrido e com milho comum, comparados com aqueles lotes de suínos alimentados com milho opaco, era uma diferença transcendental no que diz respeito ao peso apresentado, ao volume do corpo, dando realmente a expressão mais objetiva do aperfeiçoamento

a que estamos chegando, em genética, em nosso País.

Lembraria a V. S.^a, também, na parte do arroz, os trabalhos realizados no Rio Grande do Sul, em São Paulo, em Minas Gerais.

Na parte referente ao feijão, o famoso "rico-23", o "rosinha", produzido em Minas Gerais.

Não fôra o avanço da pesquisa na parte genética e no campo prático, ainda não teria chegado ao agricultor a presença das grandes conquistas, essas lideradas por São Paulo, Rio Grande do Sul e o próprio Paraná.

Hoje, na Escola Luís de Queirós, é defendida a pesquisa aliada à extensão rural. Na sua estrutura, o Ministério da Agricultura terá que se render, terá de aliar a pesquisa à extensão rural, para, num trabalho paralelo, termos imediatamente a felicidade de pôr em prática — e já em situação de atendimento às áreas rurais — o que a Ciência está conquistando no terreno da genética e da pesquisa no País e no exterior.

Esta, a conceituação que queríamos fazer ao ilustre expositor.

Parece-nos estar chegando tarde ao campo o material já selecionado. Inclusive lembrariamos que o que mais nos marcou, na recente visita ao Nordeste, é que ali não há conhecimento do milho híbrido, espécie já superada pelas grandes vantagens do "opaco". Este continua a ser sementeira permanente para o fazendeiro e para o agricultor.

Aquêle que possuir o milho opaco poderá lançar as sementes no próximo ano, o que não acontece com o milho híbrido, inclusive fazendo com que o fazendeiro de Goiás e de Minas Gerais tenha colhido erros sucessivos, dando uma baixa produtividade nos seus novos plantios, porque usou a semente do milho híbrido que comprou no ano anterior.

Eu queria lembrar, também na parte genética, que no que diz respeito à pecuária, nós chegamos no Brasil a uma situação específica de progresso, não só com o grande exemplo da experiência do Professor Teixeira Viana (em que pese a alguns o possam considerar homem radical) mas, também, com a genética da experiência de Coxim, que é, de fato, algo de obje-

tivo. Inclusive, nós visitamos agora, há dias, em plena fase da seca, seca mais dura em São Paulo, e tivemos ensejo de ver não só o charolês adaptado durante 36 anos, na área justamente da fazenda de São Carlos, no Coxim, como também a mestiçagem, o grau a que chegou o mestiço de Coxim, com nelore, que nos possibilita, realmente, um tipo quase que padrão-ideal para a nossa área, pelo menos, no que diz respeito ao problema de corte.

Tenho a impressão de que, se fôsse usado o charolês, há 36 anos, nós não teríamos o problema que o charolês está apresentando em outras áreas, como se diz, procurando sombra, acusado de ser um boi frio, porque já temos, nesses 36 anos, um charolês especificamente adaptado ao nosso clima, inclusive com volume muito grande de reprodutores, de garrotes, muitos já em condições de poderem reproduzir, naquela fazenda que, a meu ver, é uma coisa que todos os brasileiros deviam visitar, para acreditar um pouco no Ministério da Agricultura, criticado tão violentamente, muitas vezes, mas que ainda encerra, com muitos de seus técnicos, uma esperança para o nosso País.

Falando nesta parte, naturalmente para não mencionar as novas raças que afloram, em que pese a tradição do zebu, seja ele o Nelore, seja ele o Guzará, seja ele o Gir, eles marcaram profundamente a grande pecuária de corte em nosso País. Hoje essas nuances estão por aí, mas não se pode negar a não ser o excesso do Triângulo — permita-me o grande líder que está presente —, com a preocupação da cabeça, da orelha, durante muito tempo, do Gir mineiro; São Paulo reagiu bem, o Gir de Barretos começou a avolumar-se e tivemos a grande surpresa de presenciar verdadeiros protótipos de zebuínos Gir com peso magnífico, não descuidando dos característicos raciais, mas não com aquele afunilamento em que se preocupou durante muito tempo, com a cabeça, orelha, enfim, certos detalhes mínimos, enquanto o corpo ia sumindo, dando margem a que outras raças, como as mestiças européias, ganhassem, cada vez mais, na sua presença em outras exposições.

Quero aqui falar principalmente numa coisa que marca a vida rural

brasileira. É a disparidade de preço entre o Norte e o Sul, a interferência permanente da SUNAB nos problemas que dizem respeito à SUNAB — e que esta noite está sendo assim esquecida, mas que considero ser talvez dos órgãos mais prejudiciais à área agrícola-pastoril do País, inclusive sua interferência na iniciativa privada, sua intervenção em São Paulo, com confisco de reses, ameaçando agora de confisco a importação de carne argentina, ou carne uruguaia. Tudo isso leva ao desânimo a agropecuária em nosso País.

O Sr. Attilio Fontana — A SUNAB tem sido muito prejudicial à iniciativa privada e, em consequência, afasta a iniciativa particular e, em geral, faz operações prejudiciais aos próprios cofres públicos da Nação. Ainda não faz muito, ela importou carne da Argentina e armazenou parte dessa carne em nossos frigoríficos em São Paulo, a FRIGOBRA. Depois de muito tempo armazenada, e não conseguindo vendê-la, ela a ofereceu até à nossa sociedade. Não nos interessamos, porque estávamos supridos.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Foi o caso do feijão mexicano, que foi comprado por um preço absurdo quando tínhamos uma grande safra de feijão. Ele foi inclusive, vendido depois como adubo para o Japão. Foi uma vergonha essa operação! Nós já conseguimos feijão americano, que a COFAP vendeu a preço irrisório, talvez a menos de uma vigésima parte do custo.

O Sr. Attilio Fontana — Essa carne que ela importou — nem todos sabem — foi importada de um frigorífico para outro. Segundo sabemos, ela foi reexportada, por um preço muito reduzido, deixando grande prejuízo aos cofres públicos do Brasil.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Agradeço a V. Ex.^a o seu aparte, que nos ajuda tanto.

Quero lembrar a V. Ex.^a que no dia 5, se V. Ex.^a não houver viajado para Israel, deverá estar aqui o Sr. Enaldo Cravo Peixoto, a meu ver, o grande responsável pela desdita do nosso País, não só quanto à agropecuária, mas, principalmente, naquilo que o povo passa. Agora mesmo acaba de fazer um contrato com o Frigorífico

T. Maia, o qual está arrendado por 70 mil cruzeiros novos, por mês, para a SUNAB. O Sr. T. Maia, inclusive, tinha o privilégio de ser o distribuidor da carne para a Guanabara. Alugou o frigorífico por esse preço, mas teve o privilégio de ser o homem que transportava toda a carne que era entregue ao mercado consumidor, na Guanabara, com toda a rede de açougues no nosso Estado, e agora mesmo acaba de arrendar, no Estado de Goiás, dois frigoríficos.

Porque, o que mata é isso: Por que razão a arrôba de carne é vendida, o boi em pé, em Pernambuco, no interior da Bahia, a NCr\$ 28,00, e continua aqui, em Goiás, aqui, em Minas Gerais, em São Paulo, a NCr\$ 18,00, NCr\$ 19,00?

O Sr. Attilio Fontana — É uma interferência destoante das declarações dos homens do Governo que dizem não quererem interferir na economia privada, e no entanto passam a tomar conta dos frigoríficos, criando condições ruins para os demais.

De maneira que, nobre depoente, queria, então, com sua experiência, inclusive sei de sua luta no intervencionismo da SUNAB, no Estado de São Paulo, sei que foi um dos homens que enfrentou aquela situação; queria que dissesse alguma coisa, nesta Comissão, sobre o papel da SUNAB no Estado de São Paulo.

O Sr. Luiz Bianchi — Nada tenho mais a dizer porque, lamentavelmente, a SUNAB não faz o seu papel conforme a lei prescreveu, mas ela desempenha um papel político, do ponto de vista de agradar às populações, às quais, na verdade, ela desagrada pelas consequências que essas populações sofrem.

Se ela, inteligentemente, como se faz em outros países, cuidasse de ajudar o abastecimento, em vez de atrapalhá-lo, estaria cumprindo as funções que os legisladores previram, mas o que há é que ela sofre uma distorção de 180 graus dos objetivos que deveria realizar.

O controle de preços, para governos inteligentes, não é o tabelamento. É incentivar a produção, para que os preços baixem, para que sejam realizadas as produções. Cito, por exemplo, na época da última guerra, o ca-

so das baleeiras canadenses. Elas estavam sendo apreendidas pelos submarinos alemães ou, quando isso não acontecia, eram postas a pique por canhões de bordo. O bacalhau custava, na época, um dólar o quilo ou a peça. Com a perseguição, as baleeiras saíram dos mares. O governo canadense, através do controle de preços, pôs o bacalhau a 8 dólares e as baleeiras voltaram ao mar, atilhadas com grande eficiência, e abasteceram o país e o exército e até puseram muitos submarinos a pique.

Aqui no Brasil tabelamento é deixar o produtor com prejuízo e, porque este não é "burro", pára de trabalhar e a população fica sem alimentos e depois passa a comprá-los por preços altíssimos, quando poderia obtê-los pela metade das cotações atuais.

Mas é assim que a SUNAB entende que deve ser feito.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Passamos, então, agora, para o ICM, que foi, a meu ver, quando o nobre Senador Attilio Fontana pedia a V. S.^a que iniciasse — eu tenho a impressão de que se há alguma coisa que poderia ser o início de uma mensagem de confiança, de esperança para a área agrícola-pastoril — quero afirmar a V. S.^a, nobre expositor, como também ao Senador Attilio Fontana — nós temos convivido pouco — que nós já estamos com quase 6 meses de peregrinação por este País, sentindo todas as áreas agrícolas e pastoris e há uma constante, há como que uma permanente sinfonia que se chama ICM, INDA, IBRA, e mais aquilo que se segue, que é o crédito insuficiente, a prazo curto, o problema do preço mínimo, naturalmente inadequado e sempre chegando atrasado, já tendo o infeliz do produtor caído nas mãos do intermediário, da agiotagem, a falta de sementes que eu já falei, o problema do tóco — eu sou o homem do tóco, eu acho que não se pode fazer nada nesse País sem se combater o famoso e famigerado tóco que corresponde às áreas de agricultores deste País. Falta-nos maquinaria pesada.

O Brasil avançou de uma maneira específica em matéria de produção de tratores de pneu e se esqueceu que o grande trator era o trator de lama,

o trator pesado. O trator pequeno que estamos tentando empurrar ao brasileiro, o trator Assischalmes, esse é, naturalmente, um trator fraco, que não agüenta muito tempo de serviço.

Assim, não é possível a uma pessoa, para o atendimento agrícola, comprar o trator de pneus, pois com ele não pode trabalhar.

A grande ausência é a do trator de esteira, que custa mais de NCr\$ 100.000,00, o "Catterpillar", e, agora, o da "Fiat", a NCr\$ 70.000,00. Os tratores importados pelo Estado de Goiás estão custando, parece-me, NCr\$ 50.000,00. Acreditamos que somente patrulhas motomecanizadas poderiam levar o trator de esteira ao lavrador, alugando-o por hora, dando ao homem que lava a terra a garantia da destocagem, que é base para se fazer uma agricultura modernizada. Somente depois é que vem a aração, o gradeamento, os adubos e fertilizantes. Mas a guerra contra o tóco é o principal e a máquina pesada é a grande ausente.

Na parte que diz respeito aos agrônomos e veterinários, não poderíamos deixar de nos manifestar, salientando que há com relação a esses técnicos uma espécie de esvaziamento. Temos pouco afluxo de alunos para as profissões de agrônomo e veterinário. Isso, por falta de orientação do próprio Governo e, inclusive, pelo péssimo salário pago. O agrônomo, com 15 ou 20 anos de serviço, no Ministério, ganha duas vezes menos do que o agrônomo contratado pelo INDA. O ordenado inicial da carreira de agrônomo é de quinhentos e poucos cruzeiros novos.

O Sr. Atílio Fontana — Diretor de ginásio agrícola trabalha tempo integral com os vencimentos de quinhentos cruzeiros novos. Assim, não é possível continuar.

O SR. BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Considero vital para os trabalhos da Comissão a reformulação no sentido de dar-se grande importância ao trabalho dos técnicos, não só propriamente do agrônomo como da sua equipe, às profissões de acesso. Assim como na medicina não se pode conceber o trabalho do cirurgião sem a sua equipe de anestesistas e enfermeiros, também para o traba-

lho do agrônomo não são dispensadas as profissões de acesso.

Então temos que fazer um trabalho imenso, de profundidade, e de reformulação até mesmo na parte de proventos, de modo a atrair a simpatia da juventude brasileira, que terá nessas duas profissões, talvez, um futuro promissor e, inclusive, de grande interesse quanto à parte econômica.

Quero trazer, como exemplo da minha viagem à faixa tão discutida do Cabo, da famosa Cooperativa de Tiriri, inclusive, aquilo a que assistimos na faixa do CRC, onde existe, praticamente, a distribuição de lotes, tipo de reforma agrária iniciada, aliás, no Governo Cid Sampaio.

Verificamos que, em lotes de oito alqueires, muitos enveredavam para, nessa pequena área, continuar na faixa de fornecedores de cana-de-açúcar às usinas situadas nas circunvizinhanças.

Conséguimos, então, uma nota fiscal, exemplo típico do que representa o ICM para aquela gente.

Nessa nota fiscal, que representa a venda de algumas toneladas de cana-de-açúcar, no valor de NCr\$ 281,00, a incidência do ICM era de NCr\$ 56,00!

Esse infeliz, que tinha um volume de vendas de todo o ano, era obrigado ao pagamento do ICM, puro, de NCr\$ 56,00, porque, com a inclusão de outros impostos, o desconto atingia NCr\$ 75,00, para agüentar um lote rural naquela região.

O ICM, como se vê, é algo que está liquidando com a iniciativa não só do grande fazendeiro, do pecuarista, mas de todos. É o velho problema de em cada cem reses ter de dar dezoito ao Governo!

É o exemplo mais expressivo do que representa o ICM.

Fomos encontrar justamente num lote rural, o documento — que aliás trouxe e que é necessário para demonstrar o que se passa no campo, principalmente quando se fala em reforma agrária ou quando se fala em planejamento agrícola. É bom se recordar aquela passagem em que um homem do campo me afirmou que, se não houvesse, próxima à sua propriedade, uma fábrica de tecido na qual

trabalhavam um filho e uma filha, ele, trabalhador agrícola, morreria de fome se apenas fôsse depender do seu trabalho agrícola.

O seu lucro de NCr\$ 281,00 fica reduzido em virtude das deduções, ou seja, NCr\$ 56,00 de ICM e NCr\$ 19,00 referentes a outras taxas ou impostos.

Antes de terminar minhas considerações e de me dar por satisfeito com as explicações, quero ressaltar a grande autoridade de V. S.^a, como expositor que é, pois assisti aos seus debates em Campina Grande e fiquei entusiasmado com o seu propósito, por exemplo, de incentivar novas lideranças rurais.

Entendo que esse seu trabalho de proselitismo na organização das associações rurais, dos sindicatos rurais, enfim, de tudo isso que o INDA está fazendo em Araguari — uma escola de novas lideranças — é o que está justamente faltando nas áreas agropastoris, é uma renovação no que diz respeito às lideranças que devem assumir, pelo trabalho em conjunto desses sindicatos rurais com as associações rurais em pleno funcionamento. Porque cada dia que passa acredito no trabalho de pressão. Todos fazem pressão. A Associação Comercial faz pressão e só não faz pressão uma área. É a agricultura de nosso País. Ela continua como que tolhida, continua como que — não direi com medo, pois ela tem até muita coragem — sempre dependendo.

Nos debates que temos tido, se chegar um industrial, um comerciante e um fazendeiro ao banco, o fazendeiro fica para trás. É atendido o industrial, o comerciante e, se o fazendeiro não tiver realmente um pouco de coragem, ficará para trás, sem nenhum atendimento. Voltará no outro dia, se desencantar e não voltará nunca mais.

Quero fazer aqui um apelo, ao ilustre expositor de hoje para que continue no seu trabalho, que conheço profundamente. Tenho mesmo a impressão de que esse trabalho que está sendo feito por esta Comissão na Câmara dos Deputados e no Senado, quando concluirmos, quando chegarmos à fase final, só terá valia se for entregue ao Presidente da República

com as exposições finais de todos os problemas.

Ontem eu conversava com um dirigente do Triângulo sobre a necessidade de, agora, com a presença do Senador Flávio de Britto na presidência da Comissão, fazermos com que este trabalho, que já foi dividido em várias áreas, pois estamos aqui num trabalho de equipe e tenho a impressão de que se fôr acompanhado desta base de pressão, que será a presença de milhares de representações dentro do Palácio do Planalto, em audiência previamente marcada, então levaremos. Qual é o poder que hoje tem o Congresso? Nenhum. Qualquer proposição que implique em aumento de despesas é considerada inconstitucional. Levaremos indicações e tenho a impressão de que, com o apoio das organizações rurais do País, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, conseguiremos do Governo, do Sr. Presidente da República que tire do caos esta área tão discutida, tão infeliz, que é, a meu ver, a área agropastoril da nossa Pátria.

Quero congratular-me com o expositor. Não quero mais aborrecer e ganhar um atestado assim de repisar o que está tão falado mas desejo que o nosso convidado continue na sua faina; com sua independência e coragem para levar a outras áreas o entrosamento das organizações rurais de nosso País. V. S.^a deverá fazer muito neste sentido e com o patriotismo de todos nós que estamos empenhados, o seu entusiasmo deverá contaminar todos os sindicatos, as organizações rurais, para que venham trabalhar, a fim de que se chegue a resultados práticos e não ficar novamente nas calendas gregas, como letra morta, como aconteceu com aquela grande comissão liderada pelo Deputado gaúcho Maciel Terra, com um trabalho magnífico de pecuária que, inclusive, serviu de base nas afirmações e justificativas da Carta de Brasília. Foram compilados trechos inteiros do documento do Congresso.

Para que não fique, então, como aquele trabalho dos Deputados; que, durante três anos, tanto lutaram — inclusive esse homem que, a meu ver, é um exemplo para nós, o ex-Deputado Maciel Terra, um dos maiores pecuaristas do Brasil —, é preciso que tenhamos apoio incondicional, porque

será um trabalho não do Congresso mas de uma classe produtora, na faixa de pecuária e de agricultura, e que deverá ser entregue ao Presidente da República, com o beneplácito, o apoio de toda a área, organizada, sindicalizada, rural do nosso País.

Eu me congratulo com V. S.^a

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Flávio de Britto) — Não mais havendo inscritos para falar, dou a palavra ao Sr. Luiz Bianchi.

O Sr. Luiz Bianchi — Sr. Presidente Senador Flávio Britto, não sei se deverei falar mais alguma coisa a respeito da interessante exposição do ilustre Relator, o nobre Deputado Breno da Silveira, ou dar por terminado o meu pronunciamento.

Eu tenho anotado, aqui, para o ilustre Relator, a questão da genética, a que estamos dando em São Paulo muita ênfase, porque esta vai ser a grande revolução do século, muito maior do que a do átomo, inclusive nas sociedades humanas.

Entendemos hoje em São Paulo que, através da genética, vamos organizar realmente um desenvolvimento, porque dependemos, como todos os povos, dos animais que criamos e das plantas que cultivamos, e só a genética vai criar uma civilização nestes trópicos, selecionando, através dos computadores, com princípios matemáticos infalíveis, os animais que vão naturalmente, facilmente, sobreviver nas diferentes ecologias de nosso País e dar às nossas plantas a robustez que não precisará de pózinhos americanos, para que os produtos de alimentação do povo sejam acessíveis a todas as gamas da população.

O que estudamos em São Paulo é que, enquanto a genética estiver como agora se encontra em pouquíssimos órgãos do Governo, porque mesmo na faixa governamental deveríamos ter pelo menos 200 produtos em nosso País, na Paraíba teríamos ter 5 ou 6, cada cidade destinaria 5 ou 6 e em cada Estado do Sul 5 ou 10, estaremos restringido a sementes vegetais no Instituto Agrônomo de Campinas, feitas com produtos industriais, quando a gama de produção paulista é de 120 produtos

da terra, para não falar na produção animal.

A genética, para ter expressão no Brasil, tem que ser praticada pela agricultura — lavradores e criadores. O Governo, no futuro, vai ficar apenas com as pesquisas, para ampliar os trabalhos, trazer novos conhecimentos, novas possibilidades técnicas.

Sob este aspecto, trazemos essas nossas premissas, que ventilamos apressadamente porque não vínhamos à Comissão depor, mas o Dr. Saulo é quem vinha — porém o Deputado Breno da Silveira disse que nós seríamos bem-vindos. Em termos de genética, quero dizer que temos de criar institutos de genética aplicada — não técnica ou teórica — em dez regiões; ecologicamente delimitadas; pelo menos cinco dêsse no Norte e no Nordeste; incentivar a seleção de sementes animais e vegetais, mediante programações objetivas — fazer isso com a indústria automobilística; deslocar agrônomos e veterinários para os campos, através de programação atualizada; fortalecer a empresa agrícola que revelar custo de produção baixo, competitivo; que elas cumpram as leis trabalhistas, que isto não seja feito à custa dos trabalhadores; localizar pesquisas, experimentações nos campos, nas diferentes ecologias.

Isto tudo hoje está nos grandes centros, o que achamos um grande erro.

Enfim, estes aspectos eu anotei para colocar ao ilustre Relator porque nós nos isto como um programa muito importante.

Em nosso querido amigo Teixeira Viana incontestavelmente fez uma coisa muito importante, não há dúvida nenhuma, mas a seleção de corrente recíproca em bovinos e os planejamentos lineares em computadores torna tudo isto obsoleto.

De forma que podemos fazer um avanço muito violento, através de conhecimentos que já estão aplicados em outros países e de que não tomamos nem conhecimento ainda.

A Escola Agrícola de Piracicaba vai receber agora um computador e nós, particularmente, temos a satisfação de comunicar que vamos receber dos Estados Unidos um planejamento H-

near para computadores para aplicar em frangos de corte. Já estamos com um trabalho bem radiando sob esse aspecto.

A questão dos agrônomos e dos veterinários, a que V. Ex.^a se referiu, também em São Paulo a nossa pesquisa mostra que 90% dos agrônomos e dos veterinários estão sediados nos grandes centros e achamos que, a exemplo dos outros países, devemos sediar esses homens nas cidades interioranas e, se possível, nas fazendas.

Em São Paulo, hoje, já temos agrônomos trabalhando em tempo integral, ganhando mais de dois milhões de cruzeiros velhos por mês, o que já é razoável para um profissional desse gabarito.

Outro aspecto, ilustre Deputado Breno da Silveira, é a questão de mercado interno e externo. Temos uma experiência vivida por pessoas categorizadas de outros países, principalmente dos Estados Unidos.

Lá o problema se refletia tal e qual como aqui, quer dizer, quando há produção o prêmio do agricultor é a pobreza, porque produção e preços baixos, onde não há distribuição conveniente, são sinônimos.

Por exemplo, compramos milho, há dois anos atrás, a 12 contos a saca, porque não havia milho. Com a devaluagem da moeda, hoje devíamos estar pagando 18 ou 20, mas estamos pagando 7. Conclusão moral da história: produzir muito é ficar pobre; então, deve-se produzir pouco, se quiser defender a economia de sua família. Isso porque o mercado é mal organizado internamente e não há esforço algum no sentido de organizar os mercados. Os negociantes aqui, via de regra, são tratados como se fossem ladrões.

O que é preciso, com relação aos negociantes, é tratá-los com respeito, dar-lhes condições de produtividade, porque comércio também é produtividade, evitar a especulação comercial, que é a pior que existe, que é ter 2.000 casas numa cidade que, se fosse bem organizada, não precisava de mais de 150. De maneira que há pulverização do comércio, encarecendo brutalmente para o consumidor, fazendo má distribuição, e quase sem-

pre de uma forma um pouco ladravaz, através do processo de defesa da própria sobrevivência.

Entendemos que é preciso botar no nosso País a demanda à frente da produção. Quando isso foi feito nos Estados Unidos, a lavoura e a pecuária americana, a agricultura e a criação animal, tiveram durante 20 anos uma demanda maior do que a produção. Isto fez a grandeza e a riqueza dos Estados Unidos. De forma que esta ilustre Comissão, se mandar estudar em profundidade o assunto, há de chegar provavelmente à conclusão que nós chegamos. É muito mais importante, é muito mais difícil distribuir do que produzir, a despeito de todas as dificuldades que os produtores têm. E ele sofre muito dessas dificuldades porque os mercados de distribuição são péssimos. E nós, em alguns estudos a que já procedemos, achamos que a nossa solução inicial está nas exportações; procurarmos exportar competitivamente por todos os meios porque essa será a forma de nós termos uma agricultura sempre para a frente e poderemos, regidamente e a preços baixos, alimentar o mercado interno, que ainda é pouco exigente quanto à qualidade dos produtos. Então passaríamos o milho pelas nossas máquinas, exportariamos em outros padrões internacionais a nossa massa de produção e o milho de qualidade inferior, ainda muito bom para a criação animal e para o próprio consumo do homem, seria entregue à nossa população interiorana e dos grandes centros de consumo.

Isso pode acontecer com o gado, com a agricultura, com os ovos, com todos os produtos, inclusive com a matéria-prima. Devemos exportar as de melhor qualidade e selecionar para o mercado interno as que não são tão boas, porque o mercado interno não é exigente, salvo algumas classes aristocráticas que representam um índice muito baixo na população brasileira. Devemos consumir as fibras, óleos, proteínas etc., de qualidade inferior para suprir por preços bem baixos a nossa população.

Em resumo, repetindo, achamos que é necessário um programa de uma equipe com o Governo, levando uma mensagem que está faltando: Unir Governo e povo numa única coisa, com um único objetivo: servir o País!

Nós, do povo, devemos apoiar o Governo, não esperar dele que nos ajude em nada porque ele é que precisa da nossa ajuda, o Governo precisa governar bem, de forma inteligente, ouvindo todas as classes; sondar de forma inteligente com pesquisas de profundidade, honestas, corretas, todos os setores das classes produtoras, brasileiras e, através dessa sondagem, realizar programas administrativos inteligentes, eficientes para, então, poder bem servir ao nosso País. Sabemos que não há outro caminho, a não ser por esse estudo global, por uma união nacional inteligente, onde as disputas políticas e de outros setores continuarão, só que dentro de outras normas e com outros objetivos, mais sadios e produtores.

Em síntese, era o que tínhamos a dizer.

Estamos dispostos a colaborar. Com prazer, com satisfação, repetimos nossa afirmação de Campina Grande, afirmação que recebeu o beneplácito dos companheiros e líderes da Confederação: esta Comissão terá nosso pleno, nosso total apoio, porque acreditamos no trabalho sério aqui realizado.

Finalmente, agradecemos ao Presidente, ao Relator e aos parlamentares a atenção dada ao modesto Presidente da Federação, o qual se sente, como toda a Federação, muito honrado em comparecer a tão nobre e douta Comissão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Britto) — Agradeço a presença do Dr. Luiz Emanuel Bianchi, bem assim de sua esposa.

O meu prezado amigo Bianchi é um homem que se tem especializado muito em genética. É um homem que já fundou, e entregou a familiares seus, uma das maiores granjas agrícolas e uma fazenda de café, produtora de cafés finos que não precisavam nem a preocupação de comprador, porque os compradores já os procuravam pela sua boa qualidade. Agora, moço como é, o Bianchi está abrindo uma nova granja-modelo que será uma das maiores e que grandes serviços irá prestar à agricultura. E, dentro de seus planos, dentro de poucos anos o casal seguirá para a cafeicultura.

Quero dizer ao meu prezado amigo Bianchi, estando eu, pela primeira vez, na presidência desta Comissão — anteriormente presidida pelo ilustre Senador Fernando Corrêa —, que é com grande prazer e honra que recebemos aqui o presidente de uma Federação de Agricultura, homem responsável por setor dos mais difíceis, como o da classe patronal agrícola.

Meu prezado companheiro pôde testemunhar, como digo sempre nessas nossas reuniões na Confederação e nas Federações, que o Congresso Nacional, nas Comissões Técnicas compostas em sua maioria por parlamentares agricultores, tem grande interesse de ajudar a agricultura.

Hoje, meu prezado amigo Bianchi viu que nesta Comissão Mista, de parlamentares tanto da ARENA como do MDB, quando se trata de discutir os interesses da agricultura, todos só têm um pouco de vista, que é o da agropecuária.

Hoje mesmo, o eminente Senador Atílio Fontana fez um belíssimo discurso a respeito do assunto, e todos nós sabemos que ele é um industrial integrado à agricultura, dizendo das necessidades que o Governo tem de olhar para a agricultura.

Outro ponto que o meu amigo Bianchi pôde verificar e deve levar aos companheiros é que esta Comissão, como todo o Governo, é altamente democrática, inclusive aqui não faltou a crítica dos colegas da Bancada do Governo, a esse mesmo Governo, na defesa da agricultura.

Quero agradecer a presença de todos, ao Dr. Luiz Bianchi, à sua Senhora, o "castigo" que teve aqui ao nosso colega Arnaldo Prata pela bondade que tem em ficar aqui assistindo à reunião, o que acho para nós foi muito bom, porque o Arnaldo teve oportunidade de verificar que a grande preocupação hoje, desta Comissão,

é a brucelose e tenho certeza de que, em sua exposição, vai trazer-nos grandes subsídios, pois a sua é uma organização técnica especializada no assunto.

Muito grato a todos.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião aos 5 minutos do dia 24 de outubro de 1968).

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Relatório correspondente ao mês de novembro de 1968.

Presidente: Senador Eurico Rezende

Secretário: J. Ney Passos Dantas

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 153/68 — "Modifica a denominação de cargos do Quadro do Ministério da Fazenda, e dá outras providências".

Relator: Senador Eurico Rezende

Conclusão: Favorável ao projeto com emendas, aprovado em 7-11-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 160/68 — "Manda aplicar aos ferroviários nomeados antes da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957, os dispositivos da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)".

Relator: Senador Paulo Torres

Conclusão: Audiência ao DASP. Aprovado em 19-11-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 146/67 — "Dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplica-

das a servidores civis e sobre abono de faltas não justificadas, e dá outras providências".

Relator: Senador Carlos Lindenberg

Conclusão: Favorável, aprovado em 19-11-68.

Número e ementa

Projeto de Resolução número 64/68 — "Dispõe sobre a estrutura administrativa e provimento de cargos da Assessoria Legislativa".

Relator: Senador Arnon de Mello

Conclusão: Favorável ao projeto e às emendas da CCJ. Aprovado em 19-11-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 45/68 — "Regula o provimento de cargos vagos em virtude de aposentadoria".

Relator: Senador Arnon de Mello

Conclusão: Parecer contrário, aprovado em 19-11-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 129, de 1968 — DF — "Dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências".

Relator: Senador Arnon de Mello

Conclusão: Favorável ao projeto e às emendas n.ºs 1-CSPC. Aprovado em 26-11-68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões: ordinárias	2
extraordinária	1
Projetos relatados	6
Ofícios expedidos	2
Ofício recebido	1

Comissão de Serviço Público Civil, em 27 de novembro de 1968. — J. Ney Passos Dantas, Secretário.

MESA

Presidente: Gilberto Marinho (ARENA-GB)
 1.º-Vice-Presidente: Pedro Ludovico (MDB-GO)
 2.º-Vice-Presidente: Rui Palmeira (ARENA-AL)
 1.º-Secretário: Dinarte Mariz (ARENA-RN)
 2.º-Secretário: Victorino Freire (ARENA-MA)
 3.º-Secretário: Aarão Steinbruch (MDB-RJ)
 4.º-Secretário: Cattete Pinheiro (ARENA-PA)
 1.º-Suplente: Guido Mondin (ARENA-RS)
 2.º-Suplente: Vasconcelos Tôrres (ARENA-RJ)
 3.º-Suplente: Lino de Mattos (MDB-SP)
 4.º-Suplente: Raul Giuberti (ARENA-ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA-RS)

Vice-Líderes

Eurico Rezende (ARENA-ES)
 Petrônio Portella (ARENA-PI)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes — Wilson Gonçalves (CE)
 Petrônio Portella (PI) Manoel Villaza (RN)
 Antônio Carlos (SC)

DO DMB

Líder — Aurélio Vianna (GB)
 Vice-Líderes — Arthur Virgílio (AM)
 Bezerra Neto (MT) — Adalberto Sena (AC)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

Titulares

Arnon de Mello
 Domício Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

Suplentes

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Ermírio
 Mário Martins

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R/245.
 Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

Titulares

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Suplentes

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

Titulares

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Mello Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

Suplentes

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

Titulares

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portella
 Carlos Lindenberg
 Arnon de Mello
 Clodomir Millet

Suplentes

Alvaro Maia
 Lobão da Silva
 Benedicto Valladares
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolpho Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

Titulares

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portella
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaza
 Wilson Gonçalves

Suplentes

Benedicto Valladares
 Mello Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolpho Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R/245.

Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domício Gondim
Leandro Maciel
Atílio Fontana
Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres
Adolpho Franco
Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião Archer

José Ermírio
Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, às 9,00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem. de Sá

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portella

MDB

Adalberto Sena
Antônio Balbino

Ruy Carneiro
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, às 10,00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO
E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E
POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimard
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Menezes Pimentel
Eurico Rezende
Lobão da Silveira
Petrônio Portella
Mancel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Antônio Balbino
João Abrahão

Adalberto Sena
Ruy Carneiro
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quartas-feiras, às 10,00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Mello Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: quintas-feiras, às 9,00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Petrônio Portella
Domicio Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho
João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245

Reuniões: terça-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio
Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245

Reuniões: quarta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Aurélio Vianna
Adalberto Sena

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245

Reuniões: quinta-feira, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Waldemar Alcântara
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna
Mário Martins
Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — R/245.

Reuniões: quinta-feira, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama
Edmundo Levi
Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: quinta-feira, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando Corrêa
Arnon de Mello
José Cândido

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Teotônio Vilela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: terça-feira, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE**COMPOSIÇÃO**

(7 Membros)

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villça

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrça
Manoel Villça
Clodomir Millet

SUPLENTE

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Sena
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — R/241.

Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villça
Mário Braga

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende

Vice-Presidente: Arnão de Mello

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnão de Mello
Paulo Torres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrônio Portella
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Sena
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnão de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

SUPLENTE

Paulo Torres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Fernando Corrça
Clodomir Millet
Álvaro Maia
Milton Trindade

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villça

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.